

Tatiane Matheus

The cover features three stylized illustrations of women's heads and shoulders, each enclosed in a speech bubble. The top woman has reddish-brown hair and is wearing a yellow top, with a light beige speech bubble. The bottom-left woman has dark curly hair and is wearing a white top, with a dark brown speech bubble. The bottom-right woman has reddish-brown hair and is wearing a yellow top, with a large orange speech bubble. The background is a solid teal color.

# vozes femininas

POR UMA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA  
VERDE E INCLUSIVA

## **Para Sol, Eden e Zuzu**

### Agradecimento

Este trabalho somente foi possível devido ao incentivo, e pela inspiração do ClimaInfo para este mergulho nas pesquisas sobre Justiça Climática. E pelo ambiente fértil de trocas de conhecimento do grupo de trabalho Gênero e Clima do Observatório do Clima.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Matheus, Tatiane

Vozes femininas [livro eletrônico] : por uma recuperação econômica verde e inclusiva / Tatiane

Matheus. -- Piracicaba, SP : Laboratório do Observatório do Clima (LABOC), 2022.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-998407-1-5

1. Economia - Aspectos sociais 2. Meio ambiente - Aspectos sociais 3. Mulheres - Aspectos sociológicos 4. Sustentabilidade ambiental I. Título.

23-147617

CDD-658.4083

Índices para catálogo sistemático:

1. Economia verde : Práticas econômicas sustentável

: Administração 658.4083

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Copyright © 2022 by Tatiane Matheus

Preparação: Marana Borges

Revisão: Marana Borges

Projeto Gráfico: Utópica estúdio | Julia Lima

Ilustrações: Utópica estúdio | Ana Clara Korin

Apoio Institucional: Observatório do Clima e ClimaInfo

TATIANE MATHEUS

# VOZES femininas

POR UMA  
RECUPERAÇÃO  
ECONÔMICA  
VERDE E  
INCLUSIVA



Observatório  
do Clima  
20 anos

clima**info**



# Prefácio

POR ANDRÉIA COUTINHO LOUBACK

Novos tempos demandam novas vozes. Existe um alicerce inegociável em narrativas contra-hegemônicas que, no embate do tabuleiro das opressões de gênero e raça, se impõem no campo comunicacional com sopros, ecos e vendavais de esperança e transformação. Por meio de uma escrita que é fruto de horas de escuta, este livro resgata o lugar da oralidade, nos permitindo realmente ouvir quais são os caminhos legítimos para a recuperação econômica - verde, inclusiva e feminina.

Ouso dizer que, esta obra tão única e com perspectiva plural, não apenas faz história no movimento ambientalista brasileiro, como também abarca caminhos na contramão de um país construído sob silenciamento de vozes invisíveis e marginalizadas. Segundo o IBGE, mulheres negras, por exemplo, compõem o maior grupo populacional do Brasil (27,8%). Ainda assim, há uma baixíssima representação na política e em outros espaços de protagonismo e decisão. Diante dessa miopia, a autora Tatiane Matheus mergulhou - a ferro e fogo - nos pensamentos e discursos que denunciam como a crise climática, o racismo estrutural e a brutal desigualdade de gênero são problemáticas sobrepostas e que se retroalimentam à medida em que a sociedade insiste em sufocar o que nossas vozes precisam dizer.

Sob um olhar urbano e rural, o livro percorreu uma multiplicidade de experiências, corpos e cicatrizes que, como bem sabemos, quase nunca interessam ao poder público.

**Aqui, nas entrelinhas e em gritos audíveis, encontramos respostas que a academia insiste em apenas teorizar. Encontramos ciência em forma ancestralidade. Evidências em forma de diagnósticos de quem é testemunha da floresta e do campo. Protestos em forma de saber. Soluções embasadas em vozes narrativas.**

Por isso, é com muita ousadia que deixo a minha recomendação para futuros leitores e leitoras do jornalismo, do campo científico e ambientalista, das universidades, das escolas, do legislativo, do executivo e do judiciário: não leiam as páginas seguintes apenas com um olhar exploratório. Não busquem aqui meras citações para reportagens, postagens em redes sociais, discursos em reuniões e palestras públicas. Não digam que leram para embasar argumentos teóricos e vazios. Em vez de um consumo superficial e sem raízes, proponho o desafio de escuta ativa e aprendizagem desconstrutiva dos estereótipos que, por meio deste livro, ao menos vinte e uma mulheres somaram esforços para destruir. A leitura é um convite à ação, ao olhar das nossas próprias contradições enquanto Brasil e à reafirmação de que a recuperação econômica é a combinação - tanto de um substantivo quanto um adjetivo - femininos.

Vozes femininas por uma recuperação econômica verde e inclusiva é um diagnóstico da justiça climática no singular e no plural. Um raio-X das violências urbanas e estruturas das cidades. É um manifesto da transição justa na teoria e, sobretudo, na prática. Uma convocação do pensar global ao agir local. Qual a sua prontidão para, de fato, ouvir?



## Sumário

INTRODUÇÃO	<b>As mulheres e o novo acordo verde contra a emergência climática</b> _____	<b>10</b>
NOS BASTIDORES	_____	<b>21</b>
1 • ESFERAS DE DECISÃO	<b>Hilda • “Os impactos de gênero das mudanças climáticas significam que devemos garantir um equilíbrio entre homens e mulheres em todos os níveis”</b> _____	<b>21</b>
2 • RACISMO AMBIENTAL E GÊNERO	<b>Lélia • “O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo”</b> _____	<b>26</b>
3 • PROBLEMAS ESTRUTURAIS	<b>Priscilla • “A interseccionalidade é o grande princípio para garantir que a recuperação econômica não seja só verde, mas seja inclusiva”</b> _____	<b>30</b>
4 • SISTEMA TRIBUTÁRIO	<b>Ana Carolina • “O sistema tributário brasileiro é injusto e reforça as desigualdades de gênero”</b> _____	<b>37</b>
5 • ESG	<b>Sonia • “Os impactos de gênero das mudanças climáticas significam que devemos garantir um equilíbrio entre homens e mulheres em todos os níveis”</b> _____	<b>43</b>
6 • COMÉRCIO INTERNACIONAL	<b>Gabriella • “Não dá para dissociar o comércio internacional da agenda da sustentabilidade”</b> _____	<b>49</b>

7 • NOVO PACTO VERDE EUROPEU	Stéphanie • <i>“Este pacto [verde] precisa ser a partir da [perspectiva da] transição justa, senão nunca vai acontecer”</i> _____	56	15 • SANEAMENTO	Ruth • <i>“É claro que quem fala de meio ambiente em favelas, no geral, são mulheres”</i> _____	96
8 • ECONOMIA	Margarita • <i>“Os empregos considerados verdes têm pouca inserção das mulheres”</i> _____	59	16 • RESÍDUO ZERO	Beth • <i>“Resíduo zero e sem incinerador traz ganhos à sociedade”</i> _____	100
9 • MOBILIDADE URBANA	Kelly • <i>“Distância entre moradia e emprego ainda tem uma relação muito forte com segregação racial”</i> _____	65	17 • RESÍDUOS SÓLIDOS	Valquíria • <i>“Quando eu fui trabalhar com reciclagem, minhas amigas falavam: – Nossa, por que você vai mexer com lixo”</i> _____	104
10 • TRANSPORTE PÚBLICO	Luana • <i>“O ônibus é ruim porque é como se ele não transportasse pessoas; ainda há uma conexão com o navio negreiro”</i> _____	70	18 • AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO	Josefa • <i>“Eu moro no meio da floresta e sou feliz. Eu tiro o meu sustento da floresta. Não é desmatando que se ganha dinheiro”</i> _____	109
11 • MOBILIDADE ATIVA	Ruth • <i>“Eu escolho se eu quero morrer assaltada ou morrer atropelada (...) e rezo que não aconteça nada”</i> _____	76	19 • SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA	Miriam • <i>“Por que não uma ‘Bolsa Restauração’ atrelada às políticas relacionadas ao gênero?”</i> _____	113
12 • HABILITAÇÃO	Maria Lúcia • <i>“O racismo é negado no Brasil todo, aqui não é diferente”</i> _____	82	20 • ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA	Natália • <i>“A transição energética global, associada à igualdade de gênero, oferece uma oportunidade para uma profunda transformação social”</i> _____	116
13 • INFRAESTRUTURA	Maíra • <i>“Ao construir o corredor ecológico, também re-construímos o tecido social”</i> _____	87	21 • BIOECONOMIA	Ana • <i>“Precisamos criar mais incentivos para a floresta, num processo de transição desta indústria de commodities para novos padrões e tecnologias.”</i> _____	122
14 • POVOS ORIGINÁRIOS	Donana • <i>“Eles transformaram o nosso rio em uma água sem vida”</i> _____	93			

## Introdução

# As mulheres e o novo acordo verde contra a emergência climática

O planeta Terra vive uma emergência climática e a necessidade de soluções e ações se tornou ainda mais urgente com a crise mundial ocasionada pela pandemia da Covid-19. As relações entre o modelo de produção do agronegócio, o desmatamento, a destruição da biosfera e o aquecimento global, entre outros fatores que desequilibram o meio ambiente, favorecem o surgimento e a proliferação de novas doenças em escala mundial<sup>1</sup>. Um novo pacto social, político e econômico verde precisa ser debatido e muitas ideias e ações devem ser colocadas em prática para não haver um colapso ainda maior.

As mulheres não são (e nem devem ser vistas como) vítimas, tampouco como heroínas. Mas estão, sim, entre os grupos mais vulneráveis à crise climática em diferentes aspectos, não apenas por questões de gênero. Raça, etnia, classe social, região geográfica, religião, por exemplo, podem fazer com que esses impactos sejam vivenciados de formas distintas, como também em diversos setores econômicos e da sociedade como um todo.

Aproximadamente 80% das pessoas deslocadas pelas mudanças climáticas são mulheres, de acordo com o relatório *Women in Finance Climate Action Group*<sup>2</sup>. No Brasil,

um estudo<sup>3</sup> realizado pela Universidade de São Paulo e pela Universidade de Coimbra apontou que as mulheres são mais afetadas do que os homens sob temperaturas altas por causa de mudanças nos hormônios reprodutivos, da expectativa de vida mais alta e outros fatores psicológicos e de regulamentação da temperatura do corpo em situações de calor. A pesquisa é assinada por Sara Lopes de Moraes, Lígia Vizeu Barrozo e Ricardo Almendra, a partir de dados municipais de mortalidade e indicadores de temperatura e umidade de 2006 a 2015 em São Paulo.

A ONG dinamarquesa Copenhagen Consensus estimava, em 2015, que 50% das mortes por poluição no Brasil eram causadas pelos fogões a lenha<sup>4</sup>, o que equivaleu a 24 mil mortes. Mais de cinco anos depois, em 2021, a alta do preço do botijão de gás está levando até mais famílias a usarem o fogão a lenha para cozinhar<sup>5</sup>. E, pela cultura do cuidado, como uma atribuição feminina dentro de nossa sociedade, adivinha qual é o gênero mais exposto aos riscos da poluição dentro de casa?

Em contrapartida, muitas mulheres vêm paulatinamente mudando os hábitos para combater as mudanças climáticas. O levantamento feito pelo Fórum de Mulheres para Economia e Sociedade (WFES)<sup>6</sup> apontou que três em cada quatro mulheres adotaram um novo comportamento para preservar o meio ambiente<sup>5</sup>. Estes são alguns de mui-

1 SHAH, Sonia. "Contra a pandemia, ecologia", *Le Monde Diplomatique*, edição 152, mar. 2020. Originalmente publicado sob o título de "Think exotic animals are to blame for the coronavirus? Think again", *The Nation*, 18 fev. 2020. <https://diplomatique.org.br/contra-a-pandemia-ecologia/>

2 O documento, desenvolvido pelo coletivo *Women in Finance Climate Action Group* com ajuda da CARE International UK e AVIVA, analisa a desigualdade de gênero no sistema privado de financiamento climático e propõe soluções. *Women in Finance Climate Action Group report*, 2021. Disponível em: <https://www.aviva.com/sustainability/women-in-finance/>

1 DE MORAES, Sara L., ALMENDRA, Ricardo, BARROZO, Lígia V. "Impact of heat waves and cold spells on cause-specific mortality in the city of São Paulo, Brazil", *International Journal of Hygiene and Environmental Health*, vol. 239, jan. 2022.

MARTINS, Cristiane. "Como ondas de frio e calor matam homens e mulheres de formas diferentes no Brasil", *Folha de S. Paulo*, 25 set. 2021.

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/09/como-ondas-de-frio-e-calor-matam-homens-e-mulheres-de-formas-diferentes-no-brasil.shtml>

2 LARSEN, Bjorn. *Brazil perspectives: Post-2015 Development Agenda (Air Pollution)*. Copenhagen Consensus Center, maio 2015.

[https://www.copenhagenconsensus.com/sites/default/files/brazil\\_air\\_pollution\\_resources.pdf](https://www.copenhagenconsensus.com/sites/default/files/brazil_air_pollution_resources.pdf)

SHELLER, Fernando. "Um Brasil sufocado pelo atraso", *O Estado de S. Paulo*, 30 maio 2015.

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,nova-noticia,1697446>

3 MARION, Fernanda. "Com alta no botijão de gás, procura por fogão a lenha aumenta no interior", *G1*, 29 set. 2021. <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2021/09/29/com-alta-no-botijao-de-gas-procura-por-fogao-a-lenha-aumenta-no-interior-de-sp.ghtml>

4 WOMEN'S FORUM FOR THE ECONOMY & SOCIETY (WFES). *The Women's Forum barometer on gender equity: focused on business, climate change, health and tech in the G7 countries*, 2021. [https://www.womens-forum.com/wp-content/uploads/2021/06/Barometer-WF\\_220621\\_DEF.pdf](https://www.womens-forum.com/wp-content/uploads/2021/06/Barometer-WF_220621_DEF.pdf)

5 PINTO, Ana Estela de Sousa. "Mulheres mudam mais hábitos para combater crise climática, indica pesquisa", *Folha de S. Paulo*, 19 out. 2021.

tos exemplos de como a questão climática perpassa a questão de gênero e atravessa muitos temas e setores.

Entretanto, mesmo representando a metade da população mundial e sendo as mais impactadas pelos efeitos do aquecimento global, as mulheres não possuem uma representatividade proporcional nas principais esferas de decisão; nem nas possíveis soluções das quais poderiam ser beneficiadas, elas são contempladas. A representatividade feminina nos conselhos do Fundo Monetários Internacional (FMI) e do Banco Mundial é de 19%<sup>1</sup>.

Até nos postos de trabalho gerados pelos investimentos em setores da Economia Verde — aqueles que colaboram para a redução dos efeitos da emergência climática — as mulheres não têm igualdade. Importantes esferas de decisão, como as Conferências do Clima (COPs), tampouco possuem a devida proporcionalidade de gênero nos postos de liderança, como divulgado no final do ano passado, em 2020, pelo Instituto ClimaInfo: [“Mulheres pedem igualdade de gênero no comando da COP26”](#)<sup>2</sup>. O grupo de trabalho sobre Gênero & Clima do Observatório do Clima também entende que as mulheres têm suas vidas significativamente afetadas pelas mudanças climáticas e muitos problemas são potencializados pelas injustiças estruturais em relação ao gênero.

**“E eu não sou uma mulher?”** - Interseccionalidade é o estudo da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação que nos permite compreender melhor as desigualdades e a sobreposição dessas opressões e discriminações existentes em nossa sociedade. Levando-se em conta o conceito de intersecção, mulheres indígenas, mulheres quilombolas, mulheres negras, mulheres da periferia, mulheres agricultoras, mulheres LGBTQIA+, mães solteiras e chefes de família são impactadas de formas distintas.

1 MACHADO, Nayara. “Diários da COP26: Gênero e clima, emergência financeira e fósseis de fora”, Agência epbr, 09 nov. 2021. <https://epbr.com.br/diarios-da-cop26-genero-e-clima-emergencia-financeira-e-fosseis-de-fora/>

2 MATHEUS, Tatiane. “Mulheres pedem igualdade de gênero no comando da COP26”. *ClimaInfo*, 17 dez. 2020. <https://clima.info.org.br/2020/12/17/igualdade-de-genero-na-cop26/>

A pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) trouxe à tona muitas diferenças sociais que já eram óbvias, mas não eram enxergadas por muitos — talvez não quisessem enxergá-las ou eram invisíveis por serem naturalizadas — por muitos. Até mesmo ao buscar responder a pergunta [“Por que a produção de artigos científicos por mulheres caiu brutalmente”](#)<sup>1</sup> durante a pandemia, vamos encontrar entre as respostas possíveis a divisão sexual tanto do trabalho doméstico quanto do cuidado em nossa sociedade, que acabam impactando as mulheres negativamente.

## “Não existe hierarquia de opressão, já aprendemos. Identidades sobressaltam aos olhos ocidentais, mas a interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxergá-las como identidades.

Uma vez no fluxo das estruturas, o dinamismo identitário produz novas formas de viver, pensar e sentir, podendo ficar subsumidas a certas identidades insurgentes, resignificadas pelas opressões”, como explica a doutora em Estudos Interdisciplinares de Gênero, Mulheres e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia, Carla Akotirene, em seu livro *Interseccionalidade*.

**Um exemplo emblemático** — sobre como muitas questões importantes podem se tornar “imperceptíveis” se não trouxermos o olhar da interseccionalidade — é o discurso da intelectual Sojourner Truth em 1851, *“E eu não sou uma mulher?”*<sup>3</sup>, em uma convenção pelos Direitos das Mulheres. Ela questiona o conceito de “mulher universal”, sob seu ponto de vista de uma ex-escrava.

1 SLOSBERGAS, Luciana. “Por que a produção de artigos científicos por mulheres caiu brutalmente”, *Você S/A*, 30 jun. 2020. <https://voce.sabr.com.br/carreira/por-que-a-producao-de-artigos-cientificos-por-mulheres-caiu-brutalmente/>

2 AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019, p.46.

3 TRUTH, Sojourner e GILBERT, Oliver. *E eu não sou uma mulher?* Trad. Carla Cardoso, Rio de Janeiro: Ímã Editorial, 2020. Influenciada por Truth, a ativista e pensadora Bell Hooks discute as relações entre racismo e sexismo em HOOKS, Bell. *E eu não sou uma mulher?* Trad. Bhuví Libanio. Coleção Mulheres Negras e Feminismos. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2019.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os países pobres são os que mais sofrem as consequências imediatas da mudança climática por causa das condições desfavoráveis pré-existentes. Apesar de todas as regiões do planeta estarem sendo afetadas, os danos serão maiores para aqueles que tenham mais vulnerabilidades socioeconômicas e conforme a sua localização geográfica.

Segundo as estimativas do Parlamento Europeu, 70% das 1,3 bilhão de pessoas em situação de pobreza em todo o mundo são mulheres. Entretanto, o relatório da ONU Mulheres de 2020 mostra que apenas cinco dos 75 estados membros da Organização das Nações Unidas reconheceram que as considerações de gênero são importantes para responder aos riscos de segurança relacionados ao clima.

Para se enfrentar a emergência climática com justiça social, começando com uma retomada econômica pós-pandemia que seja verde e inclusiva — ou seja, com um novo pacto social e econômico de fato inclusivo —, deve-se levar em conta o conceito de interseccionalidade para que se possa tirar da invisibilidade muitas pessoas.

Como apontado no artigo “[Por que somente o investimento econômico em ‘setores verdes’ não basta](#)”<sup>1</sup>, para se reduzir as desigualdades estruturais de gênero e raça presentes no Brasil e trazer um desenvolvimento sustentável para uma retomada verde inclusiva, são necessários:

- debater o tema e dar a devida nomenclatura para casos de racismo ambiental, falta de equidade de gênero e outras desigualdades;
- ter ações coordenadas que busquem políticas macroeconômicas e de desenvolvimento, políticas industriais e setoriais que considerem as dimensões sociais, ambientais e climáticas;

1 OBSERVATÓRIO DO CLIMA (GT Gênero e Clima). “Por que somente o investimento em “setores verdes” não basta?”, *ClimaInfo*, 08 set. 2020. <https://climainfo.org.br/2020/09/08/visao-social-por-que-somente-o-investimento-em-setores-verdes-nao-basta/>

- gerar apoio para que micro e pequenas empresas atuem nos novos setores da economia de baixo carbono;
- buscar desenvolvimento de habilidades e competências profissionais; priorizar saúde e segurança no trabalho;
- ampliar ofertas de proteção social;
- defender os direitos universais e os serviços públicos;
- criar políticas públicas e ações que promovam a garantia dos Direitos Fundamentais do Trabalho.

Os números (ou a falta deles) trazem pistas do que precisa ser questionado. Mas são as histórias das Cecílias, Marias, Josefás e Donanas que nos fazem compreender o impacto desses números (ou a falta deles) quando pensamos em gênero para um novo acordo verde. “Não acho que as mulheres tenham que encontrar sua voz, acredito que elas já têm voz e só precisam se sentir empoderadas para a usá-la”, afirmou Meghan Markle, atriz afro-americana que se casou com o príncipe Harry da Inglaterra.<sup>1</sup>

Ao ver esta frase publicada em uma reportagem do *El País*, esta mulher que escreve este texto hesitou, mesmo diante de um desafio que vai ao encontro do objetivo deste trabalho: buscar diversidade de vozes e todas terem o mesmo espaço. A frase citada não saiu da boca de uma intelectual, nem foi registrada em um artigo científico de uma universidade considerada renomada. Aí encontramos o primeiro obstáculo para entendermos o que está por trás das estruturas de nossa sociedade, que passam despercebidas por estarmos nela. Quais são as vozes que devem ser legitimadas? Quem são “os donos da voz” que legitimam ou não um discurso?

1 GALAZ, Mabel. “Meghan Markle, uma feminista no reinado de Elizabeth II”, *El País*, edição online, 18 maio 2018. [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/09/internacional/1525875895\\_018397.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/09/internacional/1525875895_018397.html)

---

O fato é que, por uma questão estrutural, algumas vozes podem ser mais legitimadas do que outras, dependendo dos espaços nos quais são ouvidas (ou silenciadas). As razões vão desde o racismo ao machismo estrutural nos quais estamos. Todas as vozes femininas precisam ser escutadas: da princesa à quilombola, da intelectual à analfabeta, se queremos uma sociedade inclusiva, equânime e verde. As consequências da emergência climática já estão aí e não podemos enfrentá-las simplesmente repetindo os padrões excludentes que caracterizam os sistemas econômico, social e político que nos trouxeram até esta crise mundial.

Ao abrir uma exceção e ter apenas um parágrafo em primeira pessoa em toda esta publicação, é para que nenhuma voz feminina seja desencorajada em nenhum momento. Nem eu devo calar a minha própria voz.

## Nos bastidores

O presente trabalho se tornou um livro sem ter começado como tal. Ele foi inspirado pelo estudo Retomada Verde Inclusiva, do Instituto ClimaInfo, com apoio do Observatório do Clima e do GT Infraestrutura, lançado em setembro de 2020. A iniciativa foi um esforço conjunto em pensar soluções para impulsionar a recuperação econômica e a geração de empregos em um momento de pandemia e, ao mesmo tempo, promover a inclusão social e o combate às mudanças climáticas. A temática passou a ser estudada pelo olhar de gênero e suas interseccionalidades devido à participação da autora no grupo de trabalho de Gênero e Clima do Observatório do Clima e seu trabalho na área de Justiça, Equidade, Diversidade, Inclusão no Instituto ClimaInfo.

As perguntas que guiaram este livro-reportagem foram: a partir do olhar de gênero, se quisermos realmente lutar por uma sociedade mais justa e mais verde, para quais questões devemos olhar, e com qual olhar?

Como a sociedade que buscamos valorizar, as mulheres deste livro têm diferentes percursos, cores, origens (social e geográfica), idades, formação. Em comum, todas elas dedicam suas vidas e trabalho a causas importantes que trazem como ônus à sociedade mais justiça social e climática.

Por que, para intitular os capítulos, identificamos as entrevistadas apenas pelo primeiro nome? A escolha é proposital: queremos lançar luz para o que elas têm a dizer, e não para seus sobrenomes ou currículos. É uma forma de evitar diferentes tipos de julgamentos meritocráticos e de racismo epistêmico. No final do livro, sistematizamos de forma breve a biografia de todas essas mulheres.

---

Entre as diferentes interlocutoras deste livro, estão também mulheres que não foram entrevistadas, mas cujo trabalho é crucial para a discussão. Entre elas, Lélia González (1935-1994), figura incontornável do movimento negro e que tão bem soube relacionar racismo e sexismo — que, como mostramos, andam juntos quando o assunto é mudança climática.

Procuramos manter, sempre que o entendimento do conteúdo não fosse prejudicado, um pouco do caráter oral das entrevistas realizadas presencialmente. Nesses casos, o uso da língua se sobrepõe à norma culta.

Para finalizar, e como provocação ao livre pensamento, é compartilhada uma pergunta fundamental que dirigiu o trabalho, e que pretende humanizar as mulheres, retirando-as do lugar de vítimas ou de heroínas: Será que essas pessoas precisam ser salvas ou precisam ser ouvidas e estarem nas esferas de poder?



## Falta de representatividade nas esferas de decisão

**“Os impactos de gênero das mudanças climáticas significam que devemos garantir um equilíbrio entre homens e mulheres em todos os níveis”**

- HILDA

## As mulheres são metade da população mundial e as mais impactadas pelos efeitos do aquecimento global. Porém, não estão representadas nas principais esferas de decisão referentes às mudanças climáticas.

Em 2020, no ano anterior à COP26<sup>1</sup>, um grupo de mais de 450 líderes de vários países assinaram uma carta<sup>2</sup> endereçada ao governo do Reino Unido, com propostas e soluções concretas para fortalecer a presença de mulheres na equipe de liderança da presidência da Conferência do Clima. Ali nascia a campanha *SHE Changes Climate*. O objetivo era exigir uma maior representatividade feminina naquela que seria a próxima Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

Entretanto, quando finalmente a esperada conferência chegou, em Glasgow, elas não ocuparam, como reivindicavam, metade da mesa principal. Na composição da equipe da COP26, houve uma representação feminina mais ampla, 45% de mulheres<sup>3</sup>. Porém, elas estavam na organização do evento ou atuando como conselheiras, e não no time de liderança. Como aponta a ativista Bonnie Chiu em seu artigo na *Forbes*, essa divisão é característica de questões sistêmicas mais amplas nas negociações climáticas. Dada a baixa representação de mulheres em cargos políticos — globalmente, apenas 21% dos ministros do go-

1 A 26.ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26) é também chamada de Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2021. Ela foi realizada na cidade de Glasgow, na Escócia.

2 O documento, datado de 10 de dezembro de 2020, pode ser lido no site da organização: <https://www.she-changesclimate.org/our-achievements/#openletter>

3 HARVEY, Fiona. “COP26: Women must be heard on climate, say rights groups”, *The Guardian*, 25 set. 2021. <https://www.theguardian.com/global-development/2021/sep/25/cop26-women-must-be-heard-on-climate-say-rights-groups>

CHIU, Bonnie. “COP 26: why are women still missing at the top climate table”, *Forbes*, 30 out. 2021.

<https://www.forbes.com/sites/bonniechiu/2021/10/30/cop26-why-are-women-still-missing-at-the-top-climate-table/?sh=4ccf75d0519d>

Para mais detalhes, ver também: CHIU, Bonnie. “COP 26 vows to change the sexist climate finance system”, *Forbes*, 09 nov. 2021. <https://www.forbes.com/sites/bonniechiu/2021/11/09/cop26-vows-to-change-the-sexist-climate-finance-system/?sh=9d3813c17eb7>

verno são mulheres<sup>1</sup> — não é surpreendente que as delegações do clima sejam desequilibradas por gênero.

A ex-presidente da República das Ilhas Marshall, Hilda Heine, acreditava que era difícil ver como a equipe da COP26 – liderada predominantemente por homens – garantiria que as vozes e necessidades das mulheres fossem ouvidas: “A luta pela justiça climática é também a luta pela justiça racial, de gênero, sexual e econômica”, afirmou na época da campanha. Ela acrescentou que “Os impactos de gênero das mudanças climáticas significam que devemos garantir um equilíbrio entre homens e mulheres em todos os níveis, especialmente dentro da equipe de gestão sênior da COP26”.

Durante a campanha do *SHE Changes Climate*, a estrategista e autora de *All We Can Save*, Katharine K. Wilkinson, disse que a crise climática é também uma crise de liderança. Para ela, as mulheres são vozes vitais e agentes de mudança.

**A importância do equilíbrio de gênero nas COPs** - Em uma conversa virtual promovida pela Conferência de Parceria para Emergências Planetárias sobre liderança feminina na COP26 no final de 2020, participaram Katharine K. Wilkinson (professora e estrategista), Emma Grace Wilkinson (então coordenadora do Arctic Angel, programa da Global Choices), Elise Bucle (presidente e diretora do Climate & Sustainability, advisor da ONU), Antoinette Vermilye (cofundadora da Gallifrey Foundation), Bridget Burns (diretora da Women’s Environment & Development Organization), Fahana Yamin (fundadora da Track 0 e advogada climática) e Lily Cole (modelo e ativista).

Nessa conversa, Emma destacou que colaborar ao invés de competir é essencial para atingir as metas de desenvolvimento sustentável. Já Lily observou que os negócios e iniciativas social e ambientalmente sustentáveis são muito mais elevados entre as mulheres empresárias. Conversas entre gerações que

1 *Women in politics: 2020 map*, União Interparlamentar e ONU Mulheres, 2020. <https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2020/Women-in-politics-map-2020-en.pdf>

2 WILKINSON, Katharine K. e JOHNSON, Ayana E. (ed.). *All We Can Save - truth, courage, and solutions for the climate crisis*, Nova York: One World/Penguin Random House, 2020.

trazem uma perspectiva tão forte de equidade são fundamentais, de acordo com Katherine.

**Diversidade traz resultados mais sólidos e eficazes** - É evidente o reconhecimento de que a inclusão de mulheres em equipes de liderança leva a resultados melhores e mais eficazes. Portanto, é importante o papel da UNFCCC<sup>1</sup> ao apoiar o equilíbrio de gênero, pois os impactos das mudanças climáticas afetam desproporcionalmente os meios de subsistência das mulheres – sobretudo, os relacionados à segurança alimentar, ao aumento dos níveis de violência, como também aos problemas que as impedem de se envolver de forma mais ativa na educação e na economia verde.

De acordo com a Conferência de Parceria para Emergências Planetárias, existe a necessidade de equilíbrio de gênero na diplomacia climática. Ademais, é amplamente reconhecido o papel das mulheres como fundamental no combate à mudança do clima e à emergência ecológica. Para que seus interesses sejam adequadamente considerados nas respostas às políticas de mudança climática, as mulheres precisam estar envolvidas no planejamento estratégico e na tomada de decisões.

Ainda de acordo com o texto da carta proposta sobre uma maior representatividade feminina na COP26, as evidências mostram que envolver, na tomada de decisões, as pessoas que serão afetadas por essas mesmas decisões, influencia o apoio às políticas entre o público. A falta de equilíbrio de gênero nas principais decisões políticas sobre o clima também tem mais probabilidade de impedir uma ação eficaz para se enfrentar a emergência climática. Uma tomada de decisão mais inclusiva e participativa melhora a qualidade da mesma, porque reflete e incorpora uma gama mais ampla de perspectivas e conhecimentos.

1 A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, também conhecida como UNFCCC, é um tratado internacional firmado por quase todos os países do mundo para estabilizar a concentração de gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera.

A inclusão de mulheres também leva a resultados mais sólidos na implementação dessas decisões e ações. “Precisamos de uma equipe de todos os talentos, e que deve ser diversa em todos os aspectos”, analisa Carolyn Fairbairn<sup>1</sup>, diretora-geral da organização de empregadores do Reino Unido, a CBI (*Confederation of British Industry*, sigla em inglês).

A UNFCCC entende que as mulheres e os homens vivenciam e moldam as mudanças climáticas de maneiras muito diferentes. No geral, as mulheres tendem a apoiar mais as políticas e mudanças de estilo de vida para lidar com as mudanças climáticas. A Convenção-Quadro compreende ainda que, como os desafios que enfrentamos hoje no clima e na emergência ecológica são sem precedentes, eles exigem uma abordagem nova. As mentes mais brilhantes e as soluções mais criativas são necessárias para enfrentar os desafios de hoje.

A ativista climática da organização *Friends of the Earth*, Muna Suleiman, disse que as mulheres e crianças têm 14 vezes mais probabilidade do que os homens de sofrer impactos diretos de desastres naturais e colapso climático<sup>2</sup>, mas são regularmente excluídas da tomada de decisões que deveriam mudar as coisas. Quando as mulheres desempenharam um papel decisivo nas negociações anteriores sobre o clima da ONU nos últimos tempos, isso resultou em ações e resultados climáticos ousados, apesar da oposição significativa.

1 Citada em MATHEUS, Tatiane. “Mulheres pedem igualdade de gênero no comando da COP 26”, *ClimaInfo*, 17 dez. 2020.

<https://climainfo.org.br/2020/12/17/igualdade-de-genero-na-cop26/>

2 GALAZ, Mábel. “Meghan Markle, uma feminista no reinado de Elizabeth II”, *El País*, edição online, 18/05/2018.



## Racismo ambiental e gênero

**“O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo”**

- LÉLIA

Ao refletirmos sobre como ter uma retomada verde inclusiva sob o olhar de gênero e clima é fundamental acrescentar a esta análise o modo como o racismo (institucional, estrutural e ambiental) influencia as decisões sobre licenças ambientais, as leis de proteção ambiental e até mesmo as permissões de uso da terra. No Brasil, ainda existem os reflexos e as consequências — na estrutura da nossa sociedade — da cultura escravocrata do período do Brasil Colônia.

Para uma retomada verde inclusiva, o racismo ambiental deve ser levado em conta na análise de gênero e clima. “O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós, o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”, explica a filósofa e antropóloga brasileira Lélia Gonzalez no artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”<sup>1</sup>.

Lélia Gonzalez faleceu em 1994. Quase uma década depois, no ano de 2002, a ativista mexicano-chilena e membro do povo indígena Otomi-Tolteca, Xiye Bastida, nasceu. E o que elas têm em comum? Ambas alertam para o mesmo problema que segue ainda sem soluções factíveis. Em 2021, na Cúpula do Clima, Xiye ressaltou que a emergência climática é o resultado da perpetuação dos fantasmas e de todos os sistemas de colonialismo e de opressão que foram orientados para o mercado. Os 40 líderes que estavam na Cúpula do Clima buscando soluções eram, em sua maioria, do Norte global, que historicamente perpetraram esses sistemas. As comunidades mais afetadas por incêndios florestais, quebra de safra e abusos contra os direitos humanos estão no Sul global, sub-representado em instâncias decisórias. Para ela, quando se trata de “Soluções Sustentáveis”, é preciso que essa comunidade participe de espaços de tomada de decisão para garantir que não estão sendo criados novos “espaços de sacrifícios” a essas comunidades.

<sup>1</sup> GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp.237-256.

## “Não estou totalmente representada aqui hoje. As soluções devem estar alinhadas com o fato de que justiça climática é justiça social”, argumentou Xiye — que faz parte de uma comunidade negra e parda.

No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2019, o número de mulheres (51,8%) é superior<sup>1</sup> ao de homens (48,2%), e elas estudam mais tempo<sup>2</sup> que o sexo oposto. Também estão na frente dos homens em saúde e educação, mas, como aponta o Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), elas não estão na frente quando o quesito é renda e representação. Em 2019, as brasileiras tinham renda 41,5% menor do que a dos homens<sup>3</sup>.

Mesmo com as mulheres tendo vivenciado novas dinâmicas econômicas e sociais que as inseriram no mercado de trabalho desde o século XX, a desigualdade de gênero é perpetuada pela discriminação salarial e ocupacional, como também na desigual divisão do trabalho doméstico, a menor inserção em postos de trabalho com formalização e o pequeno percentual de mulheres em cargos de liderança ou representatividade.

Estes números ainda são mais discrepantes quando é colocado o viés racial. Das 11 milhões de famílias compostas por mulheres sem cônjuge e com filhos de até 14 anos, 31% eram chefiadas por mulheres brancas e 68% por mulheres pretas e pardas, conforme registram os dados de 2018 divulgados pelo IBGE sobre as estruturas familiares no Brasil. Das famílias chefiadas por mulheres

1 As informações resumidas podem ser encontradas no seguinte informativo do IBGE: “Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019” (informativo), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua 2019), Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf)

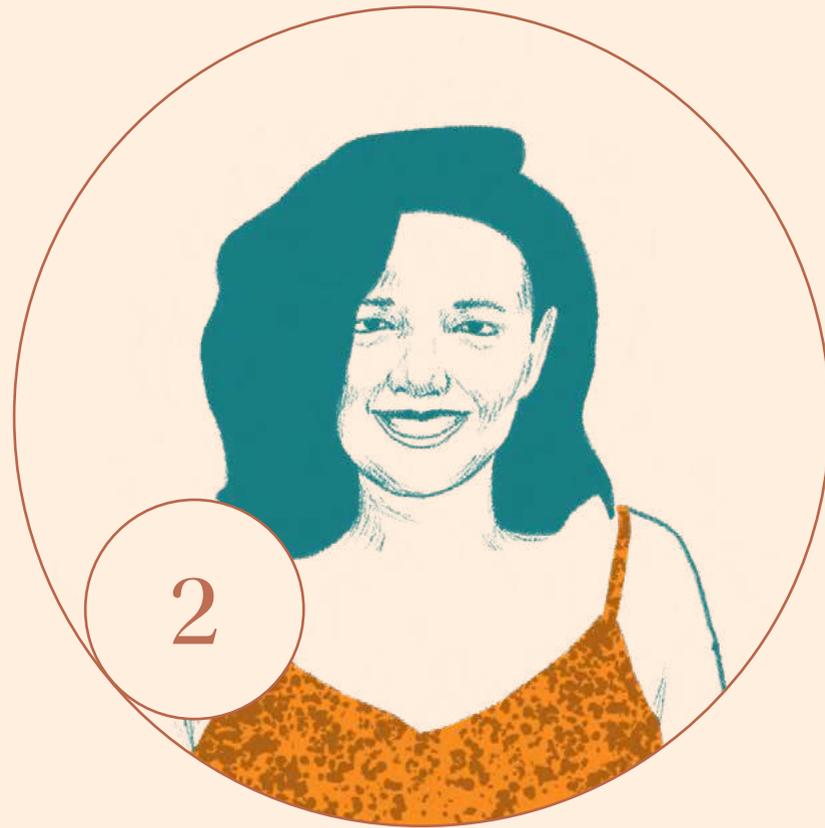
<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>

2 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, Estudos e pesquisas / Informação Demográfica e Socioeconômica, nº 38, Rio de Janeiro: IBGE, 2021, 2ª edição. [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf)

3 “MULHERES estudam mais no Brasil, mas têm renda 41,5% menor que homens”, diz ONU. *GI*, 09 dez. 2019. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/mulheres-estudam-mais-no-brasil-mas-tem-renda-415percent-menor-que-homens-diz-onu.ghtml>

pretas e pardas, 63% estão abaixo da linha de pobreza, enquanto das famílias chefiadas por mulheres brancas, 39% estão nesta mesma condição, segundo a mesma fonte<sup>1</sup>.

1 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisas de orçamentos familiares 2017-2018*. Primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>



## Problemas estruturais

**“A interseccionalidade é o grande princípio para garantir que a recuperação econômica não seja só verde, mas seja inclusiva”**

- PRISCILLA

A crise da Covid-19 foi o gatilho de uma crise econômica em muitos países, sobretudo, para mostrar toda a estrutura que já não funcionava devidamente. A pandemia demonstrou que as políticas sociais do Brasil são muito falhas. Por quê? O que fomenta isto? “Quando pensamos em planos de recuperação econômica, logo falamos em setores e em ações de curto prazo. Mas devemos pensar em vários níveis. Mais do que nunca temos que focar em medidas estruturais — que são a base para que sejam mais frutíferas as ações setoriais e de curto prazo. A base maior é para deixar a gente, como sociedade e como economia, mais resiliente, já que nós vivemos uma crise climática, econômica e social... e ainda fomos atropelados por uma crise sanitária. Mas as crises começaram a se retroalimentar”, analisa a advogada e consultora ambiental Priscilla Santos durante a entrevista.

Existe uma grande lacuna estrutural em vários setores. Cada um deles terá oportunidades para trabalhar nestas lacunas e fomentar a economia. A pandemia trouxe à luz os diversos trabalhos de cuidado que são inviabilizados. De acordo com a especialista, ao criar escolas, creches, remunerar adequadamente quem exerce trabalhos de cuidados, serão trazidas melhores condições para terem mais mulheres no mercado e com que elas façam parte das soluções para a retomada da economia. “Por exemplo, ao olhar para o setor de energia ou ao acesso às tecnologias sustentáveis: até que ponto esses projetos incluem a capacitação de mulheres para trabalhar na manutenção destas infraestruturas? Até que ponto são treinadas para serem gestoras dessas empresas?”, acrescenta Priscilla.

De acordo com a especialista, são vários problemas solucionados ao mesmo tempo: ao diminuir as emissões de GEE, a comunidade terá mais segurança energética; o acesso acoplado à capacitação de pessoas das comunidades para a gestão destas fontes de energia renováveis gerará renda.

**Mas quem são as impactadas?** - Cada setor precisa ser pensado de forma a ter medidas específicas para solucionar estas questões. Para isso, é necessário mapear as lacunas. “Existe uma carência gigantesca de dados, seja para políticas públicas mais abrangentes, seja por setor, onde as informações estão

desagregadas, somente por sexo”, alerta Priscilla. E enfatiza: “a sociedade civil e a academia têm um papel importante para medir isso, para entendermos o tamanho do problema. Contribuir com a coleta e análise desses dados.”

A partir dos mapeamentos será possível buscar as recomendações necessárias para cada setor. “Não somente os critérios climáticos que devem ser vistos para uma sociedade de baixo carbono, mas também para uma economia mais inclusiva tanto para a força de trabalho mais básica até para os cargos de decisão. Mais mulheres sendo mais pagas pelos seus trabalhos é mais dinheiro circulando na economia e arrecadação de impostos por parte do Estado”, argumenta a advogada.

Para ela, o trabalho de cuidado deveria ser trazido à formalidade desses empregos. “Várias famílias têm uma familiar, uma tia ou avó, que cuida das crianças. Mas esse serviço poderia ser feito pelo Estado, e essa tia que cuida do sobrinho poderia estar realizando outra potencialidade da vida dela. Isso tem um impacto na economia e na representatividade. Mais mulheres recebendo seu próprio dinheiro são menos mulheres vulneráveis à violência doméstica, outro dado que subiu durante a pandemia”, comenta.

Enquanto Priscilla fala em quebrar as crenças no Brasil em torno da economia do cuidado e da inviabilização destes trabalhos — segundo as quais mulheres têm lugares esperados na sociedade —, o governo da Argentina anunciou que o trabalho materno passará a ser reconhecido como tempo de serviço computável para a aposentadoria. O benefício se dirige às mulheres que não têm 30 anos de contribuição. As mulheres poderão acrescentar de um a três anos de tempo de serviço por filho que tenha nascido com vida para que consigam atingir o tempo mínimo para conseguirem se aposentar. Serão ainda considerados dois anos por filho adotado e adicionado um ano para cada filho com deficiência. Este é um dos muitos exemplos de políticas públicas voltadas às mulheres.

## “Temos de garantir que, em tomadas de decisões e em níveis diferentes, deve-se ter processos mais inclusivos.”

**A interseccionalidade levada em conta para “mexer com as estruturas”** - As mulheres foram mais impactadas na pandemia, isso é fato. “Mulheres negras ainda mais, mulheres que são chefes de família ou mães solo ainda mais, porque as obrigações se acumularam sobre elas”, diz Priscilla. As mulheres que precisaram cuidar das suas obrigações não remuneradas perderam seus postos de trabalho.

Pensando em questões estruturais, a NDC (*Nationally Determined Contributions*, na sigla em inglês), que são os compromissos que os países signatários assumiram no Acordo de Paris aprovado em 2015, pode garantir que uma recuperação verde não deixe ninguém de fora. Por exemplo, na agricultura de baixo carbono dentro do plano ABC, pode-se ter uma linha de crédito que beneficia mulheres porque elas terão desafios diferentes dos homens. Priscilla foi uma das especialistas que analisou e fez recomendações sob a ótica de gênero no documento da NDC sugerido pela sociedade civil.

“Fomentar o empreendedorismo feminino é outro exemplo. Mulheres, geralmente, abrem seu negócio dentro da própria casa. A maternidade está relacionada ao empreendedorismo? Não! É a falta de uma rede de apoio que a obriga a ter algo que tenha mais controle do tempo. Um mecanismo de financiamento pode apoiar as mulheres a pensarem especificidades para abrir um negócio ou serem capacitadas. É importante não ter uma visão míope. A retomada verde deve levar isso em conta. Se a gente sabe que as mulheres estão abaixo da linha da pobreza de uma determinada região, faz todo o sentido que se foque em oportunidades de geração de empregos verdes para aquele público. As intervenções precisam ser de uma forma minimamente regionalizada”, afirma. Esta é uma das soluções indicadas por Priscilla.

Para ela, faz todo o sentido fazer com que a retomada verde seja feita para aumentar a geração de emprego. A recomendação é dar acesso à educação e à capacitação de mulheres e jovens, como também à população LGBTQIA+, já que faltam espaços inclusivos e de capacitação. “Deve-se focar em financiamento de projetos comunitários. Muitas pessoas que trabalham nas favelas e nas periferias não conseguiram fazer isolamento social e ainda tiveram seus acessos dificultados. Existe um crescimento grande de movimentos de empreendedorismo nas favelas. Dar oportunidade ao que já existe é como ter mais benéficos climáticos”.

Priscilla afirma que temos de garantir que, em tomadas de decisões e em níveis diferentes, deve-se ter processos mais inclusivos. “Aliás, quem está tomando as decisões para essas ações de recuperação econômica? Se são essas pessoas que não têm essas vivências, já vimos o que dá. Serão soluções que não vão resolver os problemas reais das pessoas, nem das diferentes formas que elas serão impactadas.” Se essas ações sugeridas forem realizadas, é importante que se tenha a garantia de monitoramento dos impactos dessas ações e ver o que pode ser melhorado ou aprimorado.

Enquanto a NDC pode mexer com as estruturas nas esferas governamentais, o mercado pode fazer algo semelhante por meio do ESG (*Environmental, Social and Governance*, na sigla em inglês). “O ‘S’ do ‘ESG’ é a letra mais atrasada desta sigla. Já temos algumas lições aprendidas de como políticas públicas, em gênero, raça e classe, foram míopes. Não endereçam as necessidades específicas dessas pessoas e, na verdade, ainda servem para adensar essas desigualdades que já são estruturais”, observa.

Ainda pelo olhar estrutural, Priscilla assinala que se deve pensar na questão tributária para ter efeitos positivos: “O princípio da progressividade tem tudo a ver com recuperação econômica”. No setor privado, convém fazer ações de diversidade e de inclusão: “Mais do que nunca foi comprovado que, em momentos de crises, as empresas que constroem soluções mais inovadoras são aquelas que têm um repertório mais plural, pois possuem mais condições de pensar de for-

ma mais ampla nas questões mais complexas. Também há ganhos econômicos porque têm um desempenho melhor”.

Priscilla recomenda ainda programas internos de capacitação e mentoria para ter mais lideranças femininas. “Não só mapear, mas fazer algo para ter mais mulheres na tomada de decisão”, aponta. E completa: “O mundo está se encaminhando para isso. As empresas que estão deixando de lado os critérios ESG estão ficando para trás. [É preciso] Garantir que o Brasil se regularize para não ser mais esse ESG ‘autodeclaratório’. Criar meios para que os investidores façam isso menos por *greenwashing*, e mais porque é um diferencial reputacional e econômico.”

**Oportunidades nas lacunas** - Dos setores avaliados por Priscilla, o setor de energia tem um grande potencial para melhorar as condições de comunidades periféricas a partir de fontes renováveis. Porque poderá ajudar e reduzir as emissões; a comunidade poderá ter segurança energética; há a possibilidade de dar acesso acoplado à capacitação de pessoas que vivem no local para a gestão destas fontes de energia renováveis; além do acesso e da capacitação (dentro e fora da comunidade) gerar renda.

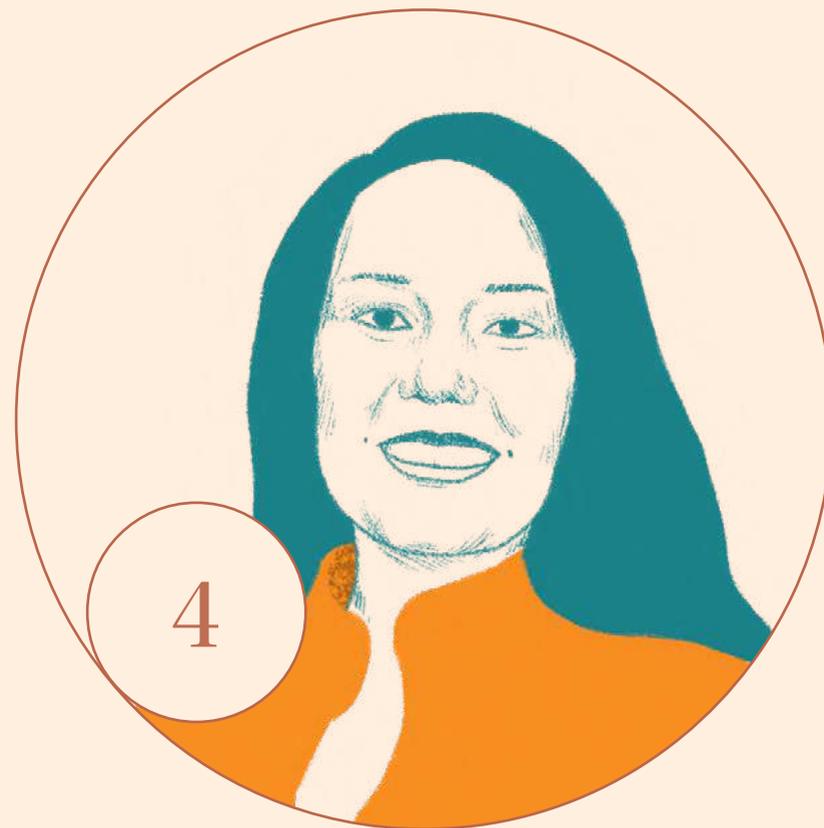
Outro setor é o transporte, com a inclusão de incentivos à mobilidade ativa, que também traz benefícios para a saúde da população e ainda reduz as emissões de gases do efeito estufa. Saneamento e gestão da água também são primordiais. Entre as soluções, estariam: facilitar o acesso às concessões aprovadas ou a créditos para grupos de mulheres para abastecimento e instalações adequadas; criar de linhas de microcrédito para organizações que trabalham na temática de água; promover o acesso universal ao saneamento; incluir a gestão de água nos currículos escolares.

Priscilla destaca ainda que temos um *modus operandi* de repetir as ações nas crises. Esta é a oportunidade de pensar diferente. Não adianta esperar a próxima crise. A ideia é construir resiliência nas cidades e nos ecossistemas para poder enfrentar melhor outras crises. Todos esses projetos precisam ter indicadores que levem em conta a dimensão social e de gênero. Ter tanto indicadores

---

macro para o governo e políticas públicas quanto indicadores para as organizações de cooperação internacional.

“A interseccionalidade é o grande princípio para garantir que a recuperação econômica não seja só verde, mas seja inclusiva, tanto na abordagem em nível setorial quanto nos indicadores colocados dentro de projetos”, diz. Com indicadores por critérios de liderança seria possível elaborar cursos de capacitação em Ciência e Tecnologia para mulheres e meninas, uma vez que elas são sub-representadas nessas áreas.



## Sistema tributário

**“O sistema tributário brasileiro é injusto e reforça as desigualdades de gênero”**

- ANA CAROLINA

A desigualdade de gênero impedirá o Brasil de alcançar o desenvolvimento sustentável: este é um dos alertas da advogada tributarista e membro do La Clima, Ana Carolina da Silva Barbosa, e os demais autores do artigo [“As propostas de Reforma Tributária e o Risco de Perpetuação da desigualdade de gênero no Brasil”](#)<sup>1</sup>. O estudo aponta que benefícios sociais e econômicos advindos da redução da desigualdade de gênero são abundantes. Entretanto, é crucial que sejam feitas políticas que transformem a posição da mulher na sociedade brasileira.

O debate sobre a reforma tributária é uma oportunidade para reduzir a desigualdade de gênero. Entretanto, as alternativas propostas em tramitação no Congresso Nacional giram em torno da tributação sobre o consumo. Mesmo sendo relevantes diante da complexidade do sistema tributário nacional, só isso não contribui para a redução das desigualdades, como as agrava ainda mais. A eliminação de tributos que oneram o trabalho feminino, a adoção de um sistema tributário equilibrado, com a ampliação da progressividade para o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e a tributação do consumo que procure corrigir distorções de gênero têm o potencial de trazer benefícios econômicos e sociais significativos, de acordo com o artigo.

Por quê? Devido à estrutura da sociedade a qual todos nós estamos inseridos, as mulheres, em geral, inclinam-se a investir mais em saúde, educação e no bem-estar da família. Logo, qualquer reforma tributária que desonere esses itens trará redução da desigualdade de gênero. Ainda a desoneração de tributos também precisa estar dentro de uma política maior para combater estigmas e estereótipos de gênero, como a adoção da licença parental compartilhada, a criação de creches, escolas e instituições de cuidado, para retirar as mulheres de atividades de cuidado não remuneradas, inserindo-as na economia do país. O fato é que o sistema tributário brasileiro não foi desenvolvido para a correção das desigualdades de gênero, mesmo tendo como princípio orientador a igualdade e ferramentas de correção de desigualdades. Ao contrário, reforça os pa-

<sup>1</sup> BARBOSA, Ana Carolina da S., BARBOSA, Lidia Cristina S. e MONTEIRO, Pedro Malard. “As propostas de Reforma Tributária e o Risco de Perpetuação da desigualdade de gênero no Brasil”, *Em Sociedade*, Revista do Departamento de Ciências Sociais - PUC Minas, v.3, nº 1, 2020. <http://periodicos.pucminas.br/index.php/emsociedade/article/view/22027>

péis de gênero na sociedade brasileira. Não é à toa que muitas mulheres estão na informalidade<sup>e</sup> e que muitos trabalhos de assistência não são remunerados.

## “O sistema tributário pode e deve ser desenvolvido de modo a contribuir para a redução da desigualdade de gênero e a inserção econômica das mulheres.”

De acordo com Ana Carolina, a arrecadação tributária brasileira é muito concentrada no consumo. Ele onera mais quem tem menos. As pessoas que ganham pouco gastam todos os seus rendimentos no consumo. Não sobra nada para poupar e acumular patrimônio. Ou seja, as mulheres brasileiras estão sustentando o sistema arrecadatório com o consumo.

Portanto, com essa questão estrutural da tributação do consumo é muito difícil permitir que as mulheres invistam em educação, saúde e na melhoria de vida de suas famílias. Isso sem falar na tributação do consumo que onera os produtos sanitários, como absorventes higiênicos. Os tributos hoje que incidem sobre os absorventes somam 25% do preço final. Vários países já diminuíram esta tributação. A questão da pobreza menstrual (falta de acesso a produtos básicos de higiene menstrual) é básica e precisa ser resolvida pelo nosso país.

Se considerarmos também a tributação da renda, veremos que ela também onera mais as mulheres negras, porque elas recebem menos que os homens e a tabela do imposto de renda há muitos anos não é corrigida para permitir o aumento da faixa de isenção. São os homens que mais declaram e que declaram mais patrimônio e são eles que gozam da isenção dos rendimentos decorrentes de distribuição de lucros e dividendos.

<sup>1</sup> BRIGATTI, Fernanda. “Pandemia deixa mais da metade das mulheres fora do mercado de trabalho”, *Folha de S.Paulo*, 01 fev. 2021. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/02/pandemia-deixa-mais-da-metade-das-mulheres-fora-do-mercado-de-trabalho.shtml>

Ainda com relação à renda, quando as mulheres se separam e ficam com a guarda dos filhos, elas também pagam mais imposto de renda que os pais porque não podem deduzir os valores recebidos a título de pensão dos seus rendimentos. Esses dados mostram como o sistema tributário é injusto e reforça as desigualdades de gênero.

**A relação do sistema tributário com um desenvolvimento sustentável e inclusivo** - “O sistema tributário pode e deve ser desenvolvido de modo a contribuir para a redução da desigualdade de gênero e a inserção econômica das mulheres. Mas, para tanto, o sistema legal deve ultrapassar a demanda por igualdade formal e assumir como meta a igualdade substantiva, que foi o conceito desenvolvido pelo trabalho da ONU Mulheres em 2015”, apontam os pesquisadores do artigo mencionado.

A busca pela igualdade de gênero é central para reduzir a pobreza e impulsionar o desenvolvimento humano, segundo o estudo [Perspectivas Sociais e do Emprego no Mundo](#)<sup>1</sup>, produzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2018. Para uma retomada verde inclusiva, a inserção das mulheres no mercado de trabalho dinamiza a economia, amplia o Produto Interno Bruto (PIB), modifica estruturas sociais e, com certeza, traz maior equidade. Logo, corrigir a desigualdade de gênero no Brasil não é apenas uma questão social, é econômica: a economia cresce quando as mulheres trabalham.

“O desenvolvimento que a nossa ordem constitucional [a nossa Constituição Federal de 1988] objetiva é o desenvolvimento sustentável. O princípio da sustentabilidade orienta todo o sistema de normas e tem três pilares: ambiental, econômico e social. O pilar ambiental dá sustentação a políticas que visam não só a proteção e regeneração do meio ambiente, mas, conjugado com os pilares econômico e social, visa ao desenvolvimento de políticas em torno da economia circular, que respeita a escassez dos recursos naturais e promove

1 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO. “World Employment and Social Outlook (WESO) 2018: Greening with jobs”, Geneva: OIT, 2018. <https://www.ilo.org/weso-greening/#Intro-1> (infográfico) [https://www.ilo.org/weso-greening/documents/WESO\\_Greening\\_EN\\_web2.pdf](https://www.ilo.org/weso-greening/documents/WESO_Greening_EN_web2.pdf) (documento)

Ver também a notícia “OIT: desemprego e déficits de trabalho decente continuarão altos em 2018”, OIT Brasília, 22 jan. 2018. [https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_615927/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_615927/lang--pt/index.htm)

a inserção social. O pilar econômico do princípio da sustentabilidade é uma diretriz para a construção de uma ordem econômica que busca o desenvolvimento, melhora a sociedade, garantindo as necessidades da presente geração e ainda as condições de satisfação das necessidades das gerações futuras”, explica a advogada Ana Carolina.

Portanto, o objetivo da ordem econômica nacional, quando fala em desenvolvimento, pressupõe a preservação do meio ambiente e a promoção de direitos sociais. Ana Carolina explica ainda que o sistema tributário não é apenas uma ferramenta, ele é parte do sistema de regras. E quando analisamos o sistema atual com o pano de fundo da sustentabilidade, vemos que o sistema não é justo, nem está sendo utilizado para garantir os direitos da população brasileira — e muito menos a política climática.

“Se pegarmos o sistema tributário hoje, numa análise fria, vemos que 40% [57 milhões] de lares são chefiados por mulheres, sendo que 57% estão abaixo da linha de pobreza e, dentre estes, 64,4% são chefiados por mulheres negras. Assim, as mulheres negras estão em situação mais vulnerável. Mulheres ganham 22% menos que os homens. Entre aquelas que têm ensino superior, a diferença é de 40%. Entre homens brancos e mulheres negras, o gap salarial é de 44,4%. Ao analisar a estrutura da sociedade na qual vivemos, mulheres ainda dedicam o dobro de horas a afazeres domésticos [21,3 horas x 10,9 horas semanais dos homens]. Nos tempos de pandemia, provavelmente, isso cresceu. As mulheres, e especialmente as negras, estão na base remuneratória do Brasil, porém, são as que pagam mais tributos”, complementa a pesquisadora.

Ao mesmo tempo, os estudos mostram que se as mulheres forem inseridas na economia de forma mais equânime, a geração de riqueza para o país será muito considerável. Não há como se alcançar o desenvolvimento sustentável sem o tratamento justo e equânime que permita a correção e redução dessas desigualdades.

### **Mudanças necessárias para uma retomada verde inclusiva** -

Para Ana Carolina, a redução ou isenção da tributação incidente sobre o consumo de produtos de uso exclusivamente feminino, manutenção de isenções

---

de tributos sobre cesta básica e produtos de uso doméstico básico são uma das mudanças necessárias para uma retomada verde inclusiva.

Também é preciso que sejam feitas correções na tributação, que reforça os estereótipos de gênero; atualização da tabela do imposto de renda; criação de novas faixas de alíquotas do tributo de renda das pessoas físicas, tornando o sistema mais progressivo – além de acabar com a isenção do imposto de renda sobre lucros e dividendos e permitir a dedução da pensão alimentícia das mulheres que recebem tais pensões.

“Mas eu acho que esta igualdade deve começar com a mudança de uma regra que não é tributária. Precisamos de uma política coerente de redução de gênero, que promova a educação das mulheres, a proteção social das mulheres e meninas, a instituição de uma licença parental”, conclui a advogada.



## ESG

**“O mercado financeiro percebeu que questões sociais e ambientais são mitigação de risco e oportunidades de novos ganhos”**

- SONIA

ESG: sigla “da moda” ou uma tendência para ficar? *Environment, Sustainability and Governance*, nome em inglês, tem ganhado grande visibilidade, graças a uma preocupação crescente do mercado financeiro com a sustentabilidade. As questões ambientais, sociais e de governança passaram a ser consideradas essenciais nas análises de riscos e nas decisões de investimentos, colocando forte pressão sobre o setor empresarial para se adaptar, sob a sombra de perder negócios.

De acordo com relatório da PwC<sup>1</sup> publicado em 2020, 57% dos ativos de fundos mútuos na Europa estarão, até 2025, em fundos que consideram os critérios ESG, o que representa 8,9 trilhões de dólares. No fim de 2019, esse percentual era de 15,1%. Para completar, 77% dos investidores institucionais pesquisados neste estudo informaram que planejavam parar de comprar produtos que não são ESG nos dois anos seguintes. Ao mesmo tempo, um levantamento realizado pela Morningstar e pela Capital Reset<sup>2</sup> revelou que fundos ESG captaram 2,5 bilhões de reais em 2020 no Brasil. O mercado financeiro tem percebido que as questões sociais e ambientais são riscos iminentes e podem impactar o resultado financeiro.

Considerada uma das pioneiras do tema no meio corporativo, a jornalista Sonia Consiglio Favaretto — especialista em sustentabilidade e SDG Pioneer<sup>3</sup> escolhida pelo Pacto Global das Nações Unidas e Riscos — alerta que os riscos que, há dez anos, eram colocados a longo prazo, hoje são questões concretas e de risco imediato, que têm trazido perdas de reputação ou imagem para as empresas.

“Daí que vem o termo cisnes verdes, definido para eventos de alto impacto financeiro causados por mudanças climáticas. O mercado financeiro percebeu

1 MARSH, Alastair. “Almost 60% of mutual fund assets will be ESG by 2025: PwC”, *Bloomberg*, 19 out. 2020. Citado por *Exame* (edição online): “Quase 60% de ativos de fundos mútuos serão ESG até 2025, diz PwC”, 19 out. 2020. <https://invest.exame.com/esg/quase-60-de-ativos-de-fundos-mutuos-serao-esg-ate-2025-diz-pwc>

2 VIRI, Natalia e ADACHI, Vanessa. “Fundos ESG captaram ao menos R\$ 2,5 bi em 2020 no Brasil. O que está por trás do número?”, *Reset*, 29 jan. 2021. <https://www.capitalreset.com/fundos-esg-captaram-ao-menos-r-25-bi-em-2020-no-brasil-o-que-esta-por-tras-do-numero/>

3 O grupo de SDG Pioneers, escolhido anualmente, é formado por líderes empresariais em todo o mundo com trabalho excepcional para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

que olhar para questões sociais e ambientais é por um lado mitigação de risco e, por outro lado, é busca de oportunidades e de novos ganhos. O mercado financeiro faz mover essa roda nesse sentido. Os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis) são um *framework*, um mapa muito claro dos desafios que temos para atingir nos próximos anos, com o consenso de vários países do mundo”, analisa Sonia.

De acordo com a especialista, a importância dos ODS é ser esses mapas, é dar caminhos. São 17 objetivos, 69 metas e 231 indicadores, ou seja, estão muito bem definidos. Os investidores têm cada vez mais considerado os ODS na hora de tomar a sua decisão de investimentos. Isso é importante porque não é só uma agenda teórica. Os investidores de fato têm considerado os ODS na sua tomada de decisão. Ela cita como exemplo um estudo do BlackRock<sup>4</sup>, que perguntou quais são os principais ODS os investidores levam em conta na tomada de decisão: 51% dos entrevistados considera a mudança do clima, (ODS 13), 50% levam em conta a energia (ODS 7), 37%, a água (ODS 6), 32%, a saúde e o bem-estar (ODS 3), e 29%, a cidade sustentável (ODS 11).

Por sua vez, as empresas também vêm considerando os ODS nos seus planejamentos. “O *Green New Deal* são decisões a serem tomadas após a pandemia para uma recuperação verde, e todas essas decisões são de investimentos e de tomadas de decisões para essas agendas. Transporte sustentável, novas opções de mobilidade, infraestrutura, energia etc. Sim, todas as questões do *Green New Deal* europeu são consideradas no macrocenário, até porque podem trazer dificuldades de comércio de exportação.”, acrescenta na sua análise.

**O papel das lideranças** - Já é percebido pela dor sentida pela perda da vida de pessoas em catástrofes (quando, em geral, não ocorriam) que os riscos (já avisados) relacionados às mudanças climáticas têm se materializado. “Os riscos estão se materializando cada vez mais rápido: crises ambientais, crises sociais na cadeia de produção etc. Por outro lado, a gente tem ganhos, a gente tem percebido novos produtos, novos serviços e novas oportunidades vêm atraindo

4 BLACKROCK INVESTMENT INSTITUTE. *Sustainable investing: resilience amid uncertainty*, 2020. O estudo está disponível para download no site do instituto:

mais o mercado. Consequentemente, gerando mais visibilidade e ganhando relevância nas agendas *green bonds*<sup>1</sup>, *liquid bonds*. Vemos novos índices de sustentabilidade sendo criados, trazendo melhor performance e menos volatilidade para o investidor. Entendo que desta forma, com o risco se materializando e a oportunidade e o ganho crescendo, a sustentabilidade tem se mostrado como algo concreto, e não apenas uma quimera, nem uma questão de marketing para ficar bem na foto”, analisa Sonia.

Para ela, a pandemia mostrou que uma questão de saúde relacionada ao meio ambiente coloca a economia em *lockdown*: “Não dá mais para fechar o mundo em caixinhas”. A jornalista explica que, na crise de 2008, os pacotes para a retomada foram numa linha puramente financeira e até se tentou privilegiar algumas medidas de desenvolvimento sustentável no período pós-crise, mas nada aconteceu. Entretanto, hoje, percebe-se que não há outro caminho que não seja tomar decisões econômicas que considerem um “novo econômico” ao ver o social e ambiental. A pandemia sem dúvida acelerou a ascensão da sustentabilidade no meio corporativo.

## “As mudanças climáticas afetam a todos. Mas não na mesma proporção. E aí está a raiz da questão e dos impasses.”

Sob a ótica da especialista, as lideranças são fundamentais nessa agenda e não importa qual é a esfera deste líder. Um presidente, um CEO de empresa ou um líder comunitário têm o poder de fazer essa agenda avançar. Ela aponta que, já em 2020, veio um movimento de lideranças se posicionando, assumindo compromissos e enviando cartas para tomadores de decisão. Há cerca de seis anos está muito claro o interesse dos investidores no ESG. A agenda já vinha avançando. Hoje, os riscos apontados vêm se materializando, mas também há um aumento de oportunidades.

<sup>1</sup> São títulos verdes, similares a títulos de dívida comuns, mas para serem usados com o objetivo de financiar investimentos considerados sustentáveis.

“Estamos no momento de [saber] como incluir essa agenda, qual é a melhor forma para minha empresa, para minha companhia, o que é melhor para mim, o que o mercado está pedindo. Estamos neste momento tentando entender a operação disso. Quem ainda está na fase do ‘por que’ já perdeu o campo, e está colocando a sua empresa obviamente sob um risco iminente porque a fase é do ‘como’”.

**Não dá mais nem para separar o mundo em caixinhas, nem ficar dentro delas** - Não dá para dividir o mundo. Todos os aspectos impactam ou são impactados uns pelos outros. “Se a gente continuar falando do social, do ambiental e da governança sem falar de economia, a gente não vai transformar o modelo. O que a gente está falando é transformar o modelo atual de funcionamento dos mercados, um modelo de capitalismo que funcionou nos últimos 50 anos, bem ou mal. Mas que, agora, não tem mais condição de prosseguir, porque as questões sociais, ambientais e de governança colocam em risco a economia. Não se pode mais falar dessas questões separadamente porque a gente pode quebrar empresas, colocar sistemas financeiros em risco”, explica Sonia.

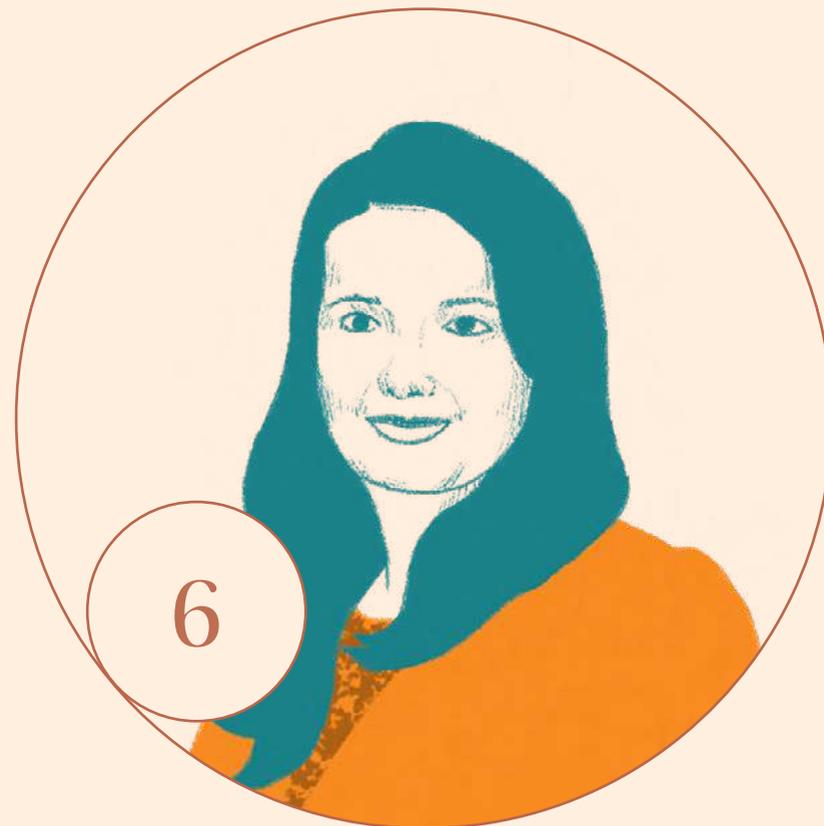
Para ela, é preciso olhar e gerir o mundo de uma forma holística. “Cada vez mais o entendimento [do mercado] de que o meio ambiente é condição de operação, quer dizer, que a gente vive numa sociedade que opera no meio ambiente onde fazemos negócios, vem aumentando. A questão de risco e de tudo que vem acontecendo em torno da agenda ambiental mostra que é preciso investimento para trocar sistemas de produção e para se adequar a uma economia de baixo carbono.” Sônia acredita que está aumentando o entendimento de quanto a agenda ambiental é estratégica e que a área merece investimentos. “Quem pensa que ainda é um gasto está correndo um risco de sair desse jogo muito brevemente”, alerta.

As mudanças climáticas afetam a todos. Mas não na mesma proporção. E aí está a raiz da questão e dos impasses. Há países mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas, ilhas que vão desaparecer — se de fato tivermos degelo e aumento dos mares. Para onde vão os moradores dessas ilhas? Haverá um rearranjo geopolítico muito profundo que aconteceria ou acontecerá em casos desse tipo.

“A retomada verde pode ser inclusiva sob o ponto de vista de empresas e de investidores. Esse processo tem que incluir diferentes *stakeholders* na raiz. Para fazer uma retomada verde e fazer um pacote de ações é preciso estar ouvindo todos os setores da sociedade para poder incluir todas as demandas. Há muita ajuda, muito apoio de academia, não tem outro caminho (...) que privilegia escutas profundas, amplas e que não fiquem só nas escutas, que sejam de fato elementos de tomadas de decisão. É óbvio que tem que ter vontade política, influência sobre os tomadores de decisão. Para isso estão todos esses organismos multilaterais, a própria sociedade civil, enfim, é um jogo de muitas variáveis, que passa por muitas peças. Mas que passa por essas que eu comentei”, analisa Sonia.

Todos os atores são importantes. Os Estados Unidos ficaram fora desse tabuleiro, ou perderam força no governo de Donald Trump; com Joe Biden, voltam a ser protagonistas. “Europa sempre é o nosso farol, sempre sinaliza os caminhos que a gente deveria seguir nesta agenda”, reflete. “A gente viu Biden liderando uma cúpula do clima, acho tudo isso muito positivo, eu não me preocupo em saber se a mudança será na Europa ou nos EUA, eu quero que esteja em todos os lugares e quanto mais atores com poder de articulação e decisão chegar neste jogo é melhor para todo mundo”, diz Sonia.

**Importância do papel dos líderes** – Há dois desafios principais para avançar nesta agenda: conhecimento e liderança. “Primeiro, a gente precisa entender do que a gente está falando, o que é papel da imprensa, da academia, das escolas de negócios, dos treinamentos. É necessário entender do que se trata essa agenda. O que é descarbonização, o que é sustentabilidade ESG, enfim, é preciso ter conhecimento. É necessário ter liderança, precisamos ter líderes que tomem decisões, que influenciam, que realmente coloquem essa temática dentro de sua estratégia. Aí a gente fala dos presidentes, é óbvio, mas também dos conselhos de administração. Cada vez mais os conselhos são chamados para supervisionar a sigla ESG, acompanharem de perto, fazerem bons questionamentos. Os conselhos de administração não têm fugido a esse desafio. Eles têm se tornado mais diversos. Eu sou conselheira de administração de sustentabilidade, sou um exemplo concreto desta mudança que vem ocorrendo em nível de conselho”, conclui.



## Comércio Internacional

**“Não dá para dissociar o comércio internacional da agenda da sustentabilidade”**

- GABRIELLA

Para a diretora do International Chamber of Commerce (ICC Brasil), Gabriella Dorlhiac, quando se fala em comércio internacional, não há como dissociá-lo da agenda de sustentabilidade, porque cada vez mais existe um entendimento – e uma sensibilidade dos consumidores dos outros países – sobre o tema. “Se um país tem um problema de governança, por exemplo, o consumidor se questiona: por que eu vou comprar os produtos daquele país se eu posso estar fortalecendo aquela situação?”

Um exemplo claro para ela ocorreu com o desmatamento e as queimadas na Amazônia, em meados de 2021: “As empresas brasileiras se viram no meio de um confronto político que todo mundo estava assistindo. E, apesar de uma situação complicada e trágica de se ver as imagens do que estava acontecendo na Amazônia, de certa maneira [as imagens] obrigaram o setor privado a se posicionar publicamente e dizer claramente o que achava sobre o tema”, analisa Gabriella. Como resultado, o acordo União Europeia-Mercosul, um dos maiores acordos comerciais já assinados, foi paralisado.

Gabriella destaca que, hoje, a sustentabilidade entrou no âmbito do comércio internacional. Todo esse contexto, junto com a mudança climática, levou a Organização Mundial do Comércio (OMC) a abrir discussões internas sobre a questão ambiental, que vai ser incorporada em acordos comerciais. Ainda estão debatendo como irão fazer isso, quais serão os critérios e os padrões que serão utilizados. Os acordos comerciais pararam de ver só a questão da transação do produto, mas também levam em conta o impacto que aquela operação gera.

## “A bioeconomia deveria ser um dos motores: desde ativos biológicos, preservar a Amazônia e transformar em um sustento econômico para as comunidades.”

**A mulher de César não basta ser honesta** - “Aquela expressão *Walk the talk*<sup>1</sup> é bem verdadeira, as empresas brasileiras estão tendo que comprovar

<sup>1</sup> A expressão em inglês, inicialmente um jargão do mundo empresarial, quer dizer colocar as palavras em ação, ser coerente com o que se diz ou prometer.

para a comunidade internacional que cumprem aquilo que dizem”, ressalta. Logo, se a empresa difunde uma imagem de sustentável, precisa garantir que o consumidor tenha o controle de sua cadeia produtiva ou até fazer uma análise para apurar as fragilidades dela. “Isso é algo muito importante porque essa transação no comércio internacional tem um efeito dominó para dentro da fronteira brasileira, ou seja, os processos brasileiros vão melhorando. Isso serve para qualquer lugar do mundo. O Brasil, como comprador, também pode olhar e dizer ‘não’”, Gabriella explica sobre as exigências do padrão de qualidade e sustentabilidade dos produtos. Cada vez mais a sociedade civil gera uma pressão sobre as empresas e os governos.

**Oportunidades e desafios** — Segundo Gabriella, ainda existe a dificuldade de como aproximar a questão ambiental do dia a dia de um cidadão comum, pois muita coisa já está presente em sua rotina. É preciso que as oportunidades de negócios sejam enxergadas, que se tenha a percepção de que estão mais próximas do que se imagina e que vão além do mercado de carbono. “Só é olhar a questão do saneamento. Saneamento, o que tem a ver? Tem tudo a ver. Não se pode falar em meio ambiente, se tenho esgoto ao ar livre. Impacta a dignidade de moradia, impacta a saúde. E, é óbvio, gera oportunidades de investimentos para as empresas, para fundos de investimentos, para o governo que pode trazer um ambiente com maiores investidores para o Brasil”.

“Ao diminuir o número de pessoas doentes, você traz uma melhor estrutura urbana para essas áreas e, por tabela, cria novos centros urbanos melhor estruturados”, exemplifica Gabriella, que também aponta a eficiência energética como oportunidade de negócios.

“Há os *bridges energetics* que conseguem modular melhor a eficiência energética e evitar perdas, calculam melhora na distribuição e, com isso, diminuem o preço da energia e, assim, podemos investir em outras coisas”, diz. Ela também cita o investimento em energia solar, mas focado na pessoa física. Uma coisa que me chamava a atenção nos Estados Unidos era como as casas tinham aquecedor solar ligados à matriz energética. Você gerava energia e o que você não usava, você poderia vender”, comenta Gabriella.

“Sob o ponto de vista de sustentabilidade urbana, é muito mais sustentável não depender de carro. É muito mais democrático você criar um sistema de ônibus e de trem de melhor qualidade, construir ciclovias. Polui muito menos, está todo mundo num meio de transporte democrático e inclusivo. Desestressa as pessoas”, defende. A diretora elenca uma série de oportunidades para uma retomada verde por meio de coisas mais simples e básicas, inclusive acabando com ineficiências existentes.

Gabriella enfatiza que o ESG deveria permear o tema do comércio: “O Brasil precisa separar a questão da sustentabilidade da questão política e ideológica. Sustentabilidade não tem ideologia ou lado político, é um assunto neutro. Isso já ajudaria a avançar o tema dentro do Brasil”. Para ela, é preciso acabar com a dicotomia segundo a qual progresso econômico e sustentabilidade são incompatíveis. “Eles são amplamente compatíveis e um precisa do outro”, acredita Gabriella. Ela ainda analisa que o problema é que o país aproveita muito mal os seus recursos e que precisa ver a questão de forma mais estratégica.

Cita que existem alguns bons exemplos no setor privado, de empresas que lidam com a questão com maturidade e ajudam na preservação. “Uma das coisas que essas empresas têm feito é recuperar a floresta. Mas falta esse olhar de como a gente vai alavancar isso para um desenvolvimento econômico e social do país preservando a riqueza e a biodiversidade brasileira. Temos exemplos de que é possível, basta ter vontade de fazer bem-feito. É muito mais uma questão de como eu chego, como eu apoio essas comunidades e não de como eu imponho. Entender o ecossistema aqui, como a gente se apoia mutuamente”, indica.

“Na [área de] bioeconomia, o Brasil deveria estar muito mais à frente do que ele está. Ao falar de uma retomada verde, a bioeconomia deveria ser um dos motores: desde ativos biológicos, preservar a Amazônia e transformar em um sustento econômico para as comunidades. A Natura é um grande exemplo disso. A indústria de celulose tem feito isso de forma muito interessante. Acho que o Brasil precisa olhar de forma mais estratégica”, diz.

**O comércio e as transformações da sociedade** - O comércio é um agente transformador e de inclusão. A diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, fala do potencial transformador do comércio e da importância do comércio digital para a integração. Há áreas que deixaram de ser olhadas, e um país tem de se desenvolver da forma mais homogênea possível. A verdade é que existe potencial em qualquer lugar do Brasil e hoje há ferramentas de inclusão na área digital que são muito importantes. A distância acaba não sendo um impeditivo.

“O digital pode ser um aproximador e ele também é um criador de divisão. Por exemplo, na saúde e educação a distância cada vez mais [o digital] pode levar uma infraestrutura do Estado para regiões sem acessibilidade ou mais remotas que você antes não tinha pensado ou não tinha a metodologia correta. Mas para isso você precisa de investimento em infraestrutura. É preciso ter acesso das empresas ao investimento para que tenha cobertura de internet. Isso sempre vai passar por um plano de desenvolvimento do governo para que o mínimo de infraestrutura exista. A gente parte do princípio que isso existe. Se você der as condições básicas, o resto vai no efeito de bola de neve”, analisa Gabriella.

De acordo com ela, um exemplo é a bancarização. Os bancos digitais não precisam de investimentos para montar uma agência e ter uma equipe para o local de uma comunidade pequena, se é possível ter uma conta digital. Atualmente, o Brasil é um dos países que têm mais aparelhos de celular por pessoa. Ao ter acesso ao banco, pode-se, por exemplo, fazer uma cooperativa local a partir de um produto local e começar a fazer uma rede de comércio. Começa-se a vender para a comunidade vizinha e vai se expandindo. “Hoje temos excelentes programas de capacitação do Sebrae que são online. Na medida em que vão criando novas *skills*, pode-se crescer até para o mercado internacional. Por exemplo, a venda de artesanato ‘*made in Brazil*’. Para isso, é preciso ter um governo que pense: Quais são as nossas riquezas? Quais são os nossos produtos internacionais? O Peru fez muito isso. E é vendido caro lá fora porque é um produto especial, é um produto feito a mão, com uma cultura atrás”, exemplifica Gabriella.

Todas as vezes que janelas são abertas e ferramentas criadas para que pessoas possam integrar a matriz produtora da economia, oportunidades estão sendo criadas. O online, segundo ela, pode ser mais democrático. Existem muitas iniciativas nesse sentido, e que vêm apoiando mulheres. “A ICC vem apoiando globalmente uma iniciativa, a B2 Match, que é tipo um Tinder [rede para encontros] global que une pessoas que estão buscando serviços e têm certos perfis. Eles têm um foco muito forte em mulheres e a plataforma será um boom muito grande de inclusão”, conta Gabriella, que ainda destaca que o ICC também apoia o PROA, mecanismo que dá qualificação e formação básica para jovens de comunidades, fazendo depois um *placement* [uma colocação] em grandes empresas.

“Ainda acho que tem muito barulho e pouca ação nesses temas. A gente tem que abrir portas para essas pessoas que têm dificuldade de chegar e a gente tem de fazer uma reflexão sobre o quanto a gente, no dia a dia, descarta [talentos de] gente que não veio de uma universidade *top*. Isso está errado, pode estar ali alguém com muito mais disposição para aprender. Já escutei coisas do tipo: “Mas ela mora longe...”. Não é culpa dela que ela mora longe. Não abrir a porta para alguém é continuar no mesmo círculo vicioso que não dá opção às pessoas saírem desse círculo vicioso. De novo, passamos pela parte econômica. Não tem como não passar. Mas tem que ter investimento do Estado para ter condições mínimas de investimento e desenvolvimento para criar uma atividade econômica. Ao criar uma atividade econômica, não precisa fazer muita coisa, as coisas tendem a criar e ir andando sozinhas”, analisa.

A mesma coisa ocorre quando pensamos em sustentabilidade. “No momento em que se coloca boas práticas em jogo, as pessoas entendem e não vão querer voltar atrás. De geração em geração isso vai mudando. Esperamos nós que a gente não tenha as mesmas discussões daqui a 60 anos”, conclui.

Sobre gênero, Gabriella destaca que o ICC vem globalmente atuando com essa preocupação e vem crescendo o apoio às iniciativas que têm um olhar maior de inclusão. Porém, é preciso, no âmbito do comércio exterior, tomar o cuidado de

questionar para quem se está falando, quais são as políticas que estão advogando e se elas estimulam o país como um todo ou não.

“Eu sempre acho que dá para melhorar. Acho que faz muita festa e pouca coisa é feita. A mulher ainda é um motor econômico pouco explorado e tem um potencial muito grande e que a gente deveria achar maneiras de trazer muito mais. O *home office* foi importante para trazer uma discussão de desigualdade de gênero diante de tudo isso. Mas acho que tem ainda uma discussão maior de como trazemos as mulheres da economia – não da tradicional, mas de outras”, analisa Gabriella, e completa ainda que diante de tudo isso também é preciso olhar o Brasil como um todo, sair de foco apenas no eixo Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro — pois se perde toda uma riqueza cultural do país.



## Novo pacto verde europeu

**“Este pacto [verde] precisa ser a partir da [perspectiva da] transição justa, senão nunca vai acontecer”**

- STÉPHANIE

A oficial da União Europeia no Brasil, Stéphanie Horel, quando indagada sobre o pacto verde europeu, explica que ele vai além das reduções das emissões: pretende ser uma agenda que abrange todos os setores da economia e da vida dos cidadãos europeus. “Não é só um plano, uma visão, mas uma mudança total da forma da gente consumir no futuro, que é muito importante para as novas gerações, para meus filhos. Eu acho que, com essa visão, meus filhos terão uma vida um pouco diferente, melhor qualidade de vida, com empregos verdes e com possibilidades econômicas verdes, e este é o nosso desafio de agora.”

O pacto verde foi apresentado pela presidenta da Comissão Europeia Ursula von der Leyen durante a COP25 em Madrid, em dezembro de 2019, antes da pandemia. A União Europeia foi o primeiro continente a declarar que buscará o carbono neutro para 2050. Em março de 2020, o parlamento europeu acordou sobre a proposta desse pacto verde, que abrange questões que envolvem a energia, o trabalho, os aspectos sociais, o uso do solo e a agricultura, entre outros setores que serão impactados.

**“Não se pode deixar ninguém atrás na transição justa.”**

De acordo com Stéphanie, na prática, essas ideias serão implementadas para todos e, para isso, é preciso orientar as políticas públicas e as ações em diferentes níveis de governança. Mesmo os cidadãos, as empresas e a sociedade civil, como um todo, terão que mudar comportamentos, juntamente com mudanças de nível governamental. “Gosto da imagem de cada um ter uma pedrinha que vai contribuir para essa mudança geral que estamos programando para agora. Mas é importante que todas as revoluções tão grandes sejam preparadas, acertadas e concordadas, consultando diferentes partes para que todos contribuam e participem. Este pacto [verde] precisa ser a partir da [perspectiva da] transição justa, senão nunca vai acontecer.” Stéphanie acrescenta que ele trará benefícios para todos em uma dimensão social, desde a situação de emprego dos indivíduos à transição da energia fóssil para mais energias renováveis, visto que será preciso dar formações técnicas para novas profissões.

**Brasil e Europa** — Stéphanie informa que, no âmbito das mudanças climáticas, há muitas pessoas dedicadas entre o país e o bloco europeu nos setores de meio ambiente e energia. Apesar das diferenças, existem desafios em comum. “Na União Europeia, as emissões vêm do setor de energia; no Brasil, o problema é no uso do solo, e agora temos a preocupação com o desmatamento que não está controlado. Nesta agenda climática, precisamos trabalhar juntos. Temos muitos projetos de cooperação”. Stéphanie comenta que estão sendo feitas parcerias com empresas brasileiras que detectaram a necessidade de intercâmbio de tecnologias na agricultura de baixo carbono, em eficiência energética e outras áreas. Também existem prefeituras brasileiras que fazem parcerias pelo Pacto Global, por meio do qual a UE apoia a implantação dos planos de ação climática delas.

**Olhar social e econômico** — “A gente precisa de investimentos. Por exemplo, a UE, em 14 de julho de 2021, fez uma proposta do pacote “Em forma para 2055”, que é para como vamos estar com o carbono neutro. Tem uma proposta de ter um fundo social para justamente fazer essa transição justa e ter programas de apoio para aqueles que serão mais impactados nessa transição”, explica Stéphanie, que destaca que os impactos das mudanças climáticas são mais fortes nos mais vulneráveis, nos mais pobres, nas mulheres. Para ela, é preciso ter um monitoramento do impacto real das políticas públicas para as mulheres: “Isso também vale para as outras pessoas. Não se pode deixar ninguém atrás na transição justa”. Para isso, comenta que é preciso preparar os setores onde a maioria é formada por homens, a fim de preparar mais mulheres.

Stéphanie cita as enchentes ocorridas na Alemanha e na Bélgica (em meados de 2021), eventos climáticos que já eram previstos por cientistas há 30 anos, ainda no primeiro informe do IPCC<sup>2</sup>. “Espero que esse pacto [verde] seja uma esperança, traga mais países e possa incentivar outros países e cidadãos do mundo para acompanhar”, conclui Stéphanie.

1 COMISSÃO EUROPEIA. “Concretizar o pacto verde europeu.” Comissão Europeia, 2021. [https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal/delivering-european-green-deal\\_pt](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal/delivering-european-green-deal_pt)

2 O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) foi criado pela ONU Meio Ambiente e pela Organização Meteorológica Mundial em 1988 para subsidiar as políticas públicas, fornecendo regularmente avaliações científicas sobre a mudança do clima.



## Economia

**“Os empregos considerados verdes têm pouca inserção das mulheres”**

- MARGARITA

Os empregos verdes são aqueles que reduzem o impacto ambiental das empresas e dos setores econômicos, contribuindo para a redução dos efeitos das mudanças climáticas, de acordo com a definição do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o PNUD da ONU. Em tempos nos quais debatemos um “*New Green Deal*”, será que esse projeto de uma retomada verde é inclusivo quando olhamos na perspectiva de gênero?

Ao trazer um olhar de gênero para as propostas que estão aparecendo sobre investimentos verdes, a economista e pesquisadora Margarita Olivera, do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Economia e Feminismos da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenadora do estudo [“A dimensão de gênero do Big Push para a sustentabilidade no Brasil”](#)<sup>1</sup>, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), observou que as questões de gênero e de raça, entre outros fatores interseccionais, têm a ver com a transversalidade que pouco aparece nesses tipos de estudos, ao menos até o momento.

“Existe um falso conceito de que somos todos iguais e que somos afetados igualmente”, comenta Margarita<sup>2</sup>. A especialista explica que esse tipo de afirmação tem por trás o conceito da neutralidade das políticas, que não levam em conta que as mudanças climáticas terão efeitos diferentes entre grupos distintos — sobretudo, os mais excluídos sofreram mais segregação ou exclusão no mercado de trabalho em todas as crises oriundas da emergência climática (pandemias, enchentes, deslizamentos, incidência de furacões etc) — e vão afetar particularmente a reprodução e os cuidados da vida, que são tarefas essencialmente femininas no âmbito rural e urbano.

“Quando incorporamos os indicadores de raça, de classe, de condições de moradia, comunidades periféricas, imigrantes etc., vão aumentando o peso

1 OLIVERA, Margarita, PODCAMENI, Maria Gabriela, LUSTOSA, Maria Cecília e GRAÇA, Letícia. “*A dimensão de gênero no Big Push para a Sustentabilidade no Brasil: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira*”, Documentos de Projetos (LC/TS.2021/6; LC/BRS/TS.2021/1), Santiago e São Paulo: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2021. [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46643/1/S2000925\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46643/1/S2000925_pt.pdf)

2 Para mais detalhes, ver: OLIVERA, Margarita. “*Economia, gênero e mudanças climáticas*” [entrevista cedida a Tatiane Matheus], *ClimaInfo* - programa Clima sem Fake, 19 jan. 2022. O vídeo pode ser visto no canal de YouTube da organização: <https://www.youtube.com/watch?v=fZdVpB7aadQ&t=230s>

das tarefas relacionadas aos trabalho de casa. Os eventos extremos aumentaram essa intensidade”, acrescenta Margarita. Por exemplo, as mulheres são as responsáveis em buscar água e sofrem com seríssimos problemas pela falta de saneamento. “Nessa última pandemia, aumentaram o tempo de limpeza e sanitização dos produtos, sendo que essas tarefas não foram redistribuídas. Temos vários eventos extremos que vão afetar particularmente a vida das mulheres, que estão neste lugar maior de cuidadoras ‘garantidoras’ do cuidado da vida e, ao mesmo tempo, na marginalidade econômica, dadas essas discriminações”, diz.

As mulheres no mercado de trabalho estão muito interligadas à reprodução da vida. Existem vários eixos de análise ao pensarmos na influência das mudanças climáticas no mercado de trabalho. Ao entender a feminização dos empregos, observa-se que a mulher não é inserida em todas as áreas e os empregos mais feminizados estão relacionados aos cuidados. “Na educação, saúde, serviços sociais, trabalho doméstico, entre outros cuidados, a participação das mulheres é enorme. Estamos falando de 75% da participação das mulheres na área de saúde e educação e 92% no trabalho doméstico. Eles são serviços de cuidado à vida, inclusive quando são remunerados. Pois algumas vezes não são”, explica Margarita.

## “A sustentabilidade precisa colocar a vida no centro. Não se pode pensar que a sustentabilidade é não chegar a mais 2 graus da temperatura média”

A economista complementa: “Muitos deles são empregos que estão na linha de frente. Por exemplo, nesta última pandemia, todos esses foram trabalhos que não pararam: enfermeiras, médicas, cuidadoras, mulheres no varejo, no comércio. A partir da crise climática temos uma maior exposição dessas mulheres ao contágio, às doenças, aos problemas de saúde mental pela exaustão no trabalho que continua em um ritmo absurdo e estressante. E trabalhos que aumentam a intensidade do trabalho doméstico. Esse trabalho de reprodução irá tirar

muitas mulheres de ter um emprego remunerado por causa dessa demanda de trabalho em casa, pois aumentou muito a demanda de tempo de tarefas não remuneradas e as tirou do mercado de trabalho”.

A participação de mulheres no mercado de trabalho caiu 50,6% durante a pandemia<sup>1</sup>, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A participação das mulheres no mercado de trabalho vinha aumentando gradativamente, mas, no fim de 2020, voltou ao nível observado em 1990. “Isso gera uma infinidade de problemas: codependência econômica e aumento da pobreza das mulheres. Esses trabalhos remunerados de cuidados também são os que trazem as piores condições salariais, de informalidade, e são os primeiros trabalhos que se perdem diante de uma crise e as colocam em maior situação de vulnerabilidade e precariedade. Sobretudo, isso tudo aumenta para as mulheres racializadas. Na diferença salarial, a média das mulheres negras para os homens brancos é de 54% a menos”, analisa Margarita.

**Os empregos verdes e a transição verde** - O problema fundamental é que os empregos considerados verdes têm pouca inserção das mulheres. Manejo florestal, renováveis, saneamento, saneamento ecológico, recuperação para os bens já produzidos, transporte alternativo. A lista é longa e, em todos eles, a participação da mulher é muito baixa.

“Se todo o esforço econômico reprodutivo focado nesses setores onde as mulheres têm mais participação não faz nada para mudar especificamente essa situação, o que acaba acontecendo é sempre uma maior exclusão. O único setor que a mulher tem participação grande é o das telecomunicações”, comenta. Entretanto, essencialmente, as mulheres trabalham como atendentes de telemarketing. “Temos que definir o que significa um emprego decente e sustentável. Porque [o telemarketing] são setores que têm condições terríveis, com

jornadas de trabalhos extenuantes e não têm tempo nem de ir ao banheiro. Quando pensamos em empregos verdes precisamos saber o que eles significam e se são de fato decentes. Um emprego que exclui, que discrimina, que explora a níveis absurdos não pode ser considerado verde”, analisa Margarita, que diz que é preciso repensar os setores verdes e se eles realmente pensam em gênero e se não são também ambientes racializados, ou seja, com uma presença de homens brancos muito grande. “É preciso ter um olhar de gênero, raça e social para essas políticas de reconstrução econômica e verde”, recomenda.

Para Margarita, a sustentabilidade precisa colocar a vida no centro. Não se pode pensar que a sustentabilidade é não chegar a mais 2 graus da temperatura média. “A sustentabilidade precisa incluir a vida no sentido amplo. É pensar em outras formas de consumo que não sejam predatórias. Não basta deixar de usar energias fósseis. Temos que pensar a nossa forma de se relacionar com o planeta. Nesse sentido, precisamos pensar em uma relação mais harmônica. A economia traz esse olhar e considera o cuidado e a valorização. Essa é uma perspectiva de longo prazo. Mas no meio do caminho algumas coisas podem ser feitas”, completa Margarita.

A economista fala que, como sociedade, precisamos pensar como organizar os cuidados e que eles não são obrigação ou algo natural para a mulher. Vários organismos internacionais estão apoiando políticas integrais de cuidados. Portanto, é preciso incluir o Estado, as famílias e a iniciativa privada nesse assunto. O Estado pode garantir infraestruturas, serviços de cuidados, educação em todos os níveis, cuidados aos idosos, aos doentes, até mesmo clubes de lazer para crianças e adolescentes, que impactarão ainda mais a sociedade, ao diminuir a violência. Ao pensar em políticas inclusivas se deve também levar em conta a exclusão digital que as mulheres sofrem.

O setor privado pode pensar em políticas de licença-paternidade reais, ou seja, que não deem apenas três dias ou uma semana aos pais. Desde a construção de creches, a capacitação de mulheres em carreiras masculinizadas (como engenharia, tecnologia e matemática), até melhorar as condições de mobilidade e garantir a maior participação das mulheres nas esferas de poder – são todas

1 BARBOSA, Ana Luiza N.H., COSTA, Joana S. e HECKSHER, Marcos D. “Mercado de trabalho e pandemia da Covid-19: ampliação de desigualdades já existentes?”, notas técnicas, Ipea, Mercado de Trabalho, 69, jul. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt69/notastecnicas1>

As informações resumidas podem ser encontradas em: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Participação de mulheres no mercado de trabalho cai 50,6% durante a pandemia. Ipea, 08 out. 2020. [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=36794](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36794)

---

ações para incluir a mulher numa retomada verde de fato inclusiva. “As políticas não são neutras”, afirma Margarita, e conclui: “As mulheres já estão na vanguarda de muitos processos nas comunidades, mulheres negras, quilombolas, ribeirinhas precisam de maior representação. Sem isso vai somente aumentar essas desigualdades. Precisa olhar o gênero, o social e a raça”.



## Mobilidade Urbana

**“Distância entre moradia e emprego ainda tem uma relação muito forte com segregação racial”**

- KELLY

Durante o webinariedade Mobilidade Urbana para uma retomada verde inclusiva, realizado pelo Instituto ClimaInfo no final de 2020, a arquiteta Kelly Fernandes, então do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), destacou que a retomada é retomar algo, voltar a possuir algo que se perdeu. Para ela, a maioria das discussões sobre clima e emergência climática é vista com o olhar no futuro. Porém, não se olha lá atrás para encontrar outra perspectiva mais inclusiva, especialmente com as pessoas negras e as mulheres.

“Porém, hoje a crise sanitária que a gente vive coloca uma lupa diante de nosso presente (...), algumas questões ficam impossibilitadas de ser discutidas. Quando nós falamos de mobilidade urbana é importante abordar o quanto a pandemia da Covid-19 mudou o nosso modo de viver na cidade. Isso afetou o transporte público, não é só o coletivo, mas o transporte a pé e de bicicleta, e outros meios possíveis de se deslocar nas cidades”, analisou Kelly durante o webinariedade.

De acordo com a arquiteta, todos deveriam ter direito à cidade, ao usufruto do espaço urbano e acesso aos serviços públicos disponíveis. Mas, na prática, diferentes barreiras limitam o uso do espaço urbano e dos serviços públicos. Uma destas barreiras foi imposta pelas políticas de transporte público “neutras”, isto é, que não levam em conta as diferentes necessidades e os diferentes padrões de uso de homens e mulheres.

**Os espaços urbanos são iguais para todos?** – As mulheres são a maioria entre os usuários de ônibus na região metropolitana de São Paulo, segundo levantamento feito pela pesquisadora Haydée Svab, intitulado *Evolução dos padrões de deslocamento da região metropolitana de São Paulo*. No metrô, elas passaram a ser maioria a partir de 1997. A dinâmica de mobilidade dos homens costuma ser mais linear, ou seja, da casa para o trabalho. Já a mulher, em geral, por ser quem é majoritariamente responsável pelas atividades parentais e familiares, faz mais viagens pela cidade para levar os filhos para

1 SVAB, Haydée. “Evolução dos padrões de deslocamento da região metropolitana de São Paulo: a necessidade de uma análise de gênero”, Dissertação (mestrado em Engenharia), Departamento de Engenharia de Transportes, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2016, 183 f. <https://www.teses.usp.br/teses/dispo-niveis/3/3138/tde-30092016-142308/publico/HaydeeSvabCorr16.pdf>

escola, fazer compras, cuidar dos idosos da família etc. Logo, elas fazem várias viagens, curtas, longas e diversas, e em vários horários distintos. O custo das passagens, a baixa qualidade do transporte público, a baixa integração entre os distintos modais de transporte, as más condições das calçadas, entre outros problemas da mobilidade urbana, impactam mais as mulheres, sobretudo aquelas que moram nas periferias.

## “Todos deveriam ter direito à cidade, ao usufruto do espaço urbano e acesso aos serviços públicos disponíveis. Mas, na prática, diferentes barreiras limitam o uso do espaço urbano e dos serviços públicos.”

Ainda de acordo com Haydée Svab, as mulheres fazem mais deslocamentos a pé do que os homens. A [Pesquisa de Mobilidade na Região Metropolitana de São Paulo](#), conduzida pelo Metrô, revelou que 34% das mulheres se deslocam a pé pela cidade, contra 28% dos homens. Já um estudo realizado pela organização [Mobilize Brasil](#)<sup>1</sup> concluiu que nenhuma das 27 capitais brasileiras oferece boas condições para a circulação de pedestres em suas calçadas, ruas e faixas de travessia. Inclusive, há uma quantidade enorme de ruas que nem calçadas têm.

Claro que a melhoria da circulação das mulheres nas cidades não virá apenas da melhoria das calçadas, mas estas são de fundamental importância para a segurança em geral. Entretanto, as mulheres, além de serem mais suscetíveis a assaltos, correm também risco de outras violências. De acordo com pesquisa realizada em 2019 pelos institutos Patrícia Galvão e Locomotiva, 97% das brasileiras já sofreram algum tipo de assédio sexual no transporte público.

1 DE SOUSA, Marcos. “Calçadas e sinalização para pedestres continuam precárias nas 27 capitais do país”, *Mobilize*, 17 set. 2019. Ver também: VIEIRA, Anderson. “Estudo comprova situação ruim de calçadas das capitais brasileiras”, *Agência Senado*, 06 dez. 2019. <https://www.mobilize.org.br/noticias/11789/calçadas-e-sinalizacao-para-pedestres-continuam-precarias-nas-27-capitais-do-pais.html> <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/06/estudo-comprova-situacao-ruim-de-calçadas-das-capitais-brasileiras>

Mudanças no clima tendem a acirrar os problemas já vividos pelas pessoas, e as mulheres estarão mais vulneráveis do que os homens, já o aquecimento global deve aumentar os esforços femininos pelos cuidados com a casa e com familiares, segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Os impactos das mudanças no clima serão ainda maiores para as mulheres negras e pobres, por conta da distribuição desigual do acesso a recursos (capital, físico, financeiro, humano, social e natural) na sociedade: negras e pobres terão menor acesso aos recursos necessários para a adaptação às mudanças climáticas. Também são esperados aumentos da incidência de doenças transmissíveis e da desnutrição como consequência da redução da oferta de alimentos, além de mudanças nos padrões de incidência de alergias e doenças respiratórias. O aumento dessas doenças aumentará a demanda pelo cuidado feminino, o que sobrecarregará ainda mais o dia a dia das mulheres e intensificará a demanda por mobilidade voltada às tarefas de cuidado.

A baixa representatividade das mulheres brasileiras em cargos públicos se reflete na ausência de políticas públicas que levam em conta a desigualdade de gênero. Segundo informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens: a população brasileira é composta por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres. Porém, no ranking de representatividade feminina no Congresso, por exemplo, o Brasil ocupa a 134ª posição entre 193 países pesquisados, com 15% de participação de mulheres. São 77 deputadas em um total de 513 cadeiras na Câmara, e 12 senadoras entre os 81 eleitos, de acordo com o Mapa Mulheres na Política 2019<sup>1</sup>, um relatório da Organização das Nações Unidas e da União Interparlamentar.

1 PNUD. ONU MULHERES. IDEA. *Atenea: por uma democracia 50 por 50. BRASIL: onde está o compromisso com as mulheres? Um longo caminho à paridade.* [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA\\_Brasil\\_FINAL.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL.pdf)

De acordo com as recomendações da [Nova Agenda Urbana, da ONU Habitat](#)<sup>1</sup>, é necessária uma abordagem multidisciplinar para a diminuição da violência e da insegurança. É primordial que haja mais mulheres incluídas nos espaços de tomada de decisão para a formulação de políticas públicas em mobilidade urbana.

1 ONU HABITAT. *Nova Agenda Urbana*, adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, Secretariado ONU Habitat III, 2017. <http://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>



## Transporte Público

**“O ônibus é ruim porque é como se ele não transportasse pessoas; ainda há uma conexão com o navio negreiro”**

- LUANA

A comunicadora popular Luana Costa destaca que, por causa do histórico de séculos de escravização, é impossível negar que essa tradição escravocrata não se espelha em modelos de formação das cidades. Na cidade de Belo Horizonte (MG), alguns movimentos estão refletindo sobre a conexão da mobilidade urbana e da emergência climática com as questões de raça e de gênero. Luana discorre que as cidades são o espelho dessa sociedade escravocrata, na qual estamos inseridos.

Dessa forma, a encruzilhada está em responder o que é a cidade e onde estão as pessoas. “Podemos ver onde estão as nuances desta segregação. Belo Horizonte tem um núcleo embranquecido da cidade onde tem toda uma oferta de serviços. Inclusive, a parte mais rica mora nesse núcleo. E, como sempre, a periferia é o lugar onde os pobres e pretos estão. Essa segregação permeia o desenvolvimento das cidades e a mobilidade urbana bebe dessa estruturação”, analisa Luana.

Não há como não associar a fala de Luana Costa com a de Joice Berth, no livro *Empoderamento*, sobre o “urbanismo daltônico” ou *colorblind urbanism*. Nessa obra, a arquiteta e urbanista Joice destaca que não é possível formar um pensamento crítico completo se forem negados os apagamentos e as exclusões fomentados ao longo da História e alerta que quase todos os teóricos do urbanismo ignoram as opressões como válvula motriz das desigualdades que eles, assertivamente, já assumiram que existem.

De acordo com dados do Instituto Pólis, 74% das mulheres se deslocam utilizando transporte coletivo ou andando a pé, e 62% dos homens fazem o mesmo uso. Conforme foi registrado no artigo “Transporte urbano não leva em conta desigualdade de gênero”<sup>2</sup>, os impactos das mudanças climáticas serão ainda maiores para as mulheres negras e pobres, por conta da distribuição desigual do acesso a recursos (capital, físico, financeiro, humano, social e natural) na

1 BERTH, Joice. *Empoderamento*, São Paulo: Sueli Carneiro / Pólen, 2019.

2 MATHEUS, Tatiane. “Transporte urbano não leva em conta desigualdade de gênero”, *ClimaInfo*, 15 out. 2020. <https://climainfo.org.br/2020/10/15/mobilidade-urbana-desigualdade-de-genero/>

sociedade: negras e pobres terão menor acesso aos recursos necessários para a adaptação à emergência climática.

Para uma retomada verde inclusiva pode-se gerar mais empregos ao trazer soluções de investimentos verdes focados na mobilidade urbana — que reduzem o tempo de deslocamento das pessoas por meio da ampliação de faixas e corredores exclusivos de ônibus, por exemplo — como apontou a pesquisa do Instituto ClimaInfo. Mas, para ser de fato inclusiva, não basta ter mais ônibus, eles precisam estar acessíveis a uma população que muitas vezes fica invisível, como demonstra o relatório *Cidades e Corpos*<sup>1</sup>, realizado pelo Movimento Nossa BH, para garantir a essa população o direito ao acesso à cidade. Além da importância de transcrever tecnologias limpas para reduzir emissão de gases de efeito estufa do transporte público motorizado, como a utilização de energia elétrica, um dos itens que a *Agenda Urbana do Clima*<sup>2</sup> destaca como ações necessárias.

Porém, muitos obstáculos precisam ser superados. O valor do transporte é uma das barreiras; a segunda é a falta de opção. “A população que mais transita de ônibus na cidade não é só feminina, ela tem cor. As calçadas não estão preparadas para receberem as pedestres e eu coloco no feminino porque elas estão nos ônibus e nas calçadas. Esses viadutos são umas barreiras de entrada da população para usufruir as cidades. O metrô [da região de Belo Horizonte] só tem uma linha”, critica Luana. O transporte público é o que mais polui na cidade, entretanto, o termo mobilidade urbana está ainda tão distante das pessoas como falar dos efeitos da mudança climática na rotina delas. E a população que sofre mais com as consequências dessas causas é pobre, preta e periférica.

“As desigualdades passam pela mobilidade urbana, pelas discussões de mudanças climáticas e pelas questões de raça. O Brasil é um país racista. É um país que há 400 anos escravizou pessoas. As mulheres são o fruto de toda essa

segregação. As mulheres pretas estão na última escala dessa pirâmide, sofrem todos os impactos da desigualdade de forma mais forte”, analisa Luana, e resalta que a sociedade civil tem apontado caminhos para soluções, mas o poder público a ignora.

## “As desigualdades passam pela mobilidade urbana, pelas discussões de mudanças climáticas e pelas questões de raça.”

Uma das questões apontadas pela comunicadora social é que o debate está concentrado numa bolha de pessoas e instituições que estão no “núcleo embranquecido” das cidades, que não estão nas periferias ou nas margens do município. A outra é que a discussão precisa ser fomentada por representantes no poder legislativo e executivo que tenham disponibilidade para tratar políticas públicas de mobilidade urbana para fomentar a cidadania.

“Falta vontade política e falta expertise dos técnicos que estão construindo essas políticas públicas”, conclui Luana e aponta que o problema não é, necessariamente, a falta de dinheiro: “O orçamento de mobilidade na cidade é muito grande e poderia colocar todas essas questões”.

Segundo ela, em Belo Horizonte existe um conselho de mobilidade urbana que não funciona desde 2016. A discussão sobre o assunto passa por lugares que não são os espaços públicos e também falta diversidade. O espaço é extremamente técnico, acadêmico e esvaziado de vivências. Também existe um conselho de meio ambiente, que é também esvaziado de vivências, embora o lugar exista e é um importante espaço de resistência.

Luana acrescenta que as reuniões ocorrem de dia, no horário comercial e no centro da cidade — o que dificulta a participação das pessoas. Esse esvaziamento de diversidade nos debates também é percebido pela cicloativista de Belém (Pará) Ruth Costa. Muitas mulheres de sua cidade que andam de bicicleta e vivem na periferia não têm a oportunidade de participar, devido à rotina e aos

1 NOSSA BH. *Relatório Cidades e Corpos. Mobilidade Sensível a Gênero, Raça e Clima*, Belo Horizonte, jul. 2019. [https://nossabh.org.br/uploads/2019/09/RelatorioCidadesECorpos\\_tela.pdf](https://nossabh.org.br/uploads/2019/09/RelatorioCidadesECorpos_tela.pdf)

2 A iniciativa, idealizada por organizações da sociedade civil, elabora diretrizes para a ação climática nas cidades, direcionada principalmente para a saúde, emprego e mobilidade. <https://www.agendaurbanadoclima.com>

horários dessas reuniões, conforme foi registrado no capítulo 11. O transporte público de qualidade precisa diminuir a emissão de gases de efeito estufa e ser mais barato para que a população não se sinta motivada em usar o automóvel e acesse mais o transporte público do que seus carros.

“Tem uma questão primeira que é o ar que a gente respira, que tem que ser de qualidade. Também temos muitos coletivos que falam da mobilidade criativa”, cita Luana. Caminhar e pedalar leva à redução das emissões e nos levam para um hábito de vida mais saudável. Por tudo isso, segundo ela, é importante que a vivência das pessoas seja levada em conta. Mecanismos simples [como mudar as regiões e horários das reuniões dos conselhos] podem fomentar que os espaços sejam abertos para que os mais impactados possam opinar sobre essas questões e o debate ter outras vozes. “Existe um desinteresse em trazer a população para discutir a questão, que é sua e dentro do seu próprio direito. Apesar de já ter um caminho para que as políticas públicas sejam construídas com a população, ainda acho que está um pouquinho lento”, comenta Luana, e desabafa: “O quanto é difícil fazer os governos entenderem que a mobilidade urbana é um elemento segregador”.

Para Luana, que vive na periferia de BH, deve-se fazer com que os representantes que estejam nesses espaços de decisão se pareçam com a população para entender as suas necessidades. “Por que não contamos com políticos nas câmaras de vereadores e nas prefeituras? Essas pessoas não se parecem comigo, não se parecem com a população que vive na minha rua. Para eles, não importa que o transporte não passe aqui, que a rua esteja asfaltada, que eu tenha qualidade para acessar o centro à noite. Aqui, depois das onze horas [da noite], não tem transporte público. Eu fico ‘ao léu’ no centro, se não tiver como voltar.”

Silvio Almeida, em *Racismo Estrutural*<sup>1</sup>, cita a importância da representatividade política, como a representatividade institucional, para que as reivindicações de minorias possam ser repercutidas e para dismantelar as narrativas discriminatórias que colocam minorias nos locais de subalternidade. Mas “a visibilidade negra não é o poder negro”, pois o racismo não se resume a um

problema de representatividade — ele é uma questão de poder real. E Luana vai ao encontro desse pensamento: “Esse lugar de decisão e de poder precisa estar perto de nós. A gente precisa ocupar esses espaços porque senão a gente não vira a chave. A gente fica discutindo com pessoas que não conhecem a nossa vivência. (...) Não dá mais para falar que eles não fazem as coisas. A gente precisa estar nesses espaços. Ocupar os conselhos, as câmaras, ocupar a própria prefeitura, o governo do Estado, a assembleia, enfim, a gente tem que estar nos espaços”, analisa Luana.

Para ela, as instituições precisam contar com o saber, as experiências, a expertise e as tecnologias que a população periférica desenvolve para conseguir furar os bloqueios das ausências de direitos à cidade. “O ônibus é ruim porque é como se ele não transportasse pessoas; ainda há uma conexão com o navio negreiro. É inevitável. Quem é a população que circula na cidade dentro dessas latas, que são ruins, são sujas, que poluem?”, desabafa Luana, e acrescenta: “Não tem mais como não discutir essas questões, sem pensar em garantia de direito e cidadania, garantia de acesso à cidade. Não tem como não discutir sem ouvir o povo”.

<sup>1</sup> ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*, São Paulo: Pólen, 2019.



## Mobilidade Ativa

**“Eu escolho se eu quero morrer assaltada ou morrer atropelada (...) e rezo que não aconteça nada”**

- RUTH

Nascida em uma Comunidade Quilombola no estado do Pará, a ciclotivista Ruth Costa aprendeu a andar de bicicleta apenas aos 18 anos pela necessidade de levar as suas três filhas à escola. Se o mar calmo não faz um bom marinheiro, a necessidade e um susto podem lhe ter dado a segurança para ser uma boa ciclista. “Eu não tinha coragem de andar na rua”, relembra Ruth. Um dia, não tinha ninguém para buscar as frutas que a sua mãe havia enviado — o porto ficava a sete quilômetros de sua casa. Nervosa, na volta, bateu no retrovisor de um carro parado. Com medo da reação do dono do automóvel, saiu pedalando sem medo de cair da bicicleta.

O que poderia ser apenas uma anedota na vida de alguém pode ser visto com uma das muitas histórias de como a bicicleta trouxe independência a muitas mulheres. Como voluntária da Rede Bike Anjo, Ruth conta que conheceu mulheres que não aprenderam a andar de bicicleta na infância por questões de machismo de pais que só permitiam que os meninos aprendessem ou de maridos que não deixavam que suas esposas pedalassem.

De acordo com o estudo<sup>1</sup> feito para a iniciativa [Retomada Verde Inclusiva](#), realizado pelo Instituto ClimaInfo, em parceria com o Observatório do Clima e o GT de Infraestrutura, investir na construção de ciclovias, criação de faixas exclusivas de ônibus e recuperação de calçadas gera empregos, como também beneficia a saúde da população e reduz as emissões de gases de efeito estufa. Entretanto, mesmo que essas ações saiam do papel, é preciso levar em conta questões relacionadas ao gênero — e a falta de infraestrutura não é o único entrave.

Segundo a organização [Vá de Bike](#)<sup>2</sup>, na cidade de São Paulo, apenas 6% das pessoas que circulam em bicicletas são mulheres. De acordo com um relatório da *League of American Bicyclists*<sup>3</sup>, a dupla jornada de muitas mulheres

1 MOBILIDADE urbana por uma retomada verde inclusiva, webinar (participação de Kelly Fernandes, Letícia Birchal Domingues, Jo Pereira e Guilherme Braga Alves), *ClimaInfo*, 13 out. 2020. <https://clima.info.org.br/2020/10/05/webinar-mobilidade-urbana-por-uma-retomada-verde-inclusiva/>

2 CRUZ, Willian. “Por que há menos mulheres pedalando do que homens?”, *Vá de Bike*, 09 mar. 2022. <https://vadebike.org/2019/03/por-que-ha-poucas-mulheres-pedalando-andando-de-bicicleta/>

3 SZCZEPANSKI, Carolyn. *Women on a roll*, *The League of American Bicyclists*, Women Bike, 2013. [https://www.bikeleague.org/sites/default/files/WomenBikeReport\(web\)\\_0.pdf](https://www.bikeleague.org/sites/default/files/WomenBikeReport(web)_0.pdf)

é um dos fatores que fazem com que tenhamos, em geral, menos ciclistas do sexo feminino do que homens. Uma pesquisa da [Ciclocidade, de 2016](#)<sup>1</sup> apurou que o medo da falta de respeito no trânsito, a falta ou a má qualidade de infraestrutura, o risco de assalto e o assédio são algumas das causas que afastam as mulheres da bicicleta.

**Economia e independência** – Antes de usar a bicicleta como meio de transporte, Ruth perdia quatro horas do seu dia dentro do transporte público. Ao adotá-la, passou a economizar duas horas do seu dia para ficar com seus filhos, netos ou fazendo qualquer outra coisa. Entretanto, essa escolha tem ônus. Moradora do bairro de Águas Lindas, na periferia de Belém, Ruth atravessava 20 quilômetros desde sua casa para ir ao trabalho como babá. Expunha-se diariamente à falta de segurança para os ciclistas. Essa rotina durou até o final de 2020. A bicicleta transformou sua vida de tantas maneiras que hoje ela começou a trabalhar especificamente em um projeto de mobilidade urbana.

“Eu escolho se eu quero morrer assaltada ou morrer atropelada. São dois perigos que você escolhe qual você quer correr (sic). E rezar que não aconteça nada em nenhum dos dois”, comenta Ruth ao contar sobre dois possíveis caminhos para o centro de Belém desde a sua casa.

No Brasil, 50 mil pessoas morrem no trânsito por ano. O custo econômico gerado pela mortalidade e a morbidade causada pelo trânsito e pela poluição do ar em cidades brasileiras ultrapassa a casa de um bilhão de reais por ano. A violência também é outro fator de risco. Ruth já foi assaltada duas vezes: desde ter uma arma apontada em seu pescoço a ser parada por seis homens que tomaram sua bicicleta.

Apesar de morarem perto de um parque, os ciclistas que vão da periferia ao centro de Belém deixam de cortar caminho pelo local em função da falta de es-

<sup>1</sup> LEMOS, Letícia, HARKOT, Marina, COSTA, Priscila (coord). “Mobilidade por Bicicleta e os Desafios das Mulheres de São Paulo”, *Ciclocidade*, 2016. <https://www.ciclocidade.org.br/download/pesquisa-mobilidade-por-bicicleta-e-os-desafios-das-mulheres-de-sao-paulo-arquivo-de-apresentacao-dmsc2016/>

trutura em alguns trechos, preferindo pedalar pela estrada, apesar dos perigos. “Eu vou [pedalando] por dentro do parque. Mas tem uma parte que não tem estrutura nenhuma, é como se fosse uma trilha. É uma coisa que você escolhe: se eu for pela BR-316, que é uma rodovia em que não tem ciclovia ou ciclofaixa e que o motorista não respeita, eu posso ser atropelada.”

## “Acho que a bicicleta nos salvou da Covid-19, aqui ninguém pegou a doença (...) Tenho amigas que andam de ônibus e todas pegaram Covid-19.”

Em tempos de pandemia, não só a poluição foi um dos fatores que aumentam a letalidade da Covid-19, mas o modelo do transporte coletivo de passageiros provou-se um dos mais graves vetores de contaminação. Para Ruth, ficou clara a importância de se adotar bicicletas e ciclovias para o combate a emergências, como foi feito em outros países. Contudo, em Belém, o serviço de bicicletas compartilhadas foi interrompido durante o auge da pandemia. Ademais, um dos maiores disseminadores da Covid-19 foi o transporte público.

“Os ônibus, aqui em Belém, andam superlotados. Por uma determinação da Justiça, esses ônibus deveriam ser higienizados a cada viagem. Mas isso não aconteceu. Neste ano de 2020, eu peguei ônibus só duas vezes. Peguei um ontem [em novembro] e um em setembro. Fiquei muito horrorizada. Eu precisei ir em um laboratório para levar a minha filha para um exame e saímos de madrugada, na primeira viagem do ônibus. Saímos 4h30. Levamos álcool em spray e toalhinha de papel. Eu passei a toalha de papel branco e ela saiu imunda. Não tinha como ter sujado na primeira viagem, eles não higienizam”. Ruth ainda complementa: “A frota também foi reduzida, então, os ônibus estavam mais lotados que o normal. O meu companheiro passou a usar bicicleta no começo da pandemia para não andar de ônibus já que estávamos com duas filhas grávidas em casa”.

A cicloativista informa ainda que fizeram um pedido de ciclovia emergencial para a prefeitura por conta da pandemia da Covid-19, visto que novos ciclis-

tas passaram a usar a bicicleta como forma de distanciamento social. “Teve um momento que tiraram um acostamento perto de casa, na BR-316, que a gente usava muito para pedalar. Em um momento, a prefeitura transformou em mais uma via para carros. A gente cobrou da prefeitura, que justificou que a quantidade de veículos era maior do que a de ciclistas. Mas, na verdade, a prefeitura nunca olhou, não olha para o ciclista que ali está. Eu moro numa parte que é fronteira entre Belém e Ananindeua, onde milhares de trabalhadores dos municípios de Marituba e Ananindeua vão para Belém trabalhar”, comenta Ruth.

A retomada econômica através do uso da bicicleta é viável. “Durante a pandemia, o aumento de vendas de bicicleta foi muito grande. Inclusive, ficaram mais caras. Agora, se o governo está interessado nisso, eu já não sei e não acredito que esteja. Mas a gente tenta pelo menos mostrar como isso foi importante e que em outros países tem dado certo. A bicicleta já era importante antes da pandemia e foi uma mão na roda durante e, sem dúvida, vale a pena depois”, analisa Ruth. Sem dúvida, esses investimentos são necessários: “Precisamos de políticas públicas que olhem e valorizem isso, como é importante para o meio ambiente e para a nossa saúde”.

Ruth acredita que as prefeituras precisam investir em políticas públicas para favorecer os moradores da periferia — que já usam bicicletas — para que tenham estrutura e segurança. Explica que as mulheres da periferia de sua cidade, em sua maioria, são empregadas domésticas, saem cedo para trabalhar e chegam tarde nas suas casas para cuidar de sua família e não podem participar de reuniões para debater políticas públicas ou até mesmo reclamar para exigirem seus direitos.

“Quando mais mulheres ocuparem esses espaços e cobrarem, a gente vai aumentando. Em passos de formiga temos conseguido. Gostaria de ter mais mulheres cobrando. Na minha rua não temos esgoto e nem água encanada. Temos água aqui em casa só porque temos poço artesiano. Essas mulheres não conseguem. Quem tem tempo, não está na periferia, não sabe qual é a real”.

No coletivo Paraciclo, do qual Ruth faz parte, são realizados levantamentos de dados quantitativos de ciclistas que pedalam pela cidade para que possam buscar ações de políticas públicas em infraestrutura para as pessoas que usam a bicicleta como meio de transporte. “Têm [dados] quantitativos de carros que circulam pela cidade e por uma via. Os ciclistas são ignorados. E, quando se fala em ciclistas, falam daquela galera, como falamos em Belém, a ‘galera da malha’, que põe aquelas roupas caríssimas e usam a bicicleta para o lazer. Pedalam uma vez por semana. Eles não contabilizam a galera da periferia que está no dia a dia, que usa a bicicleta como meio de transporte por não ter dinheiro para pagar um ônibus. Têm dificuldade com o tempo de deslocamento de sua casa ao trabalho por causa da precariedade do transporte público”, analisa.

Há três anos, o Paraciclo faz as contagens e já chegaram a contabilizar 55 mil viagens de bicicletas numa semana. Em um único dia, numa esquina, contabilizaram 6 mil ciclistas num único ponto. Mas a Prefeitura de Belém não o faz. O coletivo desenvolveu ainda um mapa colaborativo para oficinas de bicicleta. Essas informações são levadas à prefeitura nas sessões da câmara municipal.



## Habilitação

**“O racismo é negado no Brasil todo, aqui não é diferente”**

- MARIA LÚCIA

Há cerca de uma década, a região da zona norte de Teresina (PI), entre os rios Poti e Parnaíba, tornou-se motivo de um litígio entre moradores da comunidade Boa Esperança e a prefeitura municipal. O governo diz que a estrutura do lugar oferece risco de galgamento<sup>1</sup> que pode afetar a população local, enquanto os moradores rebatem que a intenção do plano é, na verdade, a gentrificação<sup>2</sup> do local.

De acordo com uma reportagem da [Ponte Jornalismo](#)<sup>3</sup>, as primeiras casas começaram a ser construídas ali há meio século. A região sofreu duas enchentes, em 1965 e 1985. Durante a segunda enchente, os moradores planejaram uma estrutura para que os imóveis não sofressem novamente com alagamentos. Nos anos 1980, o local era um polo de olaria (produção de telhas e tijolos de barro) com condições insalubres de trabalho. Até 1983, não tinha luz elétrica, e a água encanada só chegou quase ao final da década de 1980.

A história traz nuances de questões que passam despercebidas quando olhamos o problema apenas como um litígio relacionado a um pedaço de terra. Para entender o ponto de vista de quem vive lá, conversamos com a líder comunitária Maria Lúcia Oliveira, do Centro de Defesa Ferreira de Sousa e do Movimento Lagoas para Quem? Ela participou do webinar sobre [Habituação para Retomada Verde Inclusiva](#)<sup>4</sup>, projeto organizado pelo ClimaInfo, com apoio do Observatório do Clima e do GT Infraestrutura.

“Revelar a história é fazer justiça. Por que nós duas estamos conversando aqui? Porque nós temos a ciência e a consciência. Foi despertada a nossa consciência sobre o que os nossos antepassados fizeram. Então, a gente não pode deixar

1 Transposição de uma estrutura por uma massa de água.

2 Mudanças do espaço urbano, com áreas periféricas transformadas em espaços nobres, o que aumenta os preços do mercado imobiliário e o custo de vida local. Isso dificulta a permanência dos antigos moradores e comerciantes de baixa renda, levando inclusive à sua expulsão.

3 VASCONCELOS, Caê. “Boa Esperança, a comunidade ribeirinha em Teresina (PI) que, há 10 anos, luta para continuar existindo”, *Ponte*, 24 maio 2019. <https://ponte.org/boa-esperanca-a-comunidade-ribeirinha-em-teresina-pi-que-ha-10-anos-luta-para-continuar-existindo/>

4 O webinar foi realizado em 20/10/2020 e o vídeo é de acesso público e gratuito no canal Youtube da organização: HABITAÇÃO por uma retomada verde inclusiva, webinar (participação de Danielle Klintowitz, Euler Sandeville Junior, Maria Lúcia de Oliveira Sousa e Sarah Marques), *ClimaInfo*, 20 out. 2020. <https://www.youtube.com/watch?v=Llm-BdZifBI>

morrer essa história. A gente não pode ser governada por príncipes e princesas a nossa vida toda, não”, diz a líder comunitária.

Ao ser questionada sobre a origem do lugar e seus problemas, Lúcia sai em busca do “Empoeirado”, apelido que ela deu ao seu sobrinho — pesquisador e professor, formado em História e Turismo. Não é à toa que “colocamos os nossos mais novos para estudar, nem que a gente ‘morra’ de trabalhar”, explica Lúcia, dizendo que é a geração de seu sobrinho que dá hoje o suporte à comunidade. Na sua infância, ela e os demais trabalhavam na olaria: “Não tinha escola. Tinha que ir muito longe para estudar. Trabalho infantil cansa, a gente preferia brincar ou dormir quando tinha descanso”.

Talvez o “Empoeirado” esteja em alguma biblioteca para justificar a alcunha que sua tia lhe deu. Não resta alternativa à Lúcia. Ao começar a contar a história de sua comunidade, surpreende, pois volta ao tempo do Brasil Colônia, quando a tribo indígena Potí foi dizimada pelos colonizadores portugueses. “Depois, as pessoas negras escravizadas foram trazidas por Saraiva [José Antonio Saraiva, presidente da Província do Piauí] ao local para construir a nova capital, Teresina [em 1852]. A antiga, Oeiras, ficava longe do rio Parnaíba, o que prejudicava os negócios com o restante do império. Os negros escravizados fizeram suas casas onde hoje é a comunidade de Boa Esperança, onde viviam plantando e pescando.

Lúcia relata ainda que a arquitetura da cidade — construída por pessoas escravizadas — foi sendo destruída ao longo do tempo. Nos anos 70, conta que o governo militar ateava fogo nas casas das pessoas pobres para fazer com que elas saíssem do local. “E [nos anos 2000] a gente começou a ter as nossas casas seladas e invadidas por eles”, conclui, deixando seu ponto de vista crítico ao [Programa Lagoas do Norte](#)<sup>1</sup>, de promete a requalificação urbana e de reassentamento de área da cidade, propondo retirar aquela população da região que leva o nome do plano para outro bairro da cidade.

1 PREFEITURA DE TERESINA. *Programa Lagoas do Norte*. Secretária Municipal de Planejamento (Semplan), 2016. <https://semplan.pmt.pi.gov.br/lagoas-do-norte/>

## “Quando a gente vai falar de racismo ambiental, as pessoas não querem ouvir e ainda acham que a gente é doida”

“Se o racismo é negado no Brasil todo, aqui não é diferente”, afirma Lúcia, contando que ainda existe uma relação de provincianismo no local, desabafando que é muito difícil encontrar documentos da história dos negros e indígenas. “Os relatos históricos feitos por homens brancos são de dar nojo, quando falam que somos [negros e indígenas] preguiçosos e marginais.” Para ela, o problema continua igual séculos depois e o que a sua comunidade vive na atualidade se chama racismo ambiental: “Quando a gente vai falar de racismo ambiental, as pessoas não querem ouvir e ainda acham que a gente é doida”, comenta Lúcia.

A ativista reclama que, desde que a prefeitura transferiu o tráfego pesado de automóveis, e com a derrubada de árvores, os animais correm para a avenida e morrem atropelados. “A natureza se transforma. Nós temos essa consciência na nossa comunidade. A gente tem que sair por meio da natureza. O animal só come o que precisa. A gente vai acumulando, estragando as coisas na geladeira e negando as coisas para os outros”.

“O ser humano é muito mesquinho”, divaga Lúcia, e ainda enfatiza: “A primeira coisa que você faz quando quer matar uma pessoa é destruir a sua cultura, para fragilizar ela (sic)”. Essas comunidades [tradicionais] têm uma relação diferente com o meio ambiente e, por isso, conseguem preservar, ao contrário da lógica de explorar e depois ir para outro lugar após já terem dizimado tudo. Lúcia reclama que a cidade de Teresina, mesmo na zona nobre, tem enchentes porque impermeabilizaram o local.

“Eles precisam parar de destruir a natureza. Estão dragando os rios. A gente reflorestou. A mata ciliar é como os nossos cílios. Ela segura a barragem do rio. Eles estão acabando com a dragagem e as árvores estão caindo no rio porque não têm como se sustentar. A parte que nós reflorestamos não tem coroa, está perfeita”, conclui.

O racismo não é só um comportamento, mas é um processo histórico e político. No documentário [Interfaces do Racismo: racismo ambiental](#)<sup>1</sup>, a socióloga Cíndia Brustolin explica que o modo como a sociedade brasileira reage às Comunidades Quilombolas e Povos Indígenas é muito diferente de como reage em relação aos brancos. Para ela, tudo o que essas comunidades conseguem produzir é desqualificado. E, mesmo quando há uma legislação séria em relação aos empreendimentos, ela não é implantada.

De acordo com a socióloga, nesses mecanismos, o racismo ambiental está presente na não possibilidade de se valorar as coisas da mesma forma que os demais. Apesar desses povos terem toda uma dificuldade de se constituírem como sujeitos de direitos, a sua fala é deslegitimada quando eles exatamente buscam esses direitos.

1 *INTERFACES do Racismo: racismo ambiental*. Documentário. Produção da Assessoria de Comunicação da Defensoria Pública da União, concepção do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais e produzido, 2018 (7min42).

<https://www.youtube.com/watch?v=3IjobCS1n-k>



## Infraestrutura

**“Ao construir o corredor ecológico,  
também reconstruímos o tecido  
social”**

- MAÍRA

O uso indiscriminado do solo é considerado uma das ações que agravam a emergência climática. No Brasil, a construção civil e obras de infraestrutura sem planejamento devido podem também piorar o cenário, mesmo na intenção de resolver problemas crônicos, como a falta de saneamento básico, de parques etc.

Na Bahia, por exemplo, a Bacia do Jaguaribe faz o papel de conectividade de vários lugares da região metropolitana de Salvador, desde áreas mais valorizadas a periféricas, de conservadas a degradadas. A Bahia de Jaguaribe seria um grande corredor ecológico que traria mais saúde para todo esse ambiente. Segundo a bióloga Maíra Azevedo — que faz parte do Movimento Jaguaribe Vivo e é pesquisadora da Fundação Mata Atlântica e Ecossistemas e do Movimento SOS Rio da Madre — a expansão de núcleos urbanos é estimulada por intervenções públicas que privilegiam infraestruturas cinzas<sup>1</sup> e a especulação imobiliária, deixando em situação de vulnerabilidade comunidades, inclusive tradicionais, como indígenas e quilombolas.

“Ao construir o corredor ecológico, também reconstruímos o tecido social porque, sobretudo nestas áreas mais periféricas, as pessoas ainda — mesmo com toda a fragmentação que ocorreu nos últimos cinco anos — têm modos de vida relacionados aos recursos naturais”, explica Maíra, e completa: “O que discutimos são essas intervenções urbanas e como elas foram fragmentando esse território e, portanto, gerando também uma situação de violência. Porque as pessoas ficam mais vulneráveis e ficam sem acesso a esses recursos. E são nessas áreas onde se concentram bastante situações de violência”.

Maíra explica ainda que parte das áreas impactadas compõe exatamente regiões com potencial de conectividade, apresentando remanescentes em estágios variados de regeneração, que podem constituir corredores ecológicos. Mas, para ela, as novas estruturas viárias e projetos de macrodrenagem repetem uma concepção ultrapassada e reproduzem uma lógica de crescimento urbano

<sup>1</sup> As infraestruturas cinzas, assim chamadas pela presença do cimento, são obras convencionais de engenharia civil, muitas vezes impermeáveis e que impedem o crescimento de ecossistemas.

que não apenas não melhora a qualidade e a saúde da população, mas também acentua desigualdades.

**Repensar as cidades do Nordeste...** - Na Bahia, o *Movimento Jaguaribe Vivo*<sup>1</sup> foi criado por um grupo de ambientalistas e de pesquisadores que se dedicam, entre outras coisas, ao cuidado com a água, acreditando que a sua dinâmica é fundamental na promoção de conectividades ecossistêmicas, inclusive nas cidades.

Salvador, por exemplo, é uma capital inserida totalmente no bioma da Mata Atlântica. A alteração de planos de ordenamento urbano favoreceu a degradação da natureza e impactou áreas protegidas, em prol da expansão urbana em regiões próximas a grandes propriedades privadas de grupos imobiliários tradicionalmente conhecidos no município.

De acordo com Maíra, o processo de implantação de intervenções urbanísticas na Bacia do Rio Jaguaribe — iniciado em 2014 — trouxe impactos negativos à região, devido à maneira como foi concebida e pelas falhas de fiscalização. Maíra ainda destaca a importância da população debater a infraestrutura urbana e ter consciência de que ela pode ser também um fator de fragmentação que potencializa desigualdades sociais.

Entretanto, em novembro de 2021, o atual prefeito da cidade sancionou a Lei 9.603/2021, que alterou o zoneamento de pelo menos sete áreas na cidade de Salvador. O que isso significa? Com a mudança, duas poligonais de parques urbanos da Ilha de Bom Jesus dos Passos passam a ter outras coordenadas e a Área de Proteção de Recursos Naturais do Jaguaribe terá seus limites alterados. Na prática, de uma só vez, o Sistema de Áreas de Valor Ambiental do Município (SAVAM) sofreu impactos com a diminuição das poligonais do Parque do Vale Encantado, da Área de Proteção dos Recursos Naturais (APRN) da Bacia do Jaguaribe e com a diminuição das restrições de uso no manguezal do rio Passa

<sup>1</sup> MOVIMENTO Jaguaribe Vivo critica poluição e solicita audiência com governador em entrega de trecho da canalização do rio Jaguaribe, *Grupo Ambientalista da Bahia - GAMBIA*, 22 nov. 2008. <https://www.gamba.org.br/noticias/movimento-jaguaribe-vivo-critica-poluicao-e-solicita-audiencia-com-governador-em-entrega-de-trecho-da-canalizacao-do-rio-jaguaribe>

Vaca (último remanescente de manguezal na orla mais ao norte do município) e de áreas adjacentes ao Parque de Pituaçu.

O *Movimento Jaguaribe Vivo* também compõe a Convergência pelo Clima — uma rede maior de entidades, formada por organizações que acompanharam o recente processo de elaboração do Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima<sup>1</sup> (PMAMC) e do Plano Municipal de Recuperação e Preservação da Mata Atlântica (PMMA) de Salvador. Neste momento, uma rede de ONGs enviou nota para alguns órgãos municipais e do estado da Bahia solicitando informações a respeito das obras públicas que estão sendo realizadas.

“A bacia pode vir a ser totalmente desfigurada. Sempre existe a justificativa [para as intervenções urbanas pelas autoridades] das ocupações irregulares, e que as áreas de pobreza seriam a causa da degradação da cidade. Mas precisamos desfazer esse discurso porque, na prática, a gente percebe que mesmo as áreas privatizadas, como condomínios, e até mesmo as próprias intervenções urbanas, são o que vêm causando essa degradação. É claro que temos que qualificar as questões de moradia das pessoas vulneráveis. Mas talvez a melhor forma de tirar essas pessoas em situação de vulnerabilidade é pensar como fazer essa alocação e tirá-las das áreas de APPs, mais próximas aos rios onde elas ficam vulneráveis a enchentes”, analisa Maíra, e alerta que a expansão dos territórios segue nessas áreas que deveriam ser protegidas. É preciso questionar se o crescimento urbano e os projetos existentes são sustentáveis, e pensar em estratégias que beneficiem a comunidade e o meio ambiente.

**“Quando a gente fala de transparência e informação é também para favorecer o acesso a esse conhecimento político do Direito. É tentar deixar essa linguagem mais fácil para as pessoas poderem se sentir prontas para fazer essa defesa [de seus territórios]”**

1 PREFEITURA DE SALVADOR. *Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima em Salvador*, 2020. Disponível em: <http://www.prodeturssa.salvador.ba.gov.br/images/prodeturssa/documentos/PMAMC.pdf>

**... ao Sul** - Enquanto isso, em Santa Catarina, no território costeiro da Baixada do Massiambu — uma área inserida na Zona Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica — onde há comunidades tradicionais com forte ligação com o território, a população enfrenta ameaças relativas à infraestrutura e aos novos processos de zoneamento que visam promover a expansão urbana.

A Baixada do Massiambu é uma planície costeira localizada na porção sul do Município de Palhoça (SC) — limitada pelas bacias hidrográficas dos Rios da Madre e Massiambu, atravessadas pela BR-101 e constituída pelas comunidades da Guarda do Embaú, Três Barras, Sertão do Campo, Albardão, Morretes, Pinheira, Ponta do Papagaio, Praia do Sonho, Passagem do Massiambu e Massiambu Pequeno.

Por abrigar relevante patrimônio biológico, geológico, arqueológico e histórico-cultural, a região é abrangida por três importantes Unidades de Conservação: o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PAEST), a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF) e a Área de Proteção Ambiental do Entorno Costeiro (APAEC) – esta última criada sobre áreas desanexadas do PAEST no ano de 2009. É compreendida por um complexo aquático formado pelos estuários do Rio da Madre e Rio Massiambu; pelos cordões arenosos semicirculares, considerados patrimônio geológico de importância mundial, por retratar o avanço e recuo do mar nos últimos dez mil anos; e pelo ecossistema de restinga mais expressivo da costa sul-brasileira, dentre outros.

Um grupo da sociedade civil e do governo foi formado na região para analisar o novo macrozoneamento aprovado em 2020 e debater se o planejamento territorial é alinhado às questões de adaptação e de justiça climática. “Essa estratégia converge para o diálogo com o Plano de Bacia, a conservação de áreas naturais, a restauração de ecossistemas costeiros e a saúde do oceano. Também há lideranças femininas envolvidas aqui [em SC], representativas de comunidades tradicionais e de grupos de defesa do patrimônio comum. Nessa discussão, inclui-se a questão da mineração e dos arrozais, que impactam a qualidade das águas. Há grupos trabalhando fortemente para a promoção da agroecologia, com expressiva participação de mulheres nos processos de

---

liderança”, explica Maíra. “Temos que reconectar as diversas lutas nos diversos territórios”, conclui. Ela ressalta que problemas como esses se repetem em muitos territórios em todo o país. A informação e a transparência são importantes para as pessoas saberem o que essas obras de infraestrutura e de intervenções urbanas significaram na região como um todo e não justificá-las somente porque vão melhorar a praça ao lado ou ganhar uma calçada — em uma leitura em um nível mais micro.

“Quando a gente fala de transparência e informação é também para favorecer o acesso a esse conhecimento político do Direito. É tentar deixar essa linguagem mais fácil para as pessoas poderem se sentir prontas para fazer essa defesa [de seus territórios]”, diz Maíra.



## Povos Originários

**“Eles transformaram o nosso rio em uma água sem vida”**

- DONANA

Nos anos 1960, quando tinha uns seis anos, a avó de Ana Lúcia dos Santos Silva, conhecida como mãe Donana — hoje líder da Comunidade Quilombola Quingoma, localizada em Lauro de Freitas, região metropolitana de Salvador (BA) — contava histórias de que seu bisavô veio de uma comunidade quilombola que foi perseguida e que um de seus descendentes iria voltar à terra para lutar pelo seu povo.

Donana foi, finalmente, para a terra de seus antepassados só aos 43 anos e hoje luta por ela. Poderia até parecer uma história de contos de fadas ao ouvi-la dizendo que escutou a sua ancestralidade e ela foi a escolhida entre os descendentes como a predestinada para proteger a terra de seus antepassados. Mas os problemas são inúmeros e de um conto mágico não têm nada. Entretanto, é por ela que podemos entender sobre como a estrutura da sociedade brasileira invisibiliza e impacta pessoas, sob o ponto de vista social e ambiental.

Existem indícios de que a área quilombola de Quingoma foi formada em 1569 por negros que chegaram nos primeiros navios com pessoas escravizadas no Brasil. Em 1893, um menino do quilombo foi preso e ao ser torturado contou onde estava o local, que naquele ano foi invadido e devastado. Esta área foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2013, mas ainda não houve a emissão do título. O lugar sofre ataques e está longe de ser um caso isolado. Desde a implantação da Via Metropolitana Camaçari – Lauro de Freitas já foram registradas mais de dez ocorrências de violência contra o povo do quilombo.

As histórias de Donana, e suas críticas à devastação ambiental (além da cultural e social) que a comunidade sofre, são muitas: “Eles transformaram o nosso rio em uma água sem vida.”

A luta pelo respeito às comunidades locais e à natureza é o que interliga a sua história ao Movimento Jaguaribe Vivo que, em articulação com a Convergência pelo Clima, dialoga com mulheres que trabalham e vivem no território por onde passa esse rio e em outras comunidades próximas a ele. Desde 2014, o processo de implantação de intervenções urbanísticas na Bacia do Rio Jaguaribe trouxe impactos negativos à região, com obras públicas que, segundo a bióloga Maíra

Azevedo, são realizadas com concepção ultrapassada, aprovadas em processos corrompidos e, executadas com importantes falhas de fiscalização e monitoramento do cumprimento de condicionantes (ver capítulo 13).

## **A estrutura da sociedade brasileira invisibiliza e impacta pessoas, sob o ponto de vista social e ambiental**

Donana é enfática: “Só chega aqui no quilombo lixo e lixo. No quilombo não tem um posto de saúde, não tem transporte, só tem uns ‘ligeirinhos’ [transporte público] que rodam quando quer (sic). A gente fica uma hora, duas horas, a gente fica esperando transporte. O hospital metropolitano foi construído dentro de uma área de mata importante. Eu fico muito triste porque a gente vê a mata do quilombo, reserva lindíssima, perdendo [árvores] trintenárias para rodovias. Não sou contra o hospital, mas onde ele foi colocado, perto do aquífero.” Ela também critica a desapropriação de terrenos de mais de 50 famílias e a construção de uma galeria que está aterrando as nascentes do rio.

“O nosso quilombo não está à venda. A gente não coloca preço no nosso quilombo. Aqui está a nossa história, os nossos ancestrais estiveram aqui. Nós temos o dever de lutar para manter este quilombo histórico e ele ser respeitado pela importância histórica dentro deste estado, dentro deste Brasil porque aqui é o primeiro núcleo de resistência negra do Brasil”, conclui.



## Saneamento

**“É claro que quem fala de meio ambiente em favelas, no geral, são mulheres”**

- RUTH

Neta de paraibanos, os avós de Ruth Osório, hoje com 24 anos, chegaram ao Rio de Janeiro quando seu pai tinha apenas três. As casas do Complexo da Maré – nas margens do Canal do Cunha, uma das maiores favelas do Rio de Janeiro, localizada entre o Aeroporto Internacional Tom Jobim e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, zona norte da capital fluminense – ainda eram de palafitas. Naquela época faltava saneamento básico. Hoje também.

Ruth é contemporânea da ativista ambiental sueca Greta Thunberg. Mas, como os demais jovens que trabalham com ela, a forma que enxerga as consequências da emergência climática é da perspectiva de quem vive em uma periferia do Brasil e traz questões sociais e culturais aos desafios enfrentados.

O saneamento acaba sendo um dos problemas menos abstratos das consequências da devastação do meio ambiente, e mesmo assim não é fácil conseguir a vontade política de solucioná-lo. “O saneamento é um dos problemas de marginalização de uma favela. Não existe a preocupação, quando a gente fala de um ambiente ecologicamente equilibrado, não existe um olhar sobre a favela neste discurso. Se existisse, a gente teria esgoto para a Maré. Porque não é difícil fazer, a Maré fica ao lado da ETE [Estação de Tratamento de Esgoto] Alegria, uma das maiores estações de tratamento de esgoto da América Latina. O esgoto da Maré vai todo para a Bacia de Guanabara”, analisa Ruth.

“A relação entre saneamento e meio ambiente vem sendo construída nos últimos tempos”, explica Ruth. Quando ela começou a se interessar por causas ambientais, as associava apenas às árvores, à Amazônia e ao Código Florestal. “Quando a gente fala de saneamento na favela, não é só um problema ambiental, só a questão das águas e de estar colocando o lixo nas ruas. Não é só isso, é o lixo que está em frente à minha casa e está afetando a minha vida a todo momento. Na favela essa relação fica mais clara”.

O relato de Ruth reflete o que vive a metade da população brasileira que não tem acesso a rede de esgoto. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), para cada dólar investido em água e saneamento, economiza-se 4,3

dólares em saúde global<sup>1</sup>. Nessa conta, deve-se somar o fomento à geração de empregos: cada bilhão investido em saneamento, por exemplo, gera 10 mil empregos apenas em obras, conforme o estudo Retomada Verde Inclusiva<sup>2</sup>. Sem esquecer de somar que a falta de saneamento básico e água potável foram fatores de ampliação do contágio da Covid-19.

Ruth trabalha no [Cocôzap](#)<sup>3</sup>, projeto que mapeia o saneamento básico em favelas e faz um trabalho de incidência política, parte do [Data\\_labe](#)<sup>4</sup>, um laboratório de dados e narrativas no Complexo da Maré que busca formar, produzir conteúdo e fazer uma geração cidadã de dados.

O objetivo do Cocôzap é construir uma base de dados sobre a situação sanitária de parte do Complexo da Maré, que tem, ao todo, 16 favelas. As denúncias são realizadas pelos próprios moradores, através de um número de WhatsApp. Com o apoio do Casa Cidades, inicialmente estão sendo mapeados a coleta de lixo da região e o saneamento de partes de três favelas da Maré: Nova Holanda, Parque Maré e Parque União. Os moradores colaboraram com o mapeamento, enviando fotos e a localização do esgoto a céu aberto e dos acúmulos de lixo no território.

## Historicamente, são as mulheres responsáveis por buscar água e manter a higiene do lar; logo, são as mais vulneráveis.

“É claro que quem fala de meio ambiente em favela, no geral, são mulheres”, conclui Ruth, ao explicar que a busca de soluções não vem de agora. Há 40 anos,

1 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *5 steps for planning and evaluating world water day activities*. OMS, 2008.

2 RETOMADA Verde Inclusiva. Instituto ClimaInfo, Observatório do Clima e GT Infraestrutura, 2020, pp. 11-16. <https://acrobat.adobe.com/link/track?uri=urn:aaid:scds:US:e1d55818-70c3-4635-9ac1-43b9a462cdc5#page-Num=12>

3 PARQUE TECNOLÓGICO UFRJ. “Cocôzap: Plano de Monitoramento Popular é lançado”, *Portal online do Parque Tecnológico UFRJ*, 11 nov. 2020. <https://www.parque.ufrj.br/cocozap-plano-de-monitoramento-popular-e-lancado/>

4 <https://datalabe.org>

na busca por entender o processo de chegada da água no Conjunto de Favelas da Maré, mulheres da favela organizaram a Chapa Rosa<sup>1</sup>, primeira chapa eleita por eleições diretas para a Associação de Moradores da Nova Holanda, em 1984, num momento marcado pela participação de todos e que mudou completamente os rumos da favela.

Quando Helena Dias Vicente, 70 anos, chegou na Maré, por volta dos anos de 1980, não havia nenhum saneamento básico no local. Nos dias de chuva tinha de usar dois pares de sapato: um para ir até a Avenida Brasil e depois outro já que o primeiro estava cheio de lama. As mulheres da Nova Holanda passaram a fazer mutirões para conseguir água e saneamento básico aos domingos: os homens cavavam as ruas e as mulheres levavam os lanches e a água. Organizadas politicamente, a sua líder Eliane — primeira presidente mulher de uma associação de moradores no Rio de Janeiro — buscava acessar as autoridades com as demais mulheres que faziam parte da Chapa Rosa.

Historicamente, são as mulheres responsáveis por buscar água e manter a higiene do lar; logo, são as mais vulneráveis. Além de mais sobrecarregadas pela dupla jornada de trabalho, são as mais propensas a sofrerem doenças. Dados do Sistema Único de Saúde (SUS) de 2013 apontam o registro de 353,5 mil internação e quase 5 mil óbitos de mulheres por infecções gastrointestinais ligadas ao saneamento básico. Elas ainda correm o risco de sofrerem violência sexual durante o trajeto para buscar água. Esses fatores diminuem também o potencial das mulheres para estudar e trabalhar.

1 HENRIQUE, Breno, OSÓRIO, Ruth. “Na Maré seca dos anos 80, mulheres da Nova Holanda se organizaram na luta pela água”. *Data\_labe*, 05 out. 2020. <https://datalabe.org/mare-rosa/>



## Resíduos Zero

**“Resíduo zero e sem incinerador traz ganhos à sociedade”**

- BETH

Cada brasileiro produz, em média, 379,2 quilos de lixo por ano, o que corresponde a mais de 1 quilo por dia, de acordo com as informações do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2020<sup>1</sup>. A geração de resíduos aumentou mais de 18% em dez anos – saiu de 66,7 milhões de toneladas em 2010 para 79,1 milhões em 2019. O mesmo estudo demonstra ainda que a maior parte dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) coletados vão para aterros sanitários, que passaram a receber 43 milhões de toneladas — um aumento de 30% em uma década. A principal questão é que a quantidade de resíduos destinados para unidades inadequadas (lixões e aterros controlados) também cresceu, passando de 25 milhões de toneladas por ano para pouco mais de 29 milhões de toneladas por ano.

Conforme o estudo Retomada Verde Inclusiva<sup>2</sup>, menos da metade do que é gasto atualmente com a coleta de resíduos sólidos — algo entre um ou dois bilhões de reais — seriam suficientes para organizar meio milhão de catadores a mais em cooperativas. Os novos catadores/catadoras representam cerca de 7% do número de desempregados no país, e a inclusão deles significa maior movimentação na economia local, segundo a pesquisa.

Mais de 80% de tudo o que nós geramos são passíveis de voltar para a cadeia produtiva para serem reaproveitados sob a forma de compostagem e de reciclagem

As vantagens de destinar e reciclar os resíduos adequadamente são diversas. A coordenadora da área de Resíduos Sólidos do Instituto Pólis, Beth Grimberg, explica que mais de 50% dos resíduos são orgânicos (como a sobra de alimentos gerados nas nossas casas) e cerca de 30%, recicláveis (resíduos secos, como papel, alumínio, metais, plásticos). A outra fração dos resíduos é de rejeitos como, por exemplo, fraldas descartáveis, absorventes higiênicos, etiquetas, materiais misturados (plástico com papelão, alumínio com plástico) para os quais as cooperativas não conseguem compradores.

<sup>1</sup> O relatório é produzido anualmente pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). Disponível em: <https://abrelpe.org.br/panorama-2020/>

<sup>2</sup> RETOMADA Verde Inclusiva. Instituto ClimaInfo, Observatório do Clima e GT Infraestrutura, 2020, pp. 11-16. <https://acrobat.adobe.com/link/track?uri=urn:aaid:scds:US:e1d55818-70c3-4635-9ac1-43b9a462cdc5#page-Num=12>

“Mais de 80% de tudo o que nós geramos são passíveis de voltar para a cadeia produtiva para serem reaproveitados sob a forma de compostagem e de reciclagem desses materiais. É uma cadeia produtiva circular e nós entendemos que essa circularidade deve ser combinada com a dimensão da inclusão da geração de postos de trabalho com uma categoria que são os catadores de recicláveis. Eles já atuam no país nesse sentido desde muito tempo. Há décadas — mais de 60 anos — começaram coletando os vidros e jornais. Depois com [o aumento da] a quantidade passaram a catar outros materiais”, explica Beth.

**Economia circular** - “Toda essa roda de promover o reaproveitamento de mais de 80% de tudo o que nós geramos diariamente é uma maneira de defender e comprovar a viabilidade desses sistemas de reciclo, de logística reversa da matéria orgânica e da matéria seca”, esclarece Beth, e completa que isso é mais vantajoso do que destruir os resíduos com tecnologias como o incinerador. “Existe o discurso de que [o incinerador] vai gerar energia, mas na verdade os custos são menores se fizerem esses dois modelos de reciclagem [dos resíduos orgânicos e dos secos]”, analisa.

Outro ponto levantado por Beth é que a reciclagem valoriza o trabalho já existente, por exemplo, dos catadores e de agricultores familiares. Para ela, um circuito de reciclagem, sobretudo se for um circuito curto, diminuirá as emissões de gases de efeito estufa, tirando mais caminhões da rua. Além disso, pode-se ganhar escala ao ter centrais de compostagem descentralizadas para os resíduos orgânicos e centrais de armazenamento para a venda de cooperativas de recicláveis sólidos. Beth explica que os catadores de recicláveis são prestadores de serviços da cidade e defende a integração deles, como prescreve a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Se o poder público fizer esse serviço, terá que remunerá-los.

Já a compostagem realizada em resíduos orgânicos pode ser utilizada pelos produtores rurais que, além de economizarem, não irão usar fertilizantes. A melhoria das condições dos cinturões verdes das cidades já é suficiente para a compostagem do resíduo orgânico. “Quando se faz compostagem domiciliar, a gente percebe quanto é simples e gratificante olhar esse ciclo do campo, mesa,

campo. Vem o alimento do campo, eu processo, como, gero uma casca, uma sobra de alimentos. A gente tem a vivência de um minhocário, a gente vê a essência de um ciclo. Isso é educativo e mostra a viabilidade de ter isso em grande escala. De se ter isso dentro de uma política pública para isso, adequada e como manda a política de resíduos sólidos (PNRS). É atribuição dos governos municipais a coleta diferenciada e a reciclagem dos orgânicos”.

“Vamos ver os benefícios da cadeia inteira. As externalidades não são assumidas ao enterrar os recicláveis. Quem assume os impactos dos recicláveis não retornarem à cadeia [produtiva]? Os fabricantes não estão assumindo. Os impactos de aterrar ou jogar nos rios, córregos e oceanos vão sendo assumidos pela sociedade porque todos os plásticos são ingeridos pelos animais, que não morrem, mas entram no organismo. E os peixes e os alimentos crustáceos do ecossistema marinho contaminado vão para os humanos. Quanto do câncer está conectado por nanopartículas de plásticos que comemos e bebemos na água?”, comenta Beth.

**Movimento por soluções** - “O projeto São Paulo Composta, Cultiva<sup>1</sup>, na verdade uma campanha, ela se inscreve no marco de uma iniciativa maior chamado Movimento Urbano de Inovação, que foca na questão de resíduo zero e também no impacto das emissões de metano na matéria orgânica dos resíduos que nós geramos nas nossas cidades e casas”, esclarece Beth sobre a iniciativa.

## “Resíduo zero e sem incinerador traz ganhos à sociedade”, aponta Beth.

“Estamos trabalhando para defender os bens coletivos planetários. O que está em jogo são as garantias do bem viver para as crianças que estão nascendo e gerações que já estão aqui”, finaliza.

<sup>1</sup> A Campanha São Paulo Composta, Cultiva é formada por mais de 50 organizações e redes da sociedade civil. Desde 2020, tenta influenciar políticas públicas que promovam a reciclagem de resíduos orgânicos e a agroecologia no município de São Paulo. <https://polis.org.br/projeto/sp-composta-cultiva/>



## Resíduos Sólidos

**“Quando eu fui trabalhar com reciclagem, minhas amigas falavam: – Nossa, por que você vai mexer com lixo”**

- VALQUÍRIA

A mãe da hoje presidente da Cooperativa dos Catadores Seletivos do Parque Cocaia (Cooperpac) e do Comitê dos Catadores/as da Cidade de São Paulo, Valquíria Cândido, a criou vendendo coxinha no colégio, e foi assim que ela aprendeu sobre sobrevivência. A palavra “militância”, Valquíria conheceu somente há dez anos, durante a sua trajetória com a cooperativa de reciclados. A garotinha que sentava na última cadeira da sala para a professora não vê-la porque tinha vergonha de falar hoje é porta-voz e liderança daqueles que trabalham no centro de reciclagem. “Quando eu vim trabalhar com reciclagem, minhas amigas falavam: – Nossa, por que você vai mexer com lixo?”, lembra Valquíria, que ouvia críticas baseadas no preconceito e cada vez mais se conscientizava de quanto era importante esse tipo de trabalho para a melhoria da vida de seus filhos e da sociedade.

Foi um processo. Começou em 2010, em um galpão onde trabalhavam seis pessoas. A coleta era feita de porta em porta, os catadores enfrentavam preconceitos e não tinham espaço para trabalhar. Os resíduos vinham todos misturados e cheios de entulho para separar. Depois conseguiram uma parceria com a prefeitura, que paga o aluguel do galpão com a contrapartida de que o grupo esteja regularizado como cooperativa de catadores.

“Tudo o que eu sei hoje foi errando e fazendo de novo, dar um passo pra trás e dois para frente. Junto com isso a gente tem que entender o preconceito com relação ao trabalho. Hoje até está mudando um pouco o discurso, mas os catadores eram muito descaracterizados. Eram o ‘homem do saco.’ ‘Olha vai passar o homem do saco.’ As pessoas dizem isso sem entender que são eles que estão cuidando da saúde delas: da saúde das pessoas e da comunidade. Isso ficou inviabilizado durante muito tempo”, analisa Valquíria.

O trabalho é muito duro, segundo a líder da cooperativa. “Desde os preconceitos na rua ou até [em relação aos estereótipos] que os homens são mais fortes e as mulheres fazem os trabalhos mais leves. Dentro da cooperativa não tem isso, todo mundo faz tudo e todo mundo tem uma retirada igualitária. Tivemos dentro do galpão diversas histórias, entre elas, que um dos homens saiu da cooperativa porque a remuneração dele era igual a de uma mulher — que fez o

mesmo trabalho que ele, que trabalhou nas mesmas área dele, que fez o mesmo esforço que ele, porque ele achou que ele deveria ganhar mais por ser homem”, comenta Valquíria, demonstrando as questões do machismo estrutural que também reverberam na atividade.

Valquíria narra muitas histórias que se passaram durante esses anos de cooperativa. Entre elas, o empoderamento das mulheres que trabalham lá: elas passaram a entender que o que fazem é um trabalho importante quando foram até a prefeitura, e entraram em uma câmara de vereadores para pleitear a remuneração do trabalho dos catadores. “Isso eu faço através do movimento nacional dos catadores. É por isso que eu venho falando bastante nisso. O nosso trabalho é muito difícil e tem muitos dizendo em nome dos catadores, mas que nunca entraram em uma cooperativa. Ok. Pessoas que tiveram privilégios, fizeram faculdade e foram para fora do Brasil, conheceram tecnologias para poder melhorar o sistema. Beleza! Mas têm o discurso que sabem tudo e não tem diálogo. É uma coisa muito ruim entre nós essas diferenças. Os gestores públicos não dialogam. Eles ‘sabem tudo’ e tem de ser do jeito deles”, ela critica.

**Mulheres catadoras** - Em todas as cooperativas, a maioria das trabalhadoras é mulher, de acordo com Valquíria. Essas mulheres têm um jeito de trabalhar diferente da catadora que puxa carroça. “A catadora que puxa carroça é uma mulher-maravilha. A carroça que é um pesão (sic). Há catadoras que levam seus filhos na carroça para não deixá-los em casa sozinhos. Chega o final do dia e vendem aquele material por valor pequeno. Elas são exploradas. Acho que algumas estão entendendo que é não só entregar o resíduo e receber o dinheiro. Algumas estão começando a entender os valores por conta dos movimentos que estão trazendo informação para todos os catadores”, explica Valquíria.

E completa: “A catadora que trabalha dentro de uma cooperativa tem uma certa facilidade, porque a cooperativa tem um caminhão. Há algumas facilidades, como os equipamentos para poder prensar o material. Mas, mesmo assim, ser mulher significa ter tripla jornada. Ela começa de manhã para organizar o processo em casa, vai ao trabalho, volta para casa. A vida de uma catadora não é fácil.”

## “Os problemas do meio ambiente, dos resíduos, da água limpa, são de todos”

**Trajatória e desafios** - Valquíria trabalhou por anos no departamento pessoal de uma estatal, uma concessionária de coleta de lixo. Tinha uma relação direta com os garis. Em 2007, tentou formar uma cooperativa com o esposo, mas não deu certo. No Grajaú (SP) havia um grupo de catadoras que se juntou com outro na Vila Natal (SP) e, assim, elas conseguiram formar a cooperativa e conseguir o convênio com a prefeitura. No grupo há desde mulheres que já foram puxadoras de carroça até aquelas que nunca haviam trabalhado. Hoje estão em Interlagos. “A gente faz um trabalho de formiguinha, fazemos a mobilização dos municípios — que têm uma relação direta com a gente. Eles sabem para onde e para quem estão indo os recicláveis, o porquê e o que vai ser feito com eles. Quando o município descarta o resíduo de maneira incorreta, ele vai aos aterros. A cooperativa é o caminho para as pessoas entenderem que os recicláveis têm que ser destinados de maneira correta. E a cooperativa é um elo que faz as pessoas entenderem porque reciclar. Entenderem o porquê não reciclar os resíduos de maneira incorreta. É o mais próximo que os municípios têm para entender este processo”, explica.

Um dos desafios para as cooperativas é a concorrência com concessionárias, porque essas últimas têm contratos para atuarem por anos e já recebem por esses serviços. “Vou te dar um exemplo: o caminhão da concessionária tem um setor e passa muito rápido. As pessoas não veem o caminhão passar e descartam os resíduos de uma maneira incorreta”, explica Valquíria que as pessoas que trabalham na cooperativa passam pela casa das pessoas e existe uma relação de confiança. Os garis já recebem pelo serviço e para eles é indiferente se eles vão coletar o resíduo reciclado. Já as cooperativas dependem desse material para sobreviver. Só pelo peso do saco dá para saber se tem um material reciclado ou não. Muitas vezes tem fralda, comida. Por que os catadores também não são remunerados pelos serviços? Por que não dar essa oportunidade para as pessoas? Por que a prefeitura acha que pagar o aluguel, a conta de água e a luz já é su-

ficiente? Há ainda aqueles que dizem que se já estamos doando os recicláveis, o que eles querem mais? Este tratamento com as cooperativas é muito ruim”, desabafa Valquíria.

**Pandemia e soluções** - “Os catadores já enfrentaram outras pandemias (sic). Veio a dengue, a chikungunya. E precisou ter a pandemia [de Covid-19] para eles terem um pouco de visibilidade. O que mudou? A pandemia foi muito ruim para muitas pessoas, mas organizou algumas coisas. Os catadores não tinham nenhum tipo de ajuda das empresas, veio a pandemia e começaram a receber cesta básica, álcool gel, EPIs [Equipamentos de Proteção Individual]. Eles sempre precisaram disso. Foi preciso ter vindo a pandemia para os apoiadores olharem. Qualquer ajuda para uma cooperativa é boa para economizar e, no rateio, remunerar os catadores de uma forma melhor. As cooperativas têm de ralar muito para dar um salário razoável aos catadores. Recebemos muito material que não é reciclado. A conta não fecha. A gente meio que paga para trabalhar”, relata Valquíria.

Quando o tema é solução, Valquíria acredita que é preciso que todos trabalhem juntos para melhorar o processo das cooperativas, aumentar o número delas e descentralizar trabalhos relacionados aos resíduos, para que tenham uma destinação adequada. “As prefeituras têm caminhões que poderiam dar um apoio para uma cooperativa, mas isso não acontece”.

Valquíria comenta: “Os problemas do meio ambiente, dos resíduos, da água limpa, são de todos”. E completa: “Isso vai da educação das crianças, adultos não descartarem óleo [em local inapropriado], representantes que não dialogam. A gente [catadores] representa a classe que cuida do meio ambiente”.



## Agricultura de Baixo Custo

**“Eu moro no meio da floresta e sou feliz. Eu tiro o meu sustento da floresta. Não é desmatando que se ganha dinheiro”**

- JOSEFA

Os olhos da agricultora Maria Josefa Machado Neves, conhecida como dona Josefa, brilham em um sorriso e sua cabeça balança em um sim quando é perguntada se hoje vive melhor após o incêndio na sua antiga propriedade. A razão da tragédia foram as práticas de queimadas para a expansão pecuária. “Eu moro no meio da floresta e sou feliz. Eu tiro o meu sustento do meio da floresta. Não é desmatando que se ganha dinheiro”, comenta, e garante que a sua atividade atual com a agrofloresta é mais lucrativa.

Casada com um ex-garimpeiro, filha de um pecuarista, Josefa chegou em São Félix do Xingu (região do sudoeste do Pará) quando ainda era criança, vinda do Paraná. A sua história com a agrofloresta iniciou quando a sua propriedade anterior sofreu um incêndio. Devido a uma prática comum entre alguns pecuaristas, que consiste em queimar o pasto para criar gado, não foi possível ver de onde o fogo veio, nem impedir as labaredas de destruir a sua plantação. De acordo com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), 71% das queimadas em propriedades rurais em 2020 na Amazônia ocorreram por manejo agropecuário<sup>1</sup>. O relatório teve como base a plataforma Modis, da agência espacial norte-americana NASA.

De acordo com notícia publicada pelo ClimaInfo, [“Na Amazônia, São Félix do Xingu emite mais carbono que o Chile inteiro, destaca SEEG”](#)<sup>2</sup>, os dez municípios brasileiros que mais emitiram carbono em 2018 totalizaram 172 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (tCO<sub>2</sub>e) — um volume superior às emissões de países inteiros, como Peru, Bélgica e Filipinas. O dado foi destacado pelo SEEG Municípios, iniciativa do Observatório do Clima que calculou as emissões de carbono de todos os 5.570 municípios brasileiros entre os anos de 2000 e 2018, computando mais uma centena de fontes de emissões nos setores de energia, transporte, indústria, agropecuária, tratamento de resíduos, mudança de uso da terra e florestas.

1 ALENCAR, Ane, RODRIGUES, Lucas e CASTRO, Isabel. “Amazônia em chamas”, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), nota técnica, nº5, ago. 2020. Disponível em: <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/08/NT5-pt-final.pdf>

2 “NA AMAZÔNIA, São Félix do Xingu emite mais carbono que o Chile inteiro”, destaca SEEG, ClimaInfo, 05 mar. 2021. [https://clima.info.org.br/2021/03/04/na-amazonia-sao-felix-do-xingu-emite-mais-carbono-que-o-chile-inteiro-destaca-seeg/?utm\\_source=akna&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=05032021-ClimaInfo-Newsletter](https://clima.info.org.br/2021/03/04/na-amazonia-sao-felix-do-xingu-emite-mais-carbono-que-o-chile-inteiro-destaca-seeg/?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=05032021-ClimaInfo-Newsletter)

Depois do incêndio que a fez perder parte da produção, Josefa e o seu marido compraram uma propriedade menor, onde passaram a plantar cacau. Em paralelo, iniciaram o plantio de frutas. Com outras mulheres da região, Josefa formou a [Associação das Mulheres Produtoras de Polpa de Fruta \(AMPPF\)](#). Para Josefa, o processo de organização da associação ajudou a mudar a mentalidade das pessoas em relação às outras formas de ter lucros em suas propriedades, e mostrou que é possível preservar o meio ambiente. O projeto também vem sendo um caminho para a independência financeira de quem aprendeu a empreender na floresta.

“Formamos uma associação de mulheres porque queremos ter a nossa independência. Somos nós que cuidamos do nosso dinheiro. Cada uma sabe o que faz com seu próprio dinheiro. Virou mais uma fonte de renda, antes era só o cacau, e eram os homens que cuidavam”, explica Josefa.

A Associação das Mulheres Produtoras de Polpa de Fruta trabalha com frutas das agroflorestas, cacau e de seus próprios quintais. A entidade, que tomou corpo jurídico em 2012, foi gestada na Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu (ADAFAX), mais especificamente nos Grupos de Referência da Associação, que reunia agricultores e agricultoras familiares dos grupos de Xadá, Maguary e Tancredo Neves (PA). Para isso, foi realizado levantamento de mercado, potencial comercial, preferência de sabores e cotação de valores, o que apresentou resultado promissor. Administrada por mulheres, a associação reúne produtoras de polpa artesanal da comunidade de Maguary, Tancredo Neves e Nereu, que ficam num raio entre 20 e 50 quilômetros de distância na região de São Félix do Xingu.

## 71% das queimadas em propriedades rurais em 2020 na Amazônia ocorreram por manejo agropecuário

1 CONHEÇA a Associação das Mulheres Produtoras de Polpa de Frutas do interior do Pará, Mulheres em Campo, 05/01/2018. <http://mulheresemcampo.com.br/noticias/conheca-a-associacao-das-mulheres-produtoras-de-polpa-de-frutas-do-interior-do-para/>

“Não adianta falar da floresta sem se preocupar com as pessoas que vivem dela. A gente entende que quando a gente fala de agricultura familiar, que quando eles desmatam, não é por maldade. É porque eles aprenderam a cultivar assim. Não tem como desvincular a preservação ambiental de produção agrícola”, explica a coordenadora de projetos do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) Celma Gomes de Oliveira. Essas mulheres precisaram de capacitação e hoje expandem seus negócios. A mão de obra é totalmente familiar. São produzidos e processados para vender polpa de cacau, cupuaçu, acerola, cajá, açaí, manga, graviola, maracujá, goiaba, tamarindo e outras espécies que estão no quintal das propriedades das associadas.

As frutas são processadas nas casas dos membros da associação ou numa central em Maguary. O principal mercado dos produtos é o destinado à merenda escolar, que foi impactado com a pandemia da Covid-19. Entretanto, as mulheres da AMPPF estão buscando a certificação orgânica das propriedades, que vem sendo implantada com apoio do Imaflora, e esperam consegui-la para levar sua produção a outros lugares.

O programa Floresta de Valor do Imaflora fortalece as cadeias de produtos florestais não madeireiros, dissemina a agroecologia para que as áreas protegidas e seu entorno contribuam para o desenvolvimento regional, proporcionando condições dignas às populações locais e a conservação dos recursos naturais. O programa atua na conservação da floresta nas regiões da Calha Norte do rio Amazonas, na Terra do Meio e no município de São Félix do Xingu do estado do Pará.



## Soluções Baseadas na Natureza - Mata Atlântica

**“Por que não uma ‘Bolsa Restauração’ atrelada às políticas relacionadas ao gênero?”**

- MIRIAM

Há mais de 30 anos, quando a professora catarinense Miriam Prochnow acompanhava o seu marido em visitas aos clientes de um banco no qual ele trabalhava como fiscal de crédito agrícola, a degradação da Mata Atlântica e a erosão do solo a incomodavam tanto que ela deixou de lecionar em 1987 para fundar a Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi). Hoje a instituição que Miriam preside é uma das principais organizações ambientalistas de Santa Catarina e do Brasil, referência na proteção e restauração da Mata Atlântica.

A trajetória de sua militância coincide com os desafios enfrentados para preservar a Mata Atlântica — um dos biomas mais ricos em diversidade do mundo e o segundo mais ameaçado de extinção. O local é onde vivem 70% da população do Brasil e 100 milhões de pessoas se beneficiam das águas que nascem da Mata Atlântica. Pela história de Miriam, é possível conhecer a história do ativismo climático no Sul e no Brasil e todas as dificuldades enfrentadas ainda hoje.

**“Precisamos estimular e ajudar a construir um novo contrato ou pacto social, no qual a equidade de gênero, o combate ao racismo e a proteção da natureza estejam inseridos como questões centrais e inegociáveis.”**

Localizado na Comunidade de Alto da Dona Luiza, em Atalanta (SC) — a 200 quilômetros da capital Florianópolis —, está o *Viveiro Jardim das Florestas* e a sede da Apremavi. A ONG tem, entre seus projetos, o *Matas Sociais*: ele atua no planejamento de propriedades sustentáveis, que contribui para o fortalecimento econômico, ambiental e social de pequenas e médias propriedades rurais dos municípios da região de Ortigueira, Telêmaco Borba e Imbaú, no Paraná. Atualmente, a iniciativa também tem uma frente de atuação em Santa Catarina. Muitas mulheres da região se interessam pela restauração florestal, pensando no cuidado em manter a terra para as futuras gerações e até mudar a realidade econômica da família.

Dentre as várias ideias da presidente da Apremavi sobre como a restauração florestal e as demais Soluções Baseadas na Natureza (SBN)<sup>1</sup> podem ser cruciais para uma retomada verde inclusiva, está a criação de um sistema de financiamento e crédito para que os imóveis rurais e propriedades se tornem sustentáveis. Deste modo, atividades e equipamentos altamente emissores de carbono teriam menos investimento. Outra ideia é remodelar a assistência técnica para que esta tenha um olhar integrado e considere a paisagem, a biodiversidade, os recursos hídricos e a proteção do solo como essenciais para a atividade agrossilvopastoril.

Miriam acredita que precisamos estimular e ajudar a construir um novo contrato ou pacto social, no qual a equidade de gênero, o combate ao racismo e a proteção da natureza estejam inseridos como questões centrais e inegociáveis. E as Soluções Baseadas na Natureza podem ser o caminho. Para isso, ela defende a integração de todas as iniciativas sustentáveis existentes, considerando a necessidade de alimentos (qualidade e segurança alimentar), a proteção, restauração e regeneração de ecossistemas, a proteção da biodiversidade, a proteção e o uso racional dos recursos hídricos e o desenvolvimento e implementação de energias limpas e renováveis.

Mas como atrair os aportes necessários? Já existem investimentos públicos, porém é preciso direcioná-los melhor; políticas públicas precisam ser repensadas e é preciso atrelar a concessão e a liberação de créditos (agrícolas, imobiliários, de infraestrutura etc.) ao novo pacto social verde. Outro ponto importante é incentivar e fomentar o cumprimento da legislação ambiental e a implantação de paisagens sustentáveis (Cadastro Ambiental Rural – CAR; Programa de Regularização Ambiental – PRA; Bolsa Restauração). “Por que não uma ‘Bolsa Restauração’ atrelada às políticas relacionadas ao gênero?”, ela sugere.

1 PROCHNOW, Miriam. “Como as soluções baseadas na natureza podem integrar um novo pacto social e econômico”. *Página 22*, 03 nov. 2020. <https://pagina22.com.br/2020/11/03/como-as-solucoes-baseadas-na-natureza-podem-integrar-um-novo-pacto-social-e-economico/>



## Energia Solar Fotovoltaica

**“A transição energética global, associada à igualdade de gênero, oferece uma oportunidade para uma profunda transformação social”**

- NATÁLIA

“A importância da diversificação da matriz energética brasileira precisa avançar para a expansão da diversidade de gênero e raça, para que o setor, não apenas em energia solar, mas também em todas as energias renováveis, possa aproveitar todo o seu potencial de crescimento e inovação.” A citação de Hermann Scheer<sup>1</sup> permeia a conversa com a coordenadora de Energia e Sustentabilidade na AHK Rio de Janeiro e co-fundadora da Rede Brasileira de Mulheres na Energia Solar (Rede MESol), a cientista ambiental Natália Chaves.

Quando se fala de energias renováveis, são incluídas a energia hidrelétrica, eólica, biomassa e solar. Logo, o panorama da geração de empregos nesses setores tem proporções distintas, de acordo com informações segregadas. No Brasil, todas essas fontes têm potencial significativo e reconhecido pela Agência Internacional para as Energias Renováveis (IRENA) para a geração de emprego. No entanto, a energia que mais cresce no mundo — e no Brasil também — é a energia solar. De acordo com a Agência Brasileira de Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), a energia solar teria gerado mais de 147 mil empregos no Brasil em 2021.

Para Natália, porém, o desenvolvimento e crescimento do setor devem ocorrer de forma justa, diversa e inclusiva. “Diversificar a matriz elétrica” não é o único tipo de variação necessária, mas também a diversidade de gênero no ramo. O setor de renováveis tem previsão de gerar até 29 milhões de empregos em escala global até 2050. Na área de energia solar fotovoltaica, espera-se um crescimento significativo e emergente do setor. Segundo a IRENA, mesmo na situação de pandemia, os sistemas fotovoltaicos continuaram dominando as novas instalações de capacidade, mostrando a resiliência e o impulso da indústria de energias renováveis.

As energias renováveis têm um papel fundamental para uma recuperação econômica verde. Porém, dados da IRENA<sup>2</sup> mostram que as mulheres ocupam apenas 32% dos empregos relacionados às energias renováveis no mundo. No Brasil, as mulheres também são a minoria. No setor solar também representam apenas 32%.

<sup>1</sup> Hermann Sheer foi membro do Parlamento Alemão, presidente da European Association for Renewable Energy (EUROSOLAR) e chairman do World Council for Renewable Energy.

<sup>2</sup> AGÊNCIA INTERNACIONAL PARA AS ENERGIAS RENOVÁVEIS (IRENA). *Renewable Energy: A Gender Perspective*, 2019. <https://www.irena.org/publications/2019/Jan/Renewable-Energy-A-Gender-Perspective>

“Assim, é necessário apoiar oportunidades para o avanço da mulher [no setor] e destacar os múltiplos benefícios de contratar mulheres para novas oportunidades de trabalho no setor energético, especialmente para ampliar a transição energética e acelerar os requisitos para cumprir as metas climáticas acordadas”, ressalta Natália, e complementa que a atual falta de paridade de gênero em posições institucionais pode levar a impactos sociais prejudiciais. Por isso, é preciso aproveitar todos os talentos e fomentar a inovação por meio de uma vasta gama de habilidades, aplicações e especializações. “Além disso, a transição energética global, associada à igualdade de gênero, oferece uma oportunidade para uma profunda transformação social dentro da comunicação e tomada de decisões”, complementa.

## “É necessário apoiar oportunidades para o avanço da mulher [no setor] e destacar os múltiplos benefícios de contratar mulheres para novas oportunidades de trabalho no setor energético. “

**Desafios** - A relevância das questões de igualdade de gênero e transição energética para toda a sociedade foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), que as incluiu em seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>1</sup> para alcançar as metas da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável da ONU em 2030. Além das metas 5 (igualdade de gênero) e 10 (redução das desigualdades), a igualdade de gênero tem a ver com o ODS 13 (ação contra a mudança climática global) e o ODS 7 (energia limpa e acessível), que estão intimamente relacionados à transição energética e à diversificação da matriz energética.

Mas, no Brasil, segundo nota técnica sobre planos setoriais e gênero<sup>2</sup>, o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2030 possui um capítulo dedicado à análise socioambiental, porém, a questão de gênero não foi identificada em

1 Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pretendem orientar e mobilizar os países para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir a paz e a prosperidade das pessoas. <https://odsbrasil.gov.br>

2 RIBEIRO, Izana, GALBIATI, Lígia, PEROBELLI, Nara e GOMES, Rodolfo. “Planos setoriais: energia”, nota técnica, *Observatório do Clima*, 18 nov. 2021. Disponível em: <https://generoeclima.oc.eco.br/planos-setoriais-energia/>

nenhum capítulo do plano. A pesquisadora do International Energy Initiative (IEI) Brasil, Izana Ribeiro<sup>1</sup>, uma das autoras do estudo, explica que os termos encontrados são, em sua maioria, aqueles relacionados aos impactos ambientais, tema mais tratado no setor de energia.

O estudo demonstra que ainda há duas lacunas importantes no instrumento de planejamento de médio prazo, que é o PDE, e de longo prazo, que é o Plano Nacional de Energia (PNE): uma é de diagnóstico multidisciplinar da interligação entre energia e tais dimensões – para a qual entrariam indicadores e análises também de ordem sociológica e antropológica, por exemplo<sup>2</sup>. A outra lacuna é de projeção dos planos sobre essas dimensões socioeconômicas e socioambientais.

“Mas isso não significa que [o setor energético] deva se furtar a um olhar mais abrangente e em diálogo com os outros instrumentos de planejamento e de políticas econômicas, industriais, sociais, habitacionais, alimentares, de saúde e de educação, para citar apenas algumas. Os múltiplos benefícios e impactos negativos da energia ultrapassam os limites do próprio setor”, conclui o estudo.

**Barreiras às mulheres** – A baixa representatividade feminina é uma realidade, especialmente quando analisada a participação das mulheres nas áreas de Ciências, Tecnologia, Engenharias e Matemática, tanto no nível técnico quanto em cargos e demais espaços de tomada de decisão. Consequentemente, isso torna o ambiente mais masculinizado e hostil para mulheres, por falta de representatividade e identificação.

Das principais barreiras às mulheres para permanecerem no setor da energia solar no país estão a falta de credibilidade e de reconhecimento, em conjunto com o machismo e o preconceito; e esses fatores influenciam também na falta de oportunidades para crescimento e ascensão nas carreiras. Além disso, pes-

1 RIBEIRO, Izana. “O papel das mulheres no setor de energia” [entrevista cedida a Tatiane Matheus], *ClimaInfo* - programa Clima sem Fake, 10 fev. 2022. O vídeo pode ser visto no canal Youtube da organização: <https://www.youtube.com/watch?v=zvQWr5IJUJI>

2 Nesse sentido, questões de gênero deveriam estar presentes em suas diversas faces (raça, classe, etnia, territórios etc).

quisa do MESol<sup>1</sup> mostrou que 64% das profissionais do setor já ouviram comentários sexistas e 49% já sofreram discriminação no ambiente de trabalho por serem mulheres.

“Se impor todo dia e mostrar que temos capacidade e competência como qualquer outro homem da área faz a gente querer desistir, pois é injusto termos que fazer isso todo dia. Para alcançar cargos de liderança é mais complicado ainda, o respeito e a desigualdade salarial são muito presentes”, comenta Natália.

As ações recomendadas por Natália para mudar esse cenário vão desde criar uma plataforma online de conexão entre as mulheres até incentivar a participação do público masculino nas capacitações e demais ações voltadas ao debate e à promoção da igualdade de gênero no setor. Outra ação importante é realizar eventos para debater e sensibilizar o público sobre a temática e divulgar amplamente os resultados deste estudo nos âmbitos público e privado do setor. Natália também defende a necessidade de incentivar as instituições a criarem políticas de combate à violência, canais de denúncia, grupos e outros meios de apoio.

**Interseccionalidades** – “A crise climática e a econômica não têm distinção de pessoas. Todas são atingidas. No entanto, as que mais sofrem os efeitos dessa crise são os pobres, pretos e mulheres. A abordagem interseccional mostra a coexistência e a subordinação de diferentes fatores, como se interseccionam em contextos históricos e específicos nas diferentes dimensões da vida social, o que evidencia que mulheres pobres e pretas são as mais impactadas”, explica Natália.

Para a cientista ambiental, para desenvolver projetos em favelas, é fundamental que seja por meio da identificação das reais necessidades e demandas locais. “Não adianta fazer projetos que não consideram a realidade local. Cada comunidade, cada favela tem a sua identidade, sua história e seus interesses. Eu acredito e quero que a energia solar seja instalada em cada barraco, casa, escola,

<sup>1</sup> SCHNEIDER, Kathlen, CHAVES, Natália, BOING, Larissa e BETTI, Patricia. *Energia solar no Brasil: quais são as barreiras e oportunidades para as profissionais mulheres?*, C40 Cities Finance Facility / Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit, 2021. DOI: 10.13140/RG.2.2.31428.35208

praça das favelas, mas somente quem está à frente desses projetos podem trazer a perspectiva real dos desafios diários”, analisa.

**Nordeste como potência** - A região Nordeste bateu recorde na geração de energia eólica e solar. Em 21 de julho de 2021, a produção de energia eólica foi suficiente para atender quase 100% da demanda da região naquele dia. “O sol quente combinado com ventos fortes também está transformando a região em um celeiro de energia limpa e renovável”, analisa Natália, que cita uma carta pública de maio de 2021, intitulada *A transição energética que queremos: Justa, Popular e Inclusiva*<sup>1</sup>. O documento defende que essa transição: 1) deve ser a partir de bases populares e comunitárias para tomada de decisão; 2) deve ser inclusiva ao ter o comprometimento de universalizar o acesso à energia para todas as pessoas.

Segundo Natália, a democracia energética visa garantir que todos tenham acesso adequado à energia, ampliando a participação da sociedade na gestão da produção e no acesso à energia, com autonomia na decisão e no acesso a serviços e produtos. O conceito está ligado a uma descentralização contínua dos sistemas de energia com eficiência energética e energia renovável. É um movimento social emergente que busca promover o acesso amplo aos serviços energéticos, associado, em geral, também a questões sociais e ambientais. O documento traz caminhos que precisam ser afirmados: economia financeira, investimento em tecnologias sociais, papel educativo e multiplicador, benefícios sociais, atuação em rede, formas de financiamento e maturidade das experiências.

“Somente com a participação de todos e todas, ação e construção em redes, políticas públicas e a ciência que será possível continuar crescendo economicamente e mitigar as mudanças climáticas”, finaliza Natália<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> A TRANSIÇÃO energética que queremos: Justa, Popular e Inclusiva!, carta pública assinada pelo Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental, Energia para a vida, Caritas e Comitê de Energia Renovável do Semiárido, *Seminário Transição Energética Justa e Popular*, maio 2021. Disponível em: [https://fmclimaticas.org.br/wp-content/uploads/2021/05/CARTA\\_SEMINÁRIO\\_NORDESTE\\_TEJP\\_2021\\_V5.pdf](https://fmclimaticas.org.br/wp-content/uploads/2021/05/CARTA_SEMINÁRIO_NORDESTE_TEJP_2021_V5.pdf)

<sup>2</sup> CHAVES, Natalia. “Energias renováveis e gênero” [entrevista cedida a Tatiane Matheus], *ClimaInfo* - programa Clima Sem Fake, 27 abr. 2022. O vídeo pode ser visto no canal Youtube da organização: [https://www.youtube.com/watch?v=WLaNvVzS\\_Es](https://www.youtube.com/watch?v=WLaNvVzS_Es)



## Bioeconomia

**“Precisamos criar mais incentivos para a floresta, num processo de transição desta indústria de commodities para novos padrões e tecnologias.”**

- ANA

Não se trata mais de ouvir os avisos do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês). Afinal, a humanidade já vem extrapolando os limites recomendados para a redução das emissões de gases de efeito estufa há muito tempo. Este é o alerta da engenheira agrônoma e pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Ana Euler. “A bioeconomia surge como um novo consenso de uma economia de baixo carbono. Tem uma aceitação política pelo termo bioeconomia por ser extremamente flexível para as ambições políticas para os países no Norte e no Sul. É uma economia que propõe uma transição de sair de uma matriz baseada em 80% de [combustíveis] fósseis e pensar como podemos substituir por insumos naturais”, explica a pós-doutoranda.

Hoje já falamos em soluções baseadas na natureza, economia do conhecimento da natureza, biotecnologia, economia circular, economia do reaproveitamento, circuitos mais curtos das grandes cadeias de *commodities*, como um dos principais caminhos para essa nova economia. Ana cita o conceito do professor e sociólogo Ricardo Abramovay de que bioeconomia é a economia da vida.

Ana acredita que o sistema econômico tem que ser pensado com um valor agregado, como processo de repensar a economia mundial. “Hoje se fala muito em justiça climática, eu prefiro falar com a ética climática porque remete ao comportamento humano. Discutimos há décadas, fala-se de uma transição automática de fósseis para bioconsumos, não é isso, quando a gente olha para uma população mundial onde 10% da população mundial emite 50% de dióxido de carbono e outros gases. E os 50% mais pobres emitem 12%. Os gases do efeito estufa são a principal razão para uma transição ecológica que a gente vive”, argumenta Ana.

**“Na Amazônia não se distribui a riqueza da forma como poderia para desenvolvimento inclusivo e para uma bioeconomia com bases éticas.”**

Para ela, bioeconomia são valores éticos de uma sociedade que precisa repensar a economia, o padrão de consumo, reduzir a desigualdade, promover a regeneração dos ecossistemas, valorizar a diversidade, os sistemas monoculturas e a participação e o engajamento da sociedade dentro de um processo democrático e transparente.

A sociedade tem de participar desse processo ético e governamental.

**Transição inclusiva** - “Tenho debatido muito sobre o que seria uma bioeconomia para a Amazônia, que é o mesmo olhar de bioeconomia que vamos ter para outras regiões do Brasil ou do mundo. Na Amazônia não tem como falar em bioeconomia sem falar dos povos da floresta e dos produtos que estão ali. Mas ver os produtos da floresta e seus povos como grandes conhecedores da biodiversidade e como guardiões não nos garante um processo de bioeconomia, a gente precisa de uma série de passos”.

Ana acredita que é preciso pensar em incentivos para a descoberta de novos produtos ou mesmo para a consolidação e o fortalecimento das cadeias produtivas de produtos que já existem e estão há mais de um século disponíveis. Para ela, na Amazônia não se distribui a riqueza da forma como poderia para desenvolvimento inclusivo e para uma bioeconomia com bases éticas. “A produção de média e de pequena escala em termos de volume de capital investido é muito mais que esquemas de grande escala de monocultura. Uma questão importantíssima é o desenvolvimento em pesquisa e em inovação. Todos os países que se desenvolveram no mundo, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, foram países que investiram fortemente em educação e pesquisa de desenvolvimento. Hoje detêm uma tecnologia e vendem produtos que são vendidos no mundo inteiro e que conseguiram ou se industrializar ou vender os seus conhecimentos ligados aos processos ou aos sistemas”, complementa.

### **A dimensão de novas tecnologias e de inteligência artificial** -

Ana ressalta a importância de promover assistência técnica para que os produtores possam desfrutar de um conhecimento que já existe. “O Censo de 2007 que foi feito na Amazônia, no Amapá, mostrou que 80% dos produtores rurais têm uma relação direta com a sociobiodiversidade local, [mas] têm zero acesso

às tecnologias existentes”, esclarece, e completa que somente o acesso às tecnologias existentes e às políticas de incentivo podem aumentar a geração de bioeconomia local. Criar uma conexão entre as zonas urbanas e rurais, entre as florestas e os grandes centros da Amazônia, são algumas soluções apontadas por ela: “Porque não adianta pensar que a bioeconomia é só nas zonas rurais quando a maior parte da população se concentra nas cidades [Belém, Manaus e nas principais capitais]. Tem de ter um equilíbrio e dar acesso aos serviços básicos e as oportunidades de infraestrutura, transporte para que a nossa bioeconomia tenha a oportunidade de se revelar”.

Ana analisa que os principais projetos da Amazônia são hidrelétricas para sustentar uma matriz industrial — que não está na Amazônia — para atender um comércio de minério e de *commodities*. Dessa forma, os produtos da Amazônia ficam intangíveis e inacessíveis nos territórios de povos e comunidades tradicionais. Logo, para ela, deve-se repensar todo um projeto de desenvolvimento econômico que realmente privilegie não uma visão externa de desenvolvimento, mas as potências locais. Assim, diversificar mercados e apostar no ‘nosso’ mercado, nos mercados regionais, nas cadeias curtas, no Mercosul e na integração da Pan-Amazônia.

**Agropecuária** - “O diferencial do Brasil e da Amazônia é a nossa biodiversidade, o nosso conhecimento, nossa relação histórica entre os povos, não só dos que chegaram nos últimos séculos, mas os que estão aqui há mais de 500 anos”, explica Ana. A floresta amazônica é considerada biodiversa pela presença humana, comprovadamente há mais de 10 mil anos. “A gente não está aproveitando isso e [está] desperdiçando essa oportunidade. É óbvio que temos que conviver em termos do que já existe, das várias economias da Amazônia, mas precisamos criar mais incentivos para a floresta, num processo de transição desta indústria de *commodities* [que já se estabeleceu] para novos padrões, novas tecnologias, inclusive, de incentivos para que sistemas de lavoura, pecuária, agrofloresta sejam mais presentes e que haja uma remuneração — pelo pagamento por serviços ambientais — para a conservação das florestas das áreas que precisam ser preservadas”, comenta as possíveis soluções.

Ana ainda esclarece que existem várias cadeias que são importantes e que ainda não há, no Brasil, políticas robustas de longo prazo para poder pensar o seu desenvolvimento, como o turismo natural e ecológico e a gastronomia da Amazônia.

“O Peru aposta na gastronomia das regiões da Amazônia como base da sua economia”, exemplifica, e complementa que a gastronomia está ligada à biodiversidade — tendo uma relação direta e promovendo essa bioeconomia. “O desenvolvimento de novos materiais e novos insumos e, inclusive, uma das coisas, que eu estou estudando por aqui no pós-doutorado na França, é que tipo de valorização que a gente pode colocar nos produtos da Amazônia, que selos distintivos, verificações, o que se pode trabalhar em quantidades geográficas, identidade cultural, valorização do nosso patrimônio cultural e ambiental relacionado a essas cadeias na bioeconomia”.

**Justiça climática** - “Vivemos numa democracia ativa, e a gente criou no histórico das conquistas socioambientais brasileiras inúmeros espaços de participação que hoje estão pouco ativos. A participação e o engajamento são fundamentais como políticas afirmativas para esses segmentos da sociedade. Decretos e leis que reconhecem os direitos das comunidades tradicionais. A gente já tem políticas para poder mapear, poder valorizar e criar esses caminhos para a promoção da igualdade, seja de gênero, seja de geração e, principalmente, para a redução de desigualdades da pobreza do Brasil e da Amazônia”, analisa Ana.

O ponto essencial para a especialista é investir na juventude amazônica. Ela alerta que, ao verificar os índices da qualidade da educação e do desenvolvimento humano no Brasil, as regiões da Amazônia possuem os piores resultados. “Temos uma dificuldade muito grande na fixação de doutores e cientistas, enfim, desde o ensino básico ao superior, fortalecer as conexões, as parcerias com as instituições amazônicas. Por isso você não muda de forma rápida, é um processo de transição. Hoje é muito difícil, mesmo para um aluno do ensino superior de uma universidade da Amazônia, competir com uma universidade da Região Sudeste. Sendo que existe um milhão de oportunidades”, esclarece.

Investir na juventude, começando pela educação, pelas oportunidades de startups da Amazônia, financiar empresas juniores e incubadoras, fazer parcerias entre universidades de fora da região amazônica e promover intercâmbio são as sugestões de Ana Euler. Para ela, isso trará um resultado de grande impacto em médio prazo.

“Fortalecer os espaços e a implementação de políticas públicas para a construção de desenvolvimentos que se dá nesses fóruns em um âmbito local e fortalecer o protagonismo da juventude de dentro desse processo para gerar oportunidades que começam na educação”, observa Ana. A pesquisadora complementa que essas ações não se limitam à educação, pois elas se expandem ao gerar oportunidades de trabalho, de mercado, de inclusão, de acessos às tecnologias, à internet para que a juventude da Amazônia possa usar todo esse potencial em caráter de igualdade com outros jovens e outras regiões do Brasil.

Ana comenta que na Europa, sobretudo na França, onde está morando, a maior preocupação está em como responder às mudanças climáticas e garantir a qualidade de vida das pessoas. O termo usado é transição ecológica. “Ainda não vejo isso no Brasil, pela importância que a gente tem nessa geopolítica regional e que sempre tivemos como líderes de uma política que olha o clima e tem a Amazônia e os recursos naturais como fundamentais, não apenas para a nossa região quanto para o mundo inteiro. Temos a oportunidade de um protagonismo no mundo em relação a isso. Muitos especialistas dizem que para a gente é mais fácil ou menos difícil porque somos um país com abundância nos recursos naturais, somos um país onde a matriz energética é baseada principalmente na hidroeletricidade. E tem um potencial infinito para diversificar a nossa geração de energia. Porque temos nos nossos biomas uma riqueza e temos que trabalhar para manter de uma forma sustentável essa riqueza — e não simplesmente fazer um resgate da nossa biodiversidade que já foi totalmente comprometida. Crescemos ouvindo que o Brasil é o país do futuro; não, o Brasil é o país do presente. O ano de 2022 é interessante para fazer um debate político como sociedade e isso se reflete nas propostas políticas”, finaliza Ana<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> EULER, Ana. “Os benefícios da bioeconomia para a Amazônia”. [entrevista cedida a Tatiane Matheus], *ClimaInfo* - programa Clima Sem Fake, 26 mai. 2022. O vídeo pode ser visto no canal Youtube da organização: <https://www.youtube.com/watch?v=CtMTIx2mh18&t=104s>

## Sobre a autora

Tatiane Matheus nasceu em 1981, em Santos (SP). Formada em jornalismo pela Universidade Santa Cecília, é mestre em produção e gestão em audiovisual pela Universidade da Coruña, na Espanha, e pós-graduada em política e relações internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Foi repórter no jornal *O Estado de S. Paulo*, entre outros veículos da imprensa, como também atuou em agências de comunicação. Desde 2020 trabalha no Instituto ClimaInfo, onde é responsável pela área de “Justiça, Equidade, Diversidade e Inclusão”, além de ser membro do Grupo “Gênero e Clima” do Observatório do Clima.

## De quem são as vozes femininas deste livro?

**Ana Carolina da Silva Barbosa** é advogada e trabalha para ajudar empresas a desenvolver e implementar projetos que contribuam para as comunidades em que atuam.

**Ana Euler**, engenheira agrônoma especialista em bioeconomia, atua por uma nova economia, justa e de baixo carbono, baseada no conhecimento da natureza.

**Ana Lúcia dos Santos Silva**, a Donana, é líder quilombola e retornou à terra de seu avô na Bahia para protegê-la da devastação ambiental, cultural e social que a comunidade sofre.

**Beth Grimberg**, mestre em Sociologia, trabalha por políticas públicas voltadas à reciclagem dos resíduos orgânicos e sólidos para uma sociedade sem resíduos.

**Gabriella Dorlhiac**, jornalista especialista em vários setores das relações internacionais, trabalha promovendo abertura do comércio e investimentos internacionais no Brasil.

**Hilda Cathy Heine**, política e professora, foi a primeira mulher presidente da República das Ilhas Marshall e ministra da Educação, atua em prol dos direitos das mulheres.

**Kelly Fernandes**, arquiteta e urbanista, especialista em economia urbana e gestão pública, atua pelos direitos de quem caminha, pedala e usa transporte público.

**Lélia Gonzalez**, filósofa e antropóloga, foi pioneira nos estudos sobre cultura negra no Brasil e co-fundadora de instituições e movimentos relacionados à cultura negra. Faleceu em 1994.

**Luana Costa** é comunicadora popular especializada em direitos humanos e trabalha com mobilização social pelo direito de acesso e usufruto da cidade pelos cidadãos.

**Maíra Azevedo é bióloga**, trabalha com gestão, saúde e qualidade ambiental, e atua pela qualidade das águas, saúde e informação ambiental no Sul e no Nordeste do Brasil.

**Margarita Olivera** é uma economista e professora argentina radicada no Brasil que pesquisa economia, feminismos e integração na América Latina.

**Maria Josefa Machado Neves**, agricultora, fomenta a importância da agroflorestra no Pará e faz parte de uma associação de mulheres produtoras em agricultura familiar.

**Maria Lúcia Oliveira** é líder comunitária que atua para manter a comunidade tradicional onde ela e seus antepassados vivem há anos, no Piauí.

**Miriam Prochnow**, pedagoga e ambientalista, trabalha restaurando florestas para combater a degradação ambiental e conservar o meio ambiente em Santa Catarina.

**Natália Chaves**, cientista ambiental, atua em prol da energia solar para uma transição energética justa onde haja a expansão da diversidade de gênero e raça no setor.

**Priscilla Santos** é advogada especialista em mudanças climáticas e políticas ambientais e trabalha em políticas para reduzir o desmatamento e fomentar o financiamento climático.

**Ruth Costa** é cicloativista, nasceu em um quilombo no Pará, defende uma cidade amigável aos ciclistas e pela independência que a bicicleta traz para muitas mulheres.

**Ruth Osório**, carioca, estuda engenharia ambiental, atua na comunidade onde vive em um projeto para saneamento básico em favelas.

**Sonia Consiglio Favaretto**, jornalista reconhecida pela promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e dos critérios ESG (Environmental, Social and Corporate Governance, em inglês).

**Stéphanie Horel** é francesa e trabalha em cooperação internacional e diplomacia sobre mudança climática e meio ambiente nas Américas, junto da delegação da União Europeia no Brasil.

**Valquíria Cândido** lidera uma cooperativa de catadores em São Paulo e busca melhores condições de trabalho para eles e fomentar a importância da reciclagem de resíduos.

## Bibliografia

**AGÊNCIA INTERNACIONAL PARA AS ENERGIAS RENOVÁVEIS (IRENA)**. *Renewable Energy: A Gender Perspective*, 2019. <https://www.irena.org/publications/2019/Jan/Renewable-Energy-A-Gender-Perspective>

**AGENDA URBANA DO CLIMA**, 2020 <https://www.agendaurbanadoclima.com>

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS**. *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil*, Abrelpe, 2020. <https://abrelpe.org.br/panorama-2020/>

**ALENCAR**, Ane, RODRIGUES, Lucas e CASTRO, Isabel. “Amazônia em chamas”, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), nota técnica, nº5, ago. 2020.

**ALMEIDA**, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*, São Paulo: Pólen, 2019.

**AKOTIRENE**, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

**BARBOSA**, Ana Carolina da S., BARBOSA, Lidia Cristina S. e MONTEIRO, Pedro Malard. “As propostas de Reforma Tributária e o Risco de Perpetuação da desigualdade de gênero no Brasil”, *Em Sociedade*, Revista do Departamento de Ciências Sociais - PUC Minas, v.3, nº 1, 2020. <http://periodicos.pucminas.br/index.php/emsociedade/article/view/22027>

**BARBOSA**, Ana Luiza N.H., COSTA, Joana S. e HECKSHER, Marcos D. “Mercado de trabalho e pandemia da Covid-19: ampliação de desigualdades já existentes?”, nota técnica, Ipea, *Mercado de Trabalho*, 69, jul. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt69/notastecnicas1>

**BERTH**, Joice. *Empoderamento*, São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

**BLACKROCK INVESTMENT INSTITUTE**. *Sustainable investing: resilience amid uncertainty*, 2020. <https://www.blackrock.com/pt/profissionais/sobre-nos/sustainability-resilience-research> <https://www.blackrock.com/corporate/literature/investor-education/sustainable-investing-resilience.pdf>

**BRIGATTI**, Fernanda. “*Pandemia deixa mais da metade das mulheres fora do mercado de trabalho*”, Folha de S.Paulo, 01 fev. 2021.

**CHAVES**, Natalia. “*Energias renováveis e gênero*” [entrevista cedida a Tatiane Matheus], ClimaInfo - programa Clima Sem Fake, 27 abr. 2022. O vídeo pode ser visto no canal Youtube da organização: [https://www.youtube.com/watch?v=WLaNvVzS\\_Es](https://www.youtube.com/watch?v=WLaNvVzS_Es)

**CHIU**, Bonnie. “*COP 26 vows to change the sexist climate finance system*”, Forbes, 09 nov. 2021. <https://www.forbes.com/sites/bonniechiu/2021/11/09/cop26-vows-to-change-the-sexist-climate-finance-system/?sh=9d3813c17eb7>

**CHIU**, Bonnie. “*COP 26: why are women still missing at the top climate table*”, Forbes, 30 out. 2021. <https://www.forbes.com/sites/bonniechiu/2021/10/30/cop26-why-are-women-still-missing-at-the-top-climate-table/?sh=4ccf75d0519d>

**COMISSÃO EUROPEIA**. *Concretizar o pacto verde europeu*. Comissão Europeia, 2021. [https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal/delivering-european-green-deal\\_pt](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal/delivering-european-green-deal_pt)

**CONHEÇA** a associação das mulheres produtoras de polpa de frutas do interior no Pará. *Mulheres em campo*, 2020. <http://mulheresemcampo.com.br/noticias/conheca-a-associacao-das-mulheres-produtoras-de-polpa-de-frutas-do-interior-do-para/>

**CRUZ**, Willian. “*Por que há menos mulheres pedalando do que homens?*”, Vá de Bike, 09 mar. 2022.

**DE MORAES**, Sara L., ALMENDRA, Ricardo, BARROZO, Ligio V. “*Impact of heat waves and cold spells on cause-specific mortality in the city of São Paulo, Brazil*”, *International Journal of Hygiene and Environmental Health*, vol. 239, jan. 2022. <https://doi.org/10.1016/j.ijheh.2021.113861>

**DE SOUSA**, Marcos. “*Calçadas e sinalização para pedestres continuam precárias nas 27 capitais do país*”, Mobilize, 17 set. 2019.

**EULER**, Ana. “*Os benefícios da bioeconomia para a Amazônia*”. [entrevista cedida a Tatiane Matheus], ClimaInfo - programa Clima Sem Fake, 26 mai. 2022. O vídeo pode ser visto no canal Youtube da organização: <https://www.youtube.com/watch?v=CtMTix2mh18&t=104s>

**GALAZ**, Mábel. “*Meghan Markle, uma feminista no reinado de Elizabeth II*”, *El País*, edição online, 18 maio 2018. [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/09/internacional/1525875895\\_018397.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/09/internacional/1525875895_018397.html)

**GONZALEZ**, Lélia. “*Racismo e sexismo na cultura brasileira*”, In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 237-256.

**HABITAÇÃO** por uma retomada verde inclusiva, webinar (participação de Danielle Klintowitz, Euler Sandeville Junior, Maria Lúcia de Oliveira Sousa e Sarah Marques), *ClimaInfo*, 20 out. 2020. <https://www.youtube.com/watch?v=Llm-BdZifBI>

**HARVEY**, Fiona. “*Cop26: Women must be heard on climate, say rights groups*”, *The Guardian*, 25 set. 2021. <https://www.theguardian.com/global-development/2021/sep/25/cop26-women-must-be-heard-on-climate-say-rights-groups>

**HENRIQUE**, Breno, OSÓRIO, Ruth. “*Na Maré seca dos anos 80, mulheres da Nova Holanda se organizaram na luta pela água*”. *Data\_labe*, 05 out. 2020. <https://datalabe.org/mare-rosa/>

**HOOKS**, Bell. *E eu não sou uma mulher?* Trad. Bhuvi Libanio. Coleção Mulheres Negras e Feminismos. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2019.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. *Pesquisas de orçamentos familiares 2017-2018: Primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>

\_\_\_\_\_. “*Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019*”, *informativo, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)*, Rio de Janeiro: IBGE, 2020. [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf)

\_\_\_\_\_. “*Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*”, *Estudos e pesquisas / Informação Demográfica e Socioeconômica*, nº 38, Rio de Janeiro: IBGE, 2021, 2ª edição. [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf)

**INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA**. *Participação de mulheres no mercado de trabalho cai 50,6% durante a pandemia*. Ipea, 08 out. 2020. [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=36794](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36794)

**INTERFACES** do Racismo: racismo ambiental. Documentário. Produção da Assessoria de Comunicação da Defensoria Pública da União, concepção do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais e produzido, 2018 (7min42).

**LARSEN**, Bjorn. *Brazil perspectives: Post-2015 Development Agenda (Air Pollution)*. Copenhagen Consensus Center, maio 2015. <https://www.copenhagenconsensus.com/sites/default/files/brazil-air-pollution-resources.pdf>

**LEMOS**, Letícia, HARKOT, Marina, COSTA, Priscila (coord). “Mobilidade por Bicicleta e os Desafios das Mulheres de São Paulo”, Ciclocidade, 2016. <https://www.ciclocidade.org.br/download/pesquisa-mobilidade-por-bicicleta-e-os-desafios-das-mulheres-de-sao-paulo-arquivo-de-apresentacao-dm-sc2016/>

**MACHADO**, Nayara. “Diários da COP26: Gênero e clima, emergência financeira e fósseis de fora”, Agência epbr, 09 nov. 2021. <https://epbr.com.br/diarios-da-cop26-genero-e-clima-emergencia-financeira-e-fosseis-de-fora>

**MARION**, Fernanda. “Com alta no botijão de gás, procura por fogão a lenha aumenta no interior”, G1, 29 set. 2021. <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2021/09/29/com-alta-no-botijao-de-gas-procura-por-fogao-a-lenha-aumenta-no-interior-de-sp.gh.html>

**MARSH**, Alastair. “Almost 60% of mutual fund assets will be ESG by 2025: PwC”, Bloomberg, 19 out. 2020. Citado por Exame (edição online): “Quase 60% de ativos de fundos mútuos serão ESG até 2025, diz PwC”, 19 out. 2020. <https://invest.exame.com/esg/quase-60-de-ativos-de-fundos-mutuos-serao-esg-ate-2025-diz-pwc>

**MARTINS**, Cristiane. “Como ondas de frio e calor matam homens e mulheres de formas diferentes no Brasil”, Folha de S.Paulo, 25 set. 2021. <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/09/como-ondas-de-frio-e-calor-matam-homens-e-mulheres-de-formas-diferentes-no-brasil.shtml>

**MATHEUS**, Tatiane. “Mulheres pedem igualdade de gênero no comando da COP26”. ClimaInfo, 17 dez. 2020. <https://climainfo.org.br/2020/12/17/igualdade-de-genero-na-cop26/>

\_\_\_\_\_. “Transporte urbano não leva em conta desigualdade de gênero”, ClimaInfo, 15 out. 2020. <https://climainfo.org.br/2020/10/15/mobilidade-urbana-desigualdade-de-genero/>

**MOBILIDADE** urbana por uma retomada verde inclusiva, webinar (participação de Kelly Fernandes, Letícia Birchal Domingues, Jo Pereira e Guilherme Braga Alves), ClimaInfo, 13 out. 2020.

**MOVIMENTO** Jaguaribe Vivo critica poluição e solicita audiência com governador em entrega de trecho da canalização do rio Jaguaribe, Grupo Ambientalista da Bahia - GAMBA, 22 nov. 2008.

**MULHERES** estudam mais no Brasil, mas têm renda 41,5% menor que homens, diz ONU. G1, 09 dez. 2019. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/mulheres-estudam-mais-no-brasil-mas-tem-renda-415percent-menor-que-homens-diz-onu.gh.html>

**NA AMAZÔNIA**, São Félix do Xingu emite mais carbono que o Chile inteiro, destaca SEEG”. ClimaInfo, 05 mar. 2021. [https://climainfo.org.br/2021/03/04/na-amazonia-sao-felix-do-xingu-e-emite-mais-carbono-que-o-chile-inteiro-destaca-seeg/?utm\\_source=akna&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=05032021-ClimaInfo-Newsletter](https://climainfo.org.br/2021/03/04/na-amazonia-sao-felix-do-xingu-e-emite-mais-carbono-que-o-chile-inteiro-destaca-seeg/?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=05032021-ClimaInfo-Newsletter)

**NOSSA BH**. Relatório Cidades e Corpos. Mobilidade Sensível a Gênero, Raça e Clima, Belo Horizonte, jul. 2019. [https://nossabh.org.br/uploads/2019/09/RelatorioCidadesECorpos\\_tela.pdf](https://nossabh.org.br/uploads/2019/09/RelatorioCidadesECorpos_tela.pdf)

**OBSERVATÓRIO DO CLIMA** (GT Gênero e Clima). “Por que somente o investimento em “setores verdes” não basta?”, ClimaInfo, 08 set. 2020.

**OLIVERA**, Margarita, PODCAMENI, Maria Gabriela, LUSTOSA, Maria Cecília e GRAÇA, Letícia. “A dimensão de gênero no Big Push para a Sustentabilidade no Brasil: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira”, Documentos de Projetos (LC/TS.2021/6; LC/BRS/TS.2021/1), Santiago e São Paulo: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2021. [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46643/1/S2000925\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46643/1/S2000925_pt.pdf)

**OLIVERA**, Margarita. “Economia, gênero e mudanças climáticas” [entrevista cedida a Tatiane Matheus], ClimaInfo - programa Clima sem Fake, 19 jan. 2022. <https://www.youtube.com/watch?v=fZdVpB7aadQ&t=230s>

**ONU HABITAT.** *Nova Agenda Urbana*, adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, Secretariado ONU Habitat III, 2017. <http://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>

**ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE.** *5 steps for planning and evaluating world water day activities*. OMS, 2008.

**ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO.** *World Employment and Social Outlook (WESO) 2018: Greening with jobs*, Geneva: OIT, 2018. <https://www.ilo.org/weso-greening/#Intro-1> (infográfico) [https://www.ilo.org/weso-greening/documents/WESO\\_Greening\\_EN\\_web2.pdf](https://www.ilo.org/weso-greening/documents/WESO_Greening_EN_web2.pdf) (documento)

\_\_\_\_\_. “OIT: desemprego e déficits de trabalho decente continuarão altos em 2018”, OIT Brasília, 22 jan. 2018. [https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_615927/lang-pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_615927/lang-pt/index.htm)

**PARQUE TECNOLÓGICO UFRJ.** “Cocózap: Plano de Monitoramento Popular é lançado”, Portal online do Parque Tecnológico UFRJ, 11 nov. 2020. <https://www.parque.ufrj.br/cocozap-plano-de-monitoramento-popular-e-lancado/>

**PINTO**, Ana Estela de Sousa. “Mulheres mudam mais hábitos para combater crise climática, indica pesquisa”, *Folha de S.Paulo*, 19 out. 2021.

**PREFEITURA DE SALVADOR.** *Plano de Mitigação e adaptação às mudanças do clima em Salvador*, 2020. <http://www.prodeturssa.salvador.ba.gov.br/images/prodeturssa/documentos/PMAMC.pdf>

**PREFEITURA DE TERESINA.** *Programa Lagoas do Norte*. Secretária Municipal de Planejamento (Semplan), 2016.

**PROCHNOW**, Miriam. “Como as soluções baseadas na natureza podem integrar um novo pacto social e econômico”. *Página 22*, 03 nov. 2020. <https://pagina22.com.br/2020/11/03/como-as-solucoes-baseadas-na-natureza-podem-integrar-um-novo-pacto-social-e-economico/>

**RETOMADA Verde Inclusiva.** Instituto ClimaInfo, Observatório do Clima e GT Infraestrutura, 2020. <https://climainfo.org.br/2020/09/03/seminario-retomada-verde-inclusiva-pdf/>

**RIBEIRO**, Izana, GALBIATI, Lígia, PEROBELLI, Nara e GOMES, Rodolfo. “Planos setoriais: energia”, *nota técnica, Observatório do Clima*, 18 nov. 2021.

**RIBEIRO**, Izana. “O papel das mulheres no setor de energia” [entrevista cedida a Tatiane Matheus], *ClimaInfo* - programa Clima sem Fake, 10 fev. 2022.

**SÃO PAULO COMPOSTA, CULTIVA.** Instituto Pólis, 2022. <https://polis.org.br/projeto/sp-composta-cultiva/>

**SHAH**, Sonia. “Contra a pandemia, ecologia”, *Le Monde Diplomatique*, edição 152, mar. 2020. Originalmente publicado sob o título de “Think exotic animals are to blame for the coronavirus? Think again”, *The Nation*, 18 fev. 2020. <https://diplomatie.org.br/contr-a-pandemia-ecologia/>

**SHE CHANGES CLIMATE.** *Open letter to UK Government*, 10 dez. 2020. <https://www.shechangesclimate.org/our-achievements/#openletter>

**SVAB**, Haydée. *Evolução dos padrões de deslocamento da região metropolitana de São Paulo: a necessidade de uma análise de gênero*, Dissertação (mestrado em Engenharia), Departamento de Engenharia de Transportes, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2016, 183 f.

**SZCZEPANSKI**, Carolyn. *Women on a roll*, The League of American Bicyclists, Women Bike, 2013. [https://www.bikeleague.org/sites/default/files/WomenBikeReport\(web\)\\_0.pdf](https://www.bikeleague.org/sites/default/files/WomenBikeReport(web)_0.pdf)

**SCHELLER**, Fernando. “Um Brasil sufocado pelo atraso”, *O Estado de S. Paulo*, 30 maio 2015. <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,nova-noticia,1697446>

**SCHNEIDER**, Kathlen, CHAVES, Natália, BOING, Larissa e BETTI, Patricia. *Energia solar no Brasil: quais são as barreiras e oportunidades para as profissionais mulheres?*, C40 Cities Finance Facility / Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit, 2021. DOI: 10.13140/RG.2.2.31428.35208

**SLOSBERGAS**, Luciana. “Por que a produção de artigos científicos por mulheres caiu brutalmente”, *Você S/A*, 30 jun. 2020. <https://vocesa.abril.com.br/carreira/por-que-a-producao-de-artigos-cientificos-por-mulheres-caiu-brutalmente/>

**A TRANSIÇÃO** energética que queremos: Justa, Popular e Inclusiva!, carta pública assinada pelo Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental, Energia para a vida, Caritas e Comitê de Energia Renovável do Semiárido, *Seminário Transição Energética Justa e Popular*, maio 2021.

[https://fmclimaticas.org.br/wp-content/uploads/2021/05/CARTA\\_SEMINÁRIO\\_NORDESTE\\_TEJP\\_2021\\_V5.pdf](https://fmclimaticas.org.br/wp-content/uploads/2021/05/CARTA_SEMINÁRIO_NORDESTE_TEJP_2021_V5.pdf)

**TRUTH**, Sojourner e **GILBERT**, Oliver. *E eu não sou uma mulher?* Trad. Carla Cardoso, Rio de Janeiro: Ímã Editorial, 2020.

**UN WOMEN**. *Women in politics: 2020 map*, União Interparlamentar e ONU Mulheres, 2020.

<https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2020/Women-in-politics-map-2020-en.pdf>

**WOMEN'S FORUM FOR THE ECONOMY & SOCIETY (WFES)**. *The Women's Forum barometer on gender equity: focused on business, climate change, health and tech in the G7 countries*, 2021.

[https://www.womens-forum.com/wp-content/uploads/2021/06/Barometer-WF\\_220621\\_DEF.pdf](https://www.womens-forum.com/wp-content/uploads/2021/06/Barometer-WF_220621_DEF.pdf)

**WILKINSON**, Katharine K. e **JOHNSON**, Ayana E. (ed.). *All We Can Save - truth, courage, and solutions for the climate crisis*, Nova York: One World/Penguin Random House, 2020.

**WOMEN IN FINANCE CLIMATE ACTION GROUP** e **CARE INTERNATIONAL UK**. *Women in Finance Climate Action Group report*, 2021. <https://www.aviva.com/sustainability/women-in-finance/>

**VASCONCELOS**, Caê. "Boa Esperança, a comunidade ribeirinha em Teresina (PI) que, há 10 anos, luta para continuar existindo", Ponte, 24 maio 2019. <https://ponte.org/boa-esperanca-a-comunidade-ribeirinha-em-teresina-pi-que-ha-10-anos-luta-para-continuar-existindo/>

**VIEIRA**, Anderson. "Estudo comprova situação ruim de calçadas das capitais brasileiras", Agência Senado, 06 dez. 2019.

**VIRI**, Natalia e **ADACHI**, Vanessa. "Fundos ESG captaram ao menos R\$ 2,5 bi em 2020 no Brasil. O que está por trás do número?", Reset, 29 jan. 2021. <https://www.capitalreset.com/fundos-esg-captaram-ao-menos-r-25-bi-em-2020-no-brasil-o-que-esta-por-tras-do-numero/>

## Outras indicações de leitura

### ATLAS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

<https://sinir.gov.br/atlas-rsu-abetre>

**BAUMAN**, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

**CHAVES**, Natália. "O incrível potencial da energia solar", TEDx Morro da Urca, 18 jan. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CQxj4lXxUOE>

**CONNELL**, Raewyn e **PEARSE**, Rebeca. *Gênero uma perspectiva global*. Trad. Marília Moschkovich, São Paulo: nVersos, 2015.

**HALL**, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro, Rio de Janeiro: DP&A, 2005, 10ª edição.

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**. *Vieses Inconscientes, Equidade de Gênero e o Mundo Corporativos: Lições da Oficina de Vieses Inconscientes*, 2016.

<http://www.onumulheres.org.br>

**RIBEIRO**, Djamila. *Lugar de Fala*, São Paulo: Sueli Carneiro/Jandaíra, 2020.

\_\_\_\_\_. *Pequeno Manual Antirracista*, São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

\_\_\_\_\_. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.